

Direito Constitucional em Mapas Mentais

(TURMA 2)

Revisão por Mapas Mentais

*Otimizando o aprendizado e a memorização,
com a revisão esquematizada da matéria.*

*Edição revista e atualizada com as
Emendas Constitucionais nºs 69 e 70*

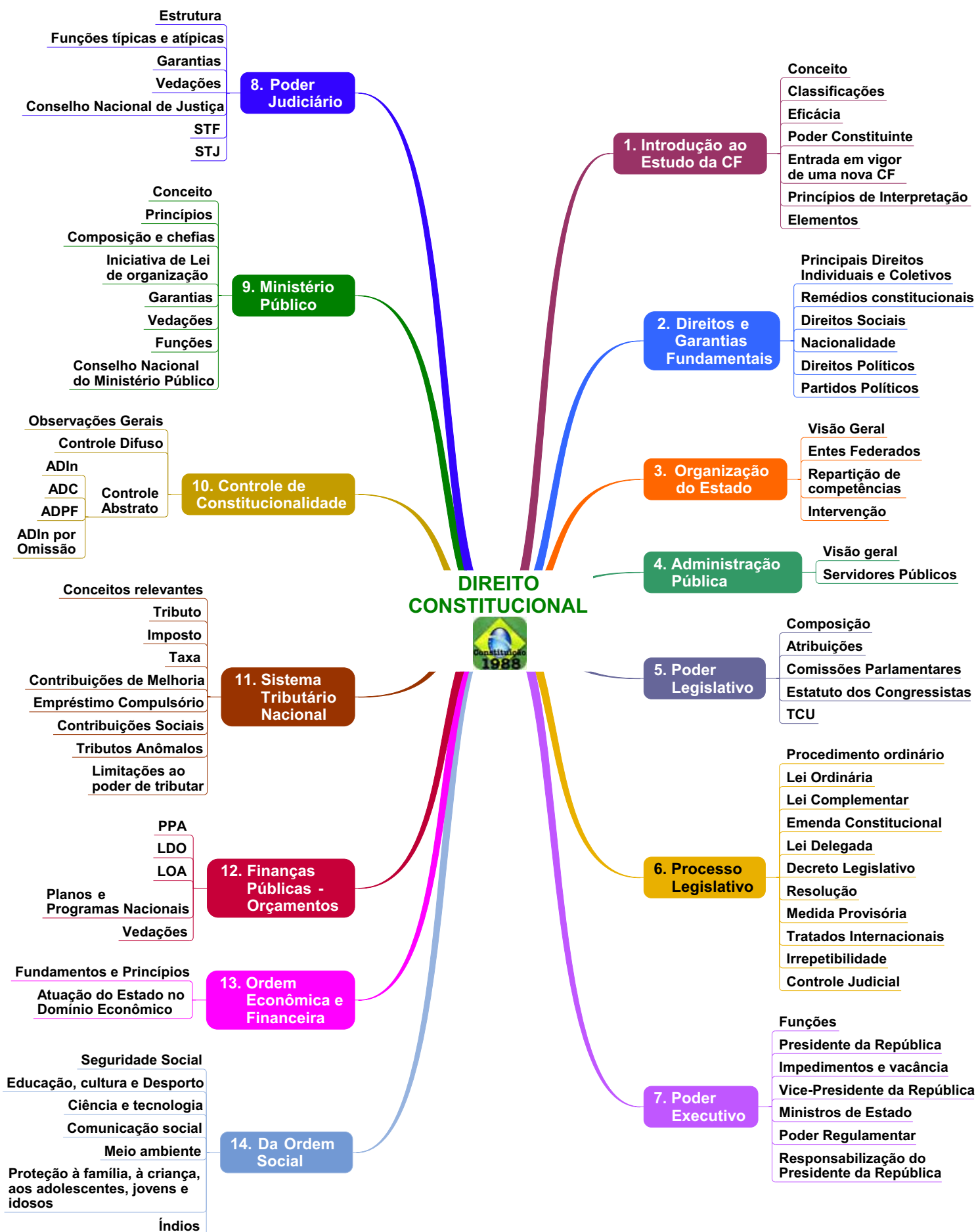
Por:

**Roberto Troncoso
Marcelo Leite
Thiago Strauss**

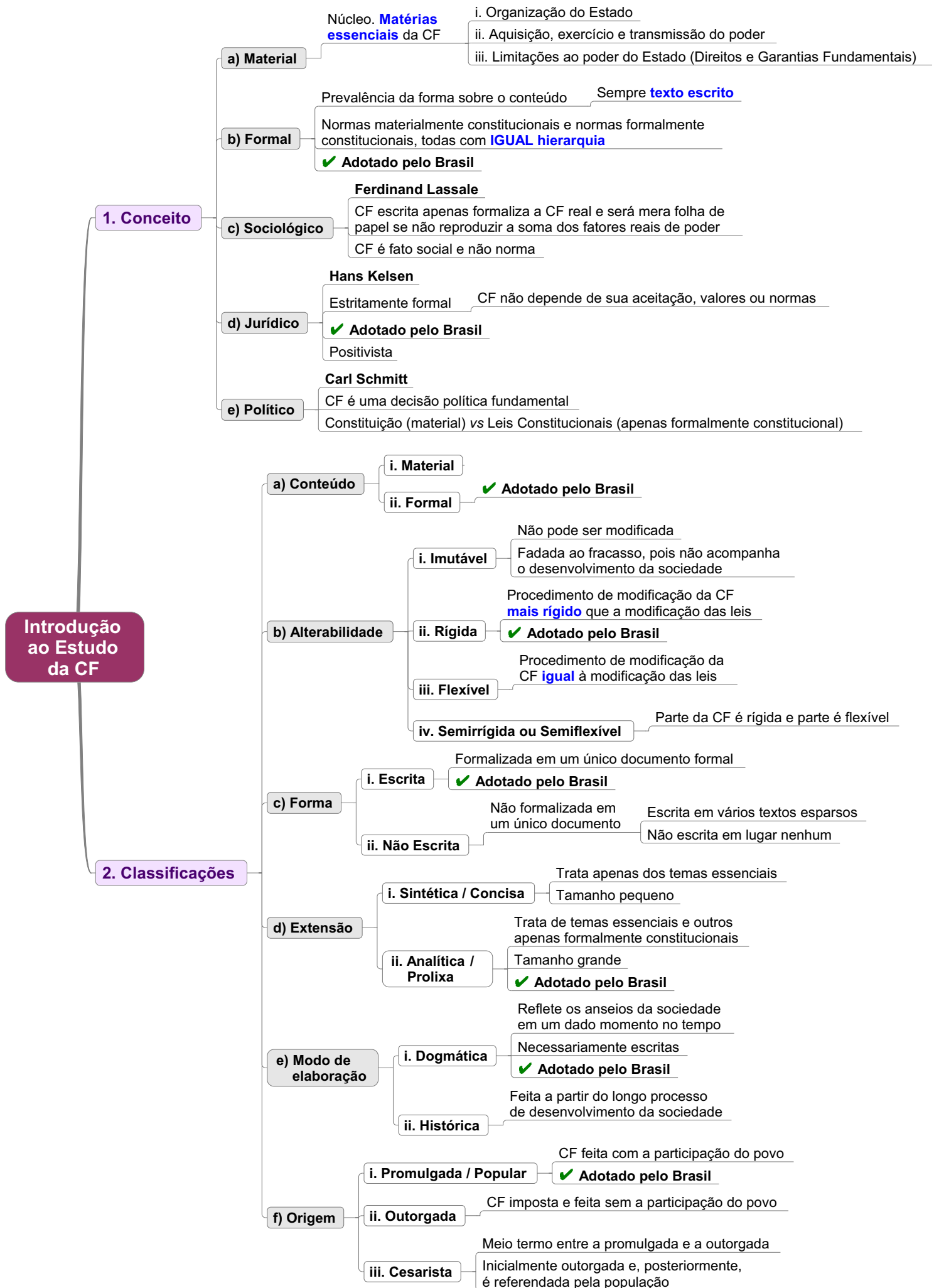
SUMÁRIO

Visão Geral do Direito Constitucional	3
1. Introdução ao Estudo da CF	4
2. Direitos e Garantias Fundamentais	7
2.1 Principais Direitos Individuais e Coletivos	8
2.2 Remédios Constitucionais	12
2.3 Direitos Sociais	19
2.4 Nacionalidade	21
2.5 Direitos Políticos	23
2.6 Partidos Políticos	25
3. Organização do Estado	26
3.1 Visão Geral	26
3.2 Entes Federados	27
3.3 Repartição de Competências	28
3.4 Intervenção	29
4. Administração Pública	30
Servidores Públicos	31
5. Poder Legislativo	34
5.1 Composição	34
5.2 Comissões Parlamentares	35
5.3 Atribuições	36
5.4 Estatuto dos congressistas	37
5.5 Tribunal de Contas da União	38
5.6 Competências constitucionais do TCU	39
6. Processo Legislativo	40
6.1 Processo Legislativo Ordinário	42
6.2 Emenda Constitucional	47
6.3 Medida Provisória	50
6.4 Lei Delegada	53
6.5 Regime de Urgência, Decretos Legislativos, Resoluções, Tratados Internacionais, Irrepetibilidade e Controle Judicial do Processo Legislativo	55
7. Poder Executivo	57
8. Poder Judiciário	61
9. Ministério Público	63
10. Controle de Constitucionalidade	65
10.1 Controle Difuso	67
10.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade	69
10.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade	73
10.4 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	74
10.5 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	75
11. Sistema Tributário Nacional	76
Limitações ao Poder de Tributar	78
12. Finanças Públicas (Orçamento)	80
13. Ordem Econômica e Financeira	82
14. Ordem Social	83
14.1 Da Seguridade Social	83
14.2 Da Educação e Da Cultura	86
14.3 Da Ciência e Tecnologia e Da Comunicação Social	87
14.4 Do Desporto e Do Meio Ambiente	88
14.5 Da Proteção à Família, à Criança, ao Adolescente, ao Jovem e Idoso e Dos Índios	89

DIREITO CONSTITUCIONAL - VISÃO GERAL

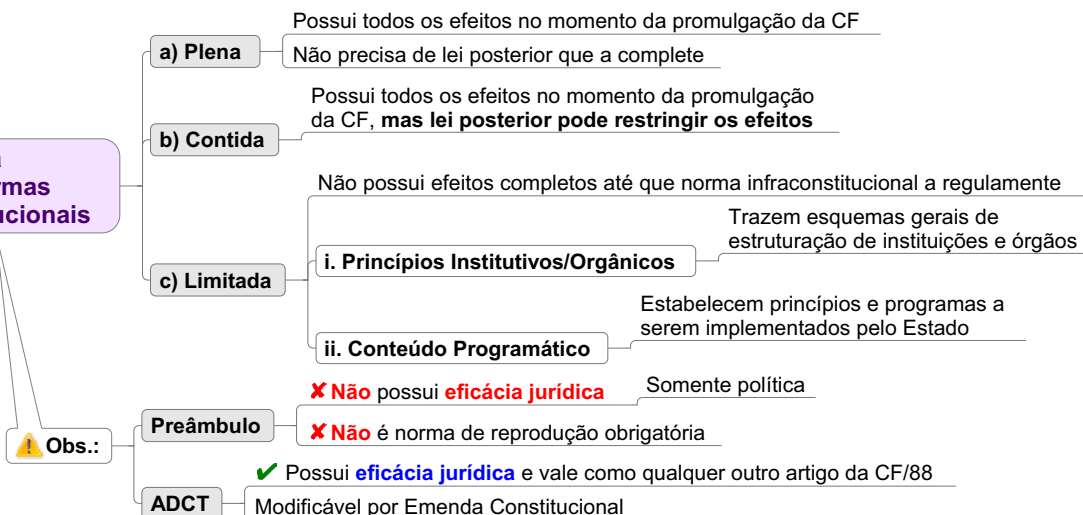


INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CF I



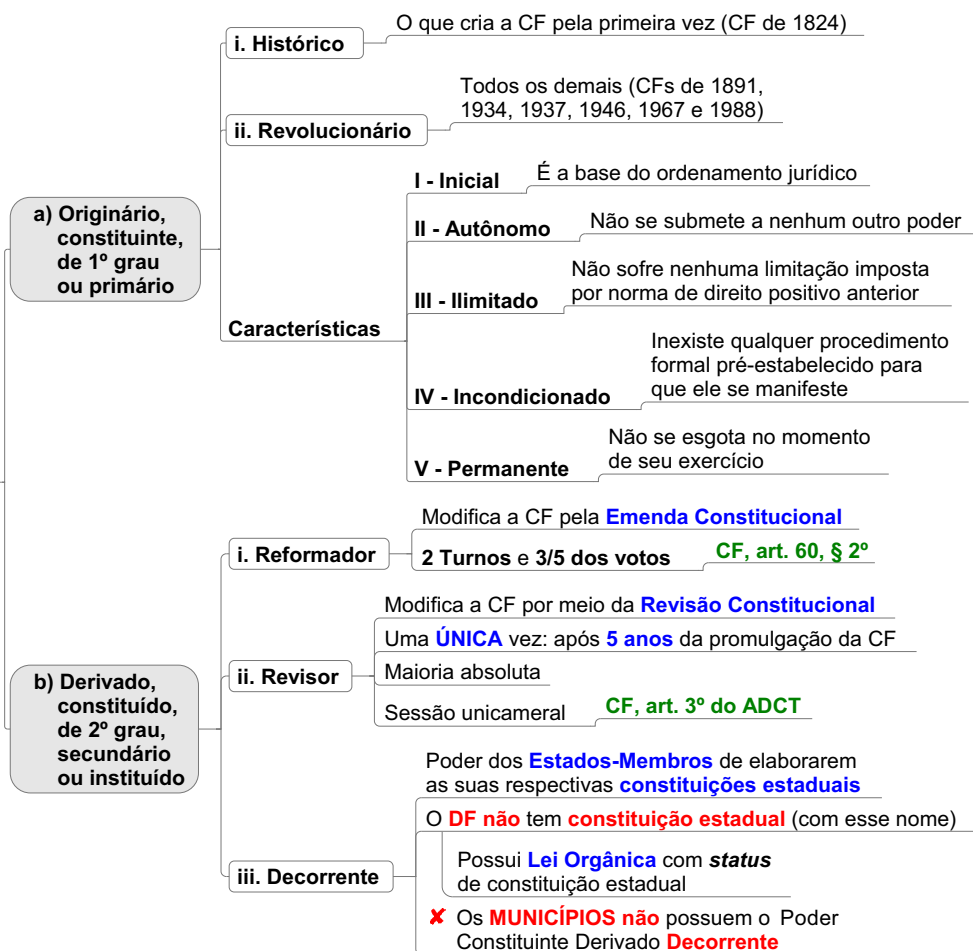
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CF II

3. Eficácia das normas constitucionais

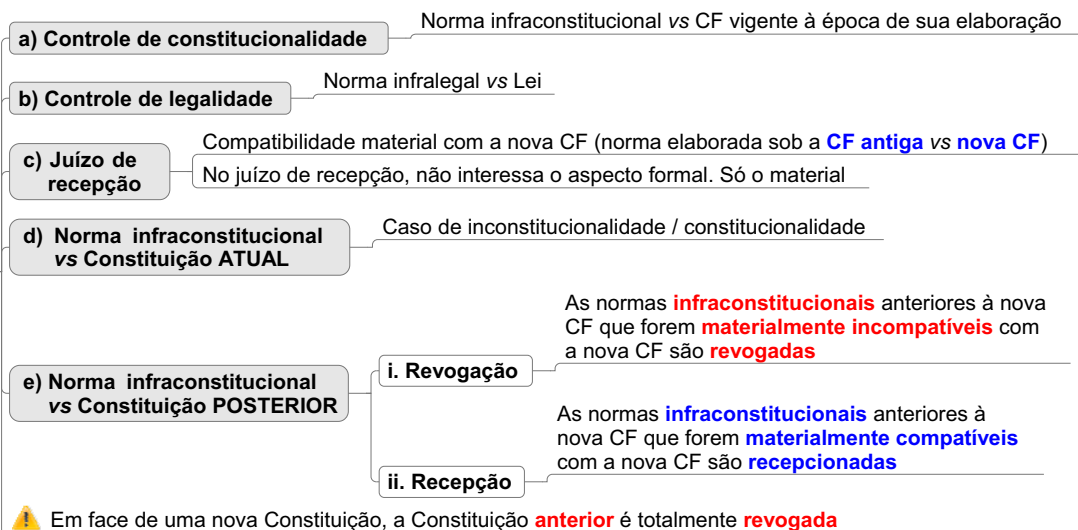


Introdução ao Estudo da CF

4. Poder Constituinte



5. Entrada em vigor de uma nova CF



INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CF III

Introdução
ao Estudo
da CF6. Princípios de
Interpretação

- a) **Unidade da Constituição** — A CF é **UNA** e não pode haver conflitos jurídicos em seu texto
- b) **Efeito integrador** — Havendo **confronto** entre normas constitucionais, deve-se prestigiar as interpretações que favoreçam a **integração política** e **social** e reforce a **unidade política**
- c) **Concordância prática ou harmonização** — No **confronto** de duas normas ou direitos, deve-se buscar a **harmonia** entre eles, evitando-se o sacrifício total de um princípio em relação ao outro
Ex.: Ponderação entre direitos fundamentais
- d) **Justeza ou conformidade funcional** — Visa impedir a alteração da **repartição de funções** estabelecidas na CF
- e) **Força normativa da constituição** — Prestigia-se a interpretação que garanta a **eficácia** e a **permanência** da Constituição
- f) **Eficiência ou máxima efetividade** — Prestigia-se a interpretação de maior **efetividade**
- g) **Presunção de constitucionalidade das leis** — Todas as leis são válidas, constitucionais, “até que se prove o contrário”
Só o Poder Judiciário pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei
- h) **Supremacia da Constituição** — A constituição está no **topo** do **ordenamento jurídico** e nenhuma outra norma pode ir contra ela
- i) **Proporcionalidade ou razoabilidade** — Quando da interpretação da CF, deve haver **adequação**, **necessidade** e **proporcionalidade** em sentido estrito
- j) **Interpretação conforme a Constituição** — Quando uma norma possui dois ou mais significados, busca-se a **interpretação conforme a Constituição**, ou seja, deve-se buscar alguma interpretação que torne a lei compatível com a CF

7. Elementos da
Constituição

- a) **Orgânicos** — São as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder
Ex.: Título III (Da Organização do Estado) e Título IV (Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo)
- b) **Limitativos** — São as normas que limitam a atuação dos poderes estatais
Ex.: Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais, com exceção do Capítulo II - Dos Direitos Sociais)
- c) **Socioideológicos** — São as normas que revelam o compromisso da CF entre Estado individualista e o Estado social intervencionista
Ex.: Capítulo II do Título II (Dos Direitos Sociais), e Título IV (Da Ordem Econômica)
- d) **De estabilização constitucional** — São as normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas
Buscam garantir a paz social
Ex.: art. 102, I, a (Ação Direta de Inconstitucionalidade), arts. 34 a 36 (Da Intervenção nos Estados e Municípios)
- e) **Formais de aplicabilidade** — São as normas que estabelecem regras de aplicação das constituições
Ex.: Preâmbulo e ADCT

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Eles estão no art. 5º e ao longo da CF (**não se resumem ao art. 5º**)

1. Introdução

Divididos em

- i. Individuais e coletivos
- ii. Sociais
- iii. Políticos
- iv. Nacionalidade
- v. Partidos Políticos
- vi. Remédios Constitucionais

2. Gerações dos Direitos Fundamentais

- a) 1ª Geração**
 - Liberdade**
 - São liberdades negativas Pressupõem uma não-ação do Estado
 - Direitos individuais, liberdades públicas e direitos políticos
 - Marco histórico** Liberalismo econômico
- b) 2ª Geração**
 - Igualdade**
 - Direitos sociais (trabalhadores, educação, saúde, moradia...)
 - Direitos culturais e econômicos
 - Marco histórico** Revolução Industrial
- c) 3ª Geração**
 - Fraternidade / Solidariedade**
 - Direitos Difusos Meio ambiente, consumidores...
- d) 4ª Geração**
 - Engenharia genética, softwares, transgênicos,...

Direitos e Garantias Fundamentais

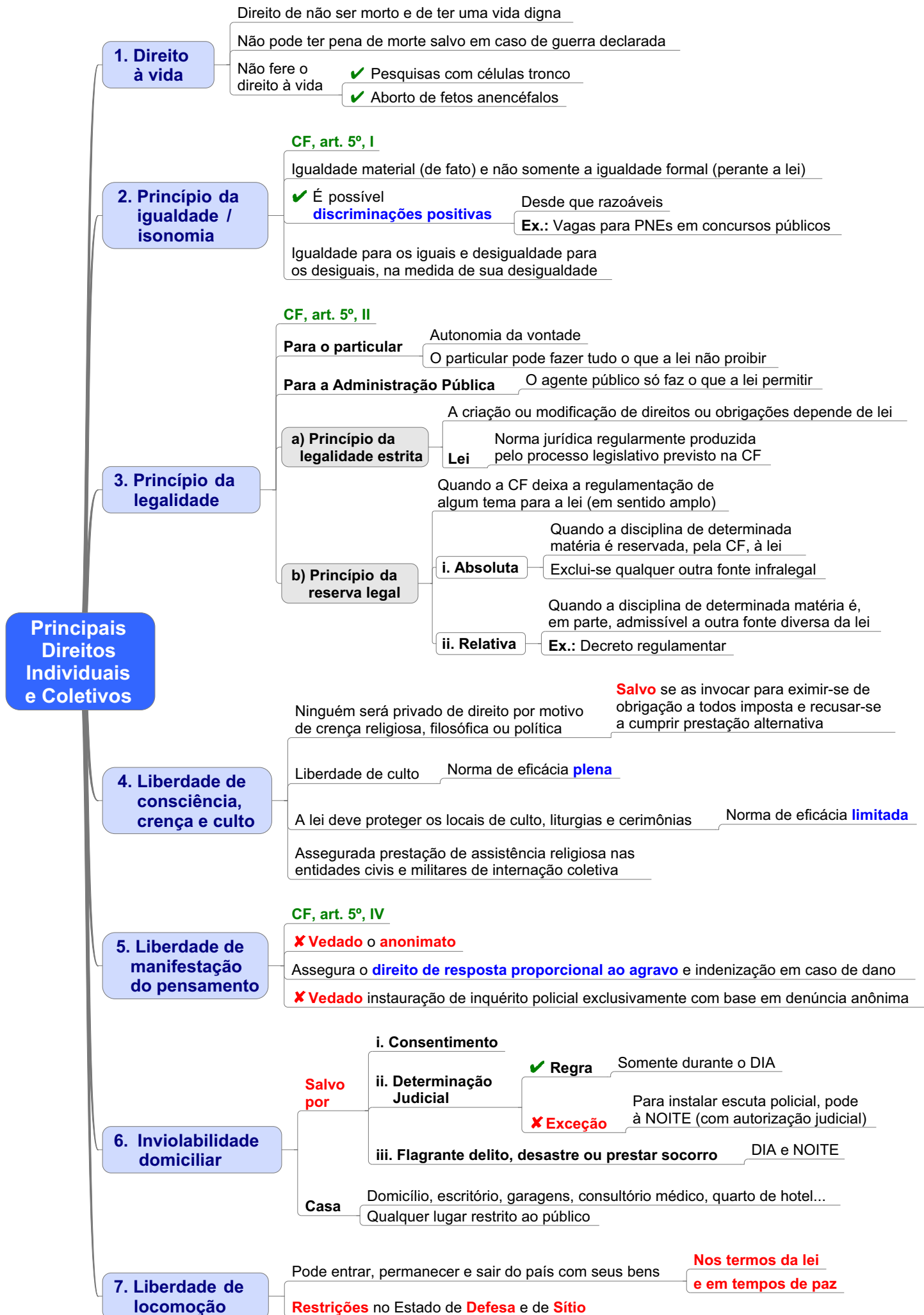
3. Características

- a) Historicidade**
 - Possuem caráter histórico, passando pelas diversas revoluções e chegando aos dias de hoje
- b) Universalidade**
 - Destinam-se a **todos** os seres humanos, sem qualquer forma de distinção ou discriminação
 - Atinge pessoas
 - i. Físicas
 - ii. Jurídicas
 - Existem direitos fundamentais direcionados somente ao Estado
 - Ex.:** Requisição administrativa
 - iii. Estado
 - Aplicam-se também nas relações entre particulares **Ex.:** Trabalhador, danos morais
- c) Limitabilidade**
 - Maioria dos autores**
 - Nenhum direito fundamental é absoluto
 - Podem ser limitados caso haja conflito entre eles Princípio da harmonização
 - Gilmar Mendes e Ingo Wolfgang Sarlet**
 - A **DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA** apresenta-se alheia a qualquer outro confronto com outro princípio ou regra
 - Nessa medida, tem-se a **dignidade da pessoa humana** como **princípio de hierarquia supraconstitucional**
- d) Irrenunciabilidade**
 - Eles podem ser não-exercidos, mas nunca poderão ser renunciados
 - Cabe renúncia temporária
 - Podem renunciar direito à intimidade e vida privada, desde que não ofenda à dignidade da pessoa humana
 - Ex.:** Reality shows
- e) Inalienabilidade**
 - Não podem ser vendidos, são indisponíveis e não possuem conteúdo econômico-patrimonial
- f) Imprescritibilidade**
 - Não são perdidos se não forem usados
- g) Concorrência**
 - Podem ser exercidos cumulativamente uns com os outros
- h) Aplicabilidade imediata**
 - Nem todos** são normas de **eficácia PLENA**
 - Obs.:** Existem direitos e garantias nos 3 tipos de normas (plena, contida e limitada)

4. Tratados internacionais com força de Emenda Constitucional (EC)

- Devem versar sobre **DIREITOS HUMANOS**
- Aprovados por 2 Turnos e 3/5 dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional
- Eles **não integram** ou **modificam** o texto da CF
 - Apenas possuem **força** de Emenda Constitucional
 - CF, art. 5º, § 3º**
- Convenção sobre os Direitos da pessoa com deficiência
 - 1º Tratado Internacional sobre Direitos Humanos aprovado com força de EC

PRINCIPAIS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS I



PRINCIPAIS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS II

Principais Direitos Individuais e Coletivos

8. Requisição

- Iminente perigo público
- Autoridade competente pode usar da propriedade particular
- Assegurada indenização
 - Posterior
 - Se houver dano

9. Direito de herança e estatuto sucessório

- Aplica a lei mais favorável
 - Do Brasil
 - Do *de cujus* (do morto)
- Pode haver imposto de herança
 - Imposto de competência **estadual**

10. Direito de reunião

- Pode-se reunir em locais abertos ao público, desde que
 - i. **Pacífica**
 - ii. **Sem armas**
 - Greve de policiais: **não pode ir armado**
- X Não** precisa de **autorização**
 - Mas precisa avisar autoridades
 - Desde que não frustre outra já marcada
- Pode ser
 - i. **Suspensão** no Estado de **Sítio**
 - ii. **Restringido** no Estado de **Defesa**
- Caso seja violado, o **remédio** usado deve ser o **Mandado de Segurança** e **não** o **Habeas Corpus**

11. Sigilo de correspondência, comunicações telegráficas, de dados e telefônicas

- Aparente restrição no **art. 5º, XII**
 - Pode relativizar **TODAS** e não somente a comunicação telefônica
- Podem ser **restringidos** nos Estados de **Sítio** e **Defesa**
 - a) **Sigilo das comunicações telefônicas**
 - Pode haver quebra para investigação **CRIMINAL**
 - Somente com ordem judicial
 - Pode-se usar uma prova legalmente constituída em processo criminal para instruir processo administrativo e civil
 - b) **Sigilo bancário**
 - Pode ser quebrado por
 - i. **Juiz**
 - ii. **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)**
 - X Não** pode quebrar **sigilo bancário**
 - i. **Ministério Público**
 - Tem que pedir ao Juiz
 - ii. **Autoridades Tributárias**
 - RE 389.808**

12. Direito de associação

- Liberdade não é plena
 - X Vedado** de caráter **paramilitar**
- a) **Cooperativas**
 - X Não** precisa de **autorização**
 - Mas tem que ser na forma da lei
- b) **Associações**
 - X Não** precisam de **autorização** e nem de ser na forma da lei
 - Única forma de **dissolver compulsoriamente** uma associação
 - Sentença judicial **transitada em julgado**
 - Pode **suspender** as atividades
 - ✓ Por ordem judicial
 - X Não** precisa **trânsito em julgado**

Obs.: ⚠

- i. **Representação processual**
 - Defesa de **direito alheio** em **nome alheio**
 - Associação representa o associado
 - Precisa de **autorização expressa e específica**
 - Não precisa de autorização expressa de cada associado individualmente
 - Pode ser feita em assembleia
 - Podem representar o associado nas esferas civil e administrativa, judicial e extrajudicial
 - Para **Mandado de Segurança coletivo**, **não** precisa de **autorização expressa** (é caso de **substituição processual**)
- ii. **Substituição processual**
 - Defesa de **direito alheio** em **nome próprio**
 - X Não** precisa de **autorização expressa**

13. Direito de petição e de certidões

- Direito de qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional ou estrangeira, independentemente de taxas
- a) **Petição**
 - Ao poder público em defesa de direitos
 - Contra ilegalidade ou abuso de poder
- b) **Certidão**
 - Em repartições públicas
 - Para
 - Defesa de direitos
 - Esclarecimentos de situações de interesse pessoal
 - Prazo das certidões
 - 15 dias**
 - Se a Administração não se manifestar: o remédio correto é o **Mandado de Segurança** e **não** o **Habeas Data**
- i. **Para entrar com recurso administrativo (Súmula Vinculante 21)**
- ii. **Para o acesso ao Judiciário**
 - Exigibilidade de crédito tributário: o Estado **não** pode exigir depósito prévio para que o particular entre com a ação no judiciário (**Súmula Vinculante 28**)

X Vedado depósito prévio da quantia questionada

PRINCIPAIS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS III

Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente

CF, art. 5º, LIII

14. Princípio do Juiz Natural

✗ Não haverá juízo ou tribunal de exceção

Se um tribunal não assegurar as garantias constitucionais às partes em litígio, ele será considerado tribunal de exceção

CF, art. 5º, XXXVII

✗ Não é só para o Judiciário

Também para o Poder Legislativo, nas causas em que for julgador

Ex.: Senado Federal julga Presidente da República por crime de responsabilidade

A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito

CF, art. 5º, XXXV

Não se confunde com o direito de petição

15. Princípio da inafastabilidade da jurisdição

Posso entrar no judiciário sem prévio pedido administrativo?

✓ Em regra sim

Mas, a opção pela via judicial implica renúncia tácita à via administrativa

✗ Exceção

Exige-se esgotamento / utilização inicial da via administrativa para

i. Justiça desportiva

ii. Habeas Data

iii. Reclamação ao STF de ato que contrarie Súmula Vinculante

✗ Judiciário não pode adentrar

i. Discricionariedade administrativa

Conveniência e oportunidade

Ex.: Nomeação para cargo em comissão

ii. Atos interna corporis

Se o ato ferir junto a CF, caberá intervenção do Judiciário

Ex.: Regimento Interno das casas legislativas

Principais Direitos Individuais e Coletivos

16. Limites à retroatividade da lei

✗ A Lei não pode prejudicar

i. Direito adquirido

ii. Coisa julgada

iii. Ato jurídico perfeito

Lei penal retroativa para beneficiar réu

✓ Pode

17. Direito de propriedade

✗ Não é um direito absoluto

Deve cumprir sua função social

Urbana

Quando cumpre o plano diretor

Rural

CF, art. 186

Desapropriação

Pode desapropriar por interesse social, necessidade pública, utilidade pública

Se estiver cumprindo a função social Indenização justa, prévia e em dinheiro (regra)

Se não estiver cumprindo a função social Desapropriação confiscatória
Desapropriação sanção

Pequena propriedade rural não pode ser penhorada, desde que

Trabalhada pela família

Os débitos resultem da atividade produtiva

18. Assistência jurídica integral e gratuita

Defensoria Pública

Aos que comprovarem insuficiência de recursos

Se não houver Defensoria Pública, o Estado deve pagar o advogado

19. Danos morais

✗ Não precisa comprovar o dano efetivo

Ex.: A mera publicação não autorizada de fotos já enseja dano moral

Pessoas públicas ou em lugares públicos têm sua proteção DIMINUÍDA

✗ Não é ACABADA

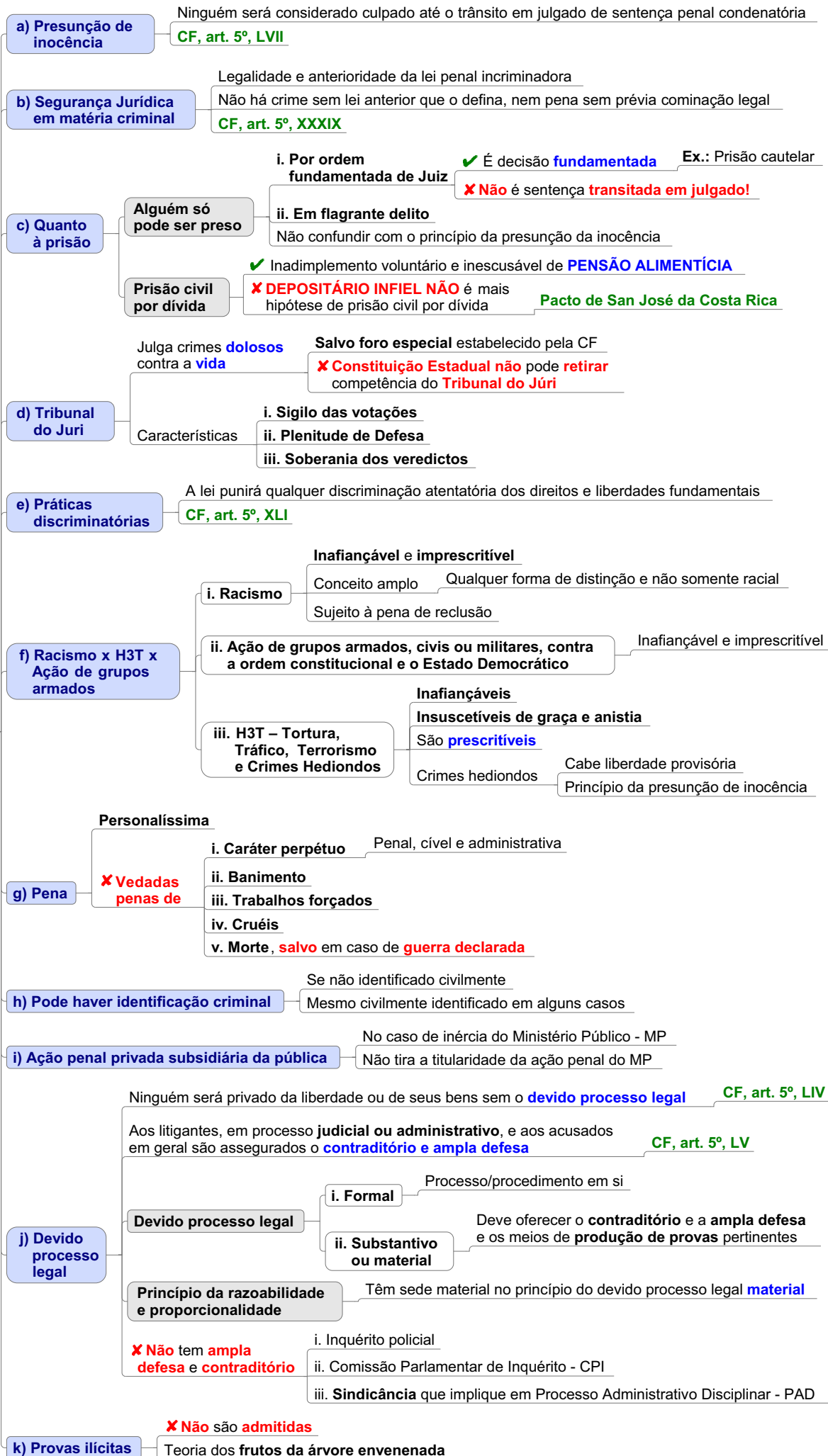
Dano estético é indenizável a título de dano moral

20. Defesa do consumidor

É um direito fundamental constitucional

É princípio da ordem econômica

PRINCIPAIS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS IV



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - HABEAS CORPUS

Conceder-se-á **habeas corpus** (HC) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (**CF, art. 5º, LXVIII**)

Direito protegido Ir e vir (direito de 1ª geração)

Natureza Penal e de procedimento especial (Alexandre de Moraes)

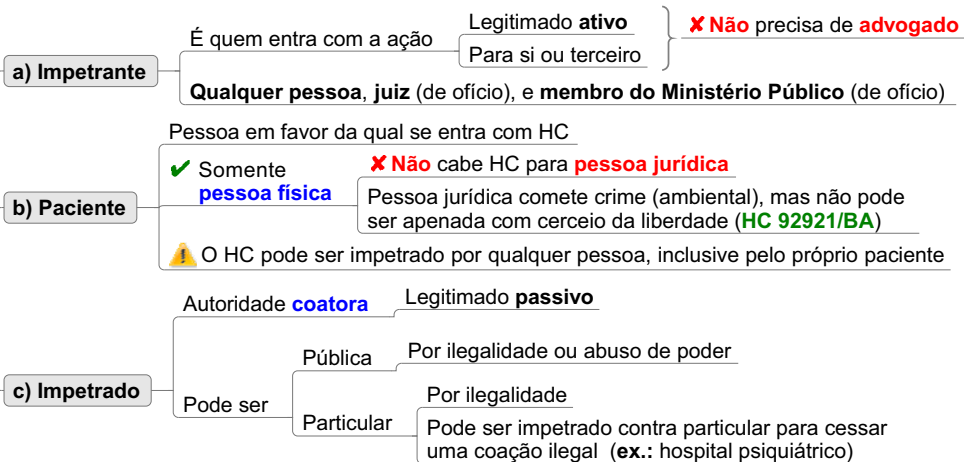
Cabe contra ato comissivo ou omissivo

Espécies de HC

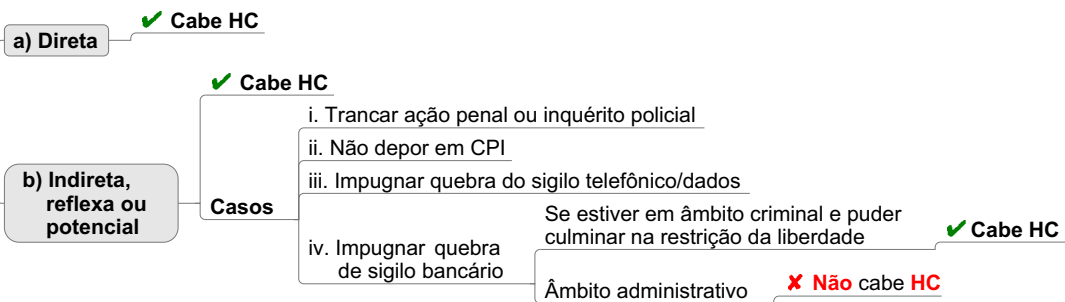
- i. **Preventivo** (ou salvo conduto)
- ii. **Repressivo** (ou liberatório)

1. Noções gerais

2. Partes

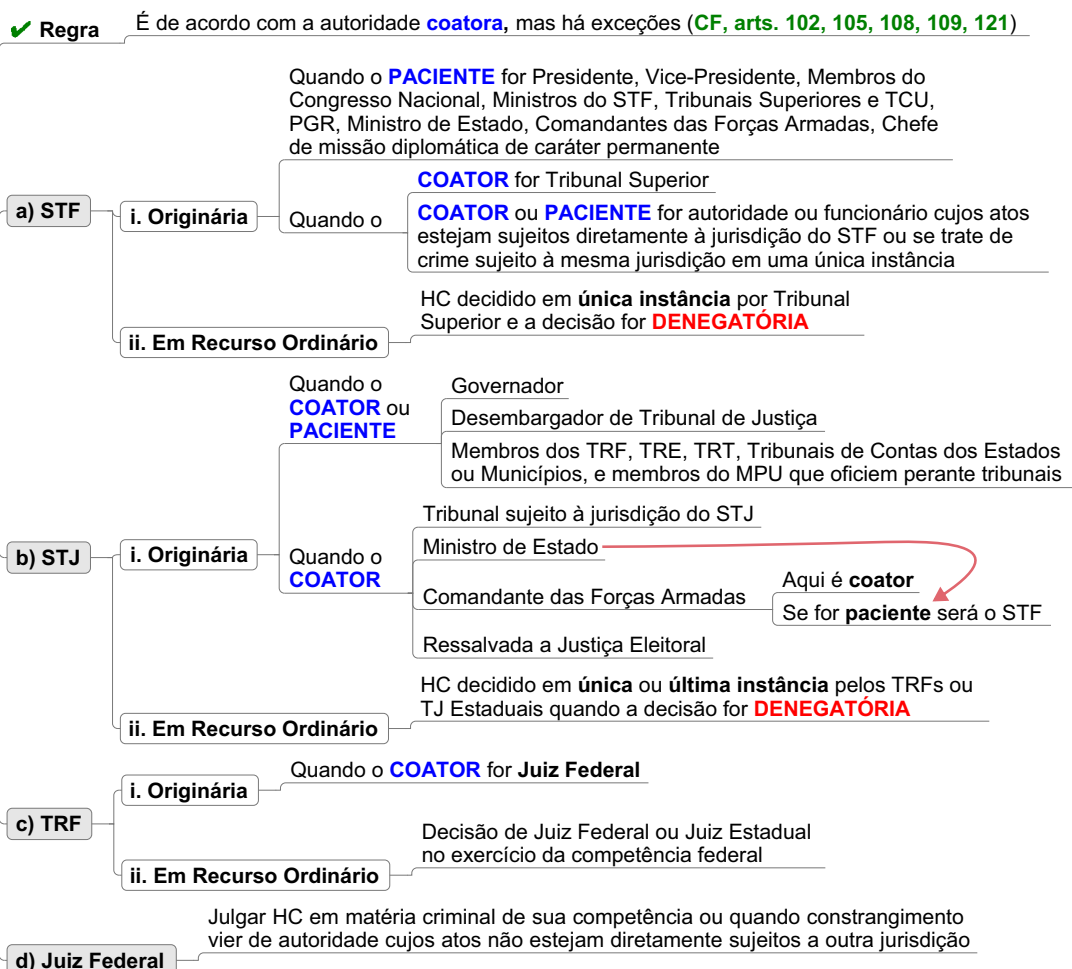


5. Ofensa ao direito de locomoção

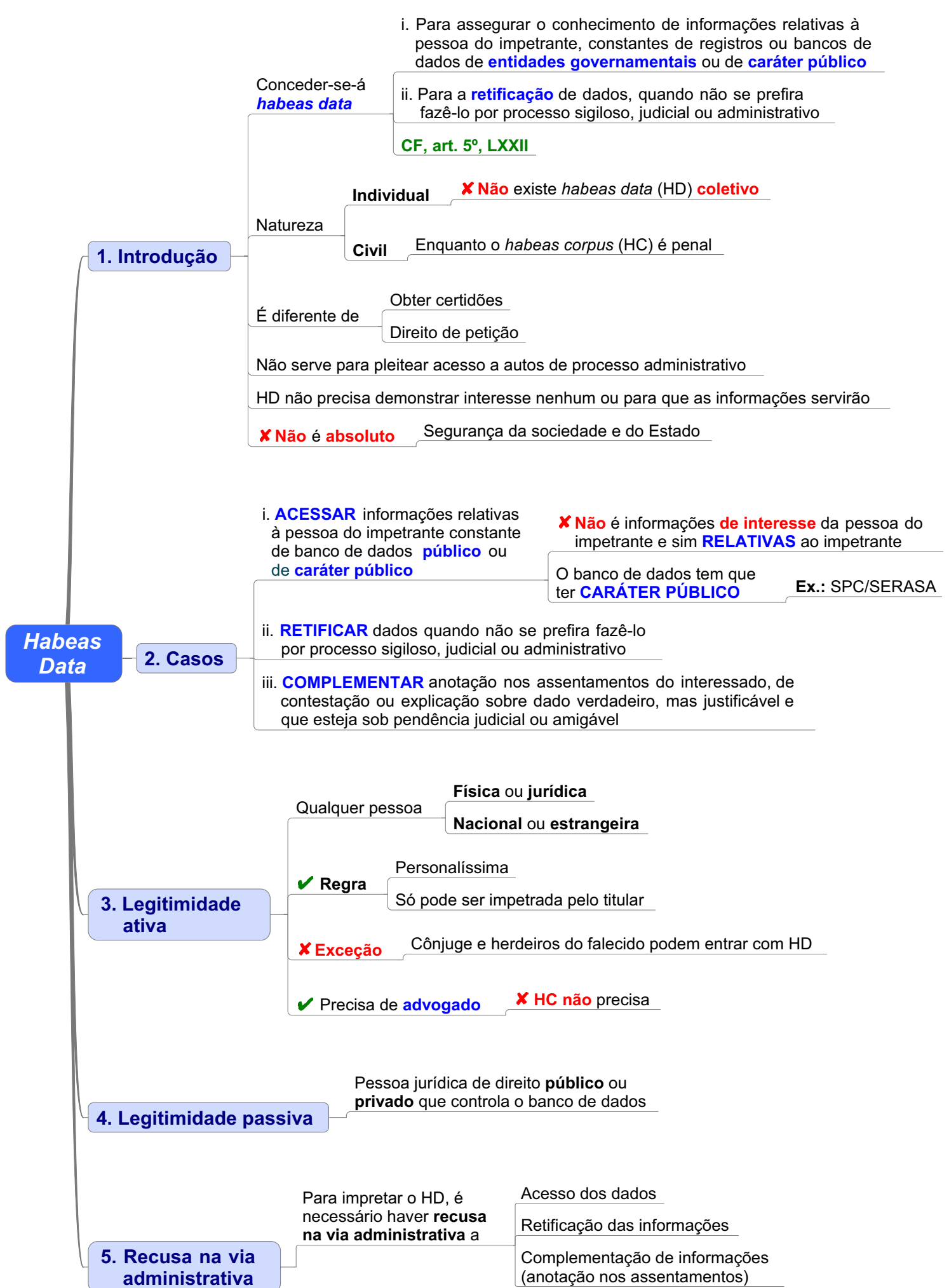


Habeas Corpus

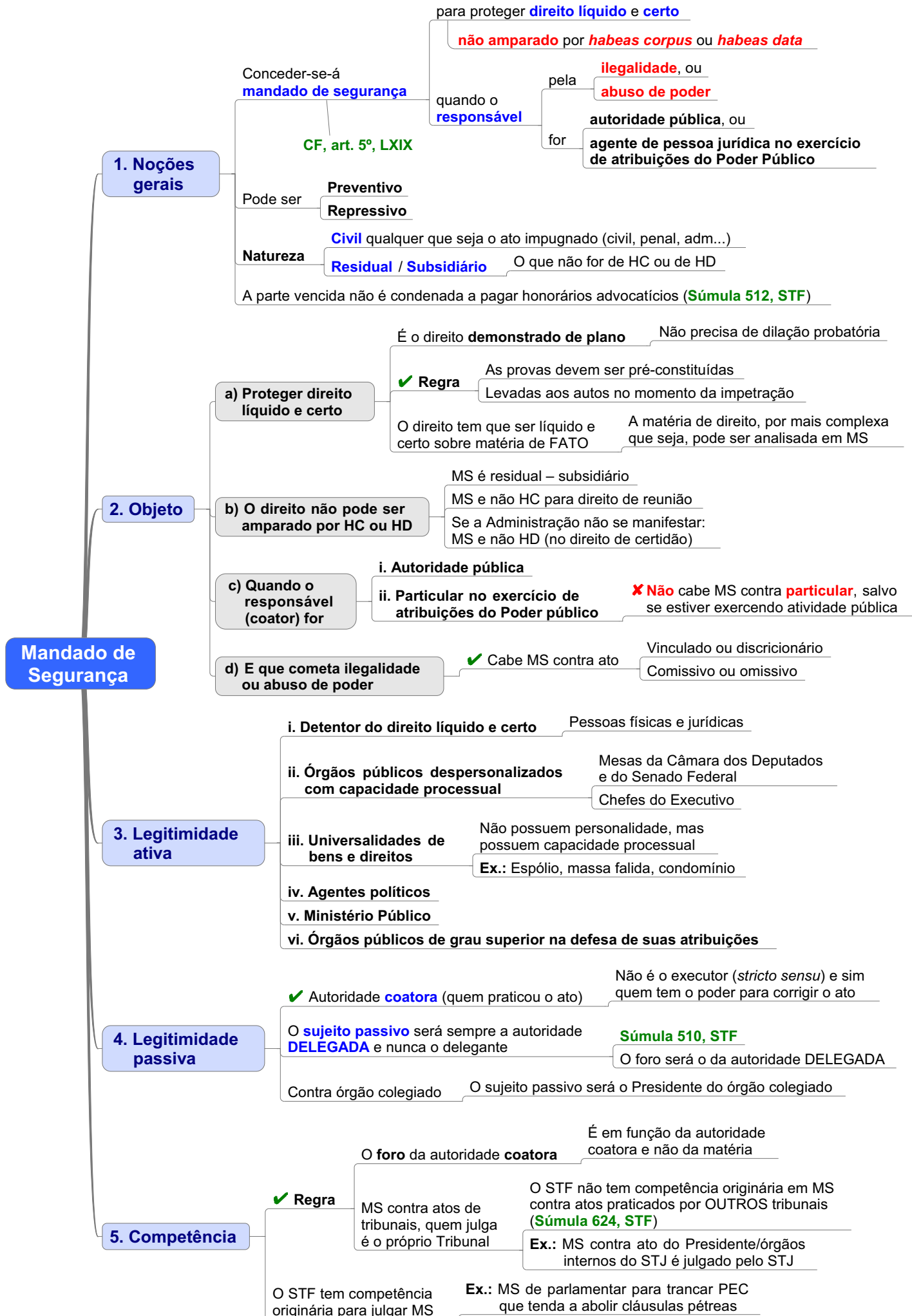
6. Principais competências para julgamento de HC



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - HABEAS DATA



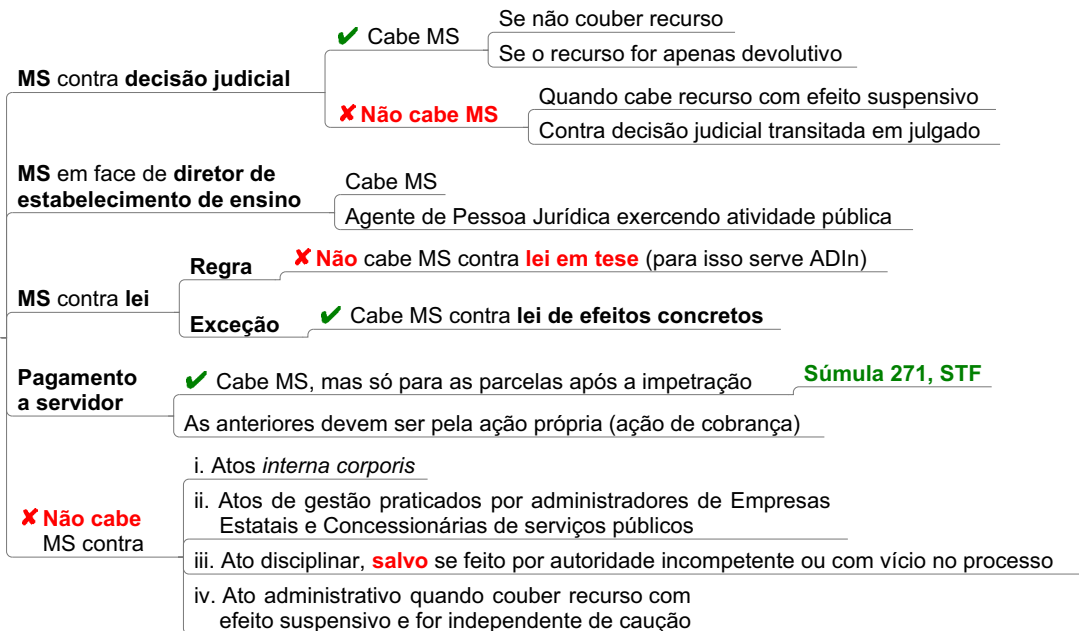
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - MANDADO DE SEGURANÇA I



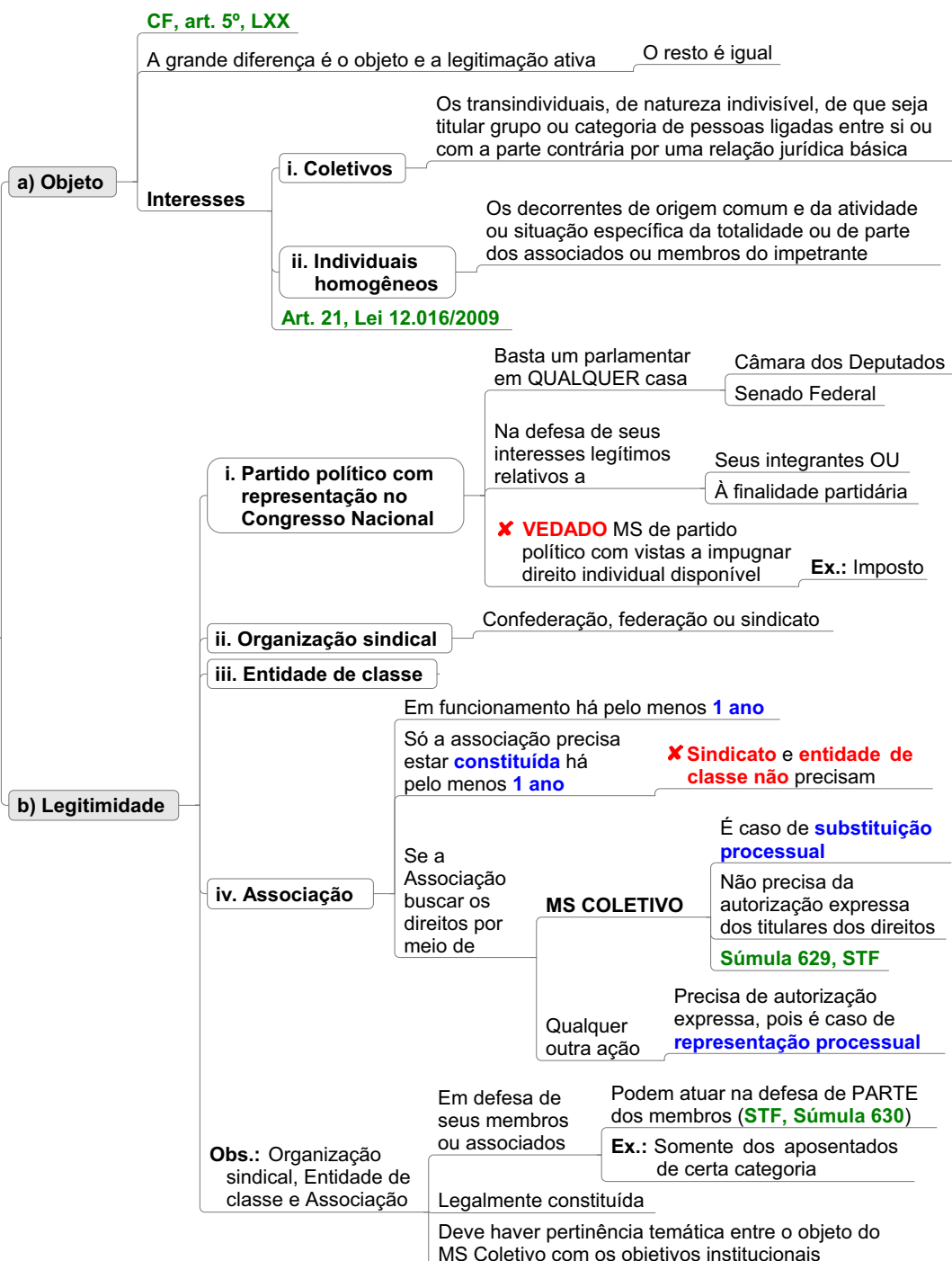
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - MANDADO DE SEGURANÇA II

Mandado de Segurança

6. Alguns casos



7. Mandado de Segurança Coletivo



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - MANDADO DE INJUNÇÃO I

Conceder-se-á **mandado de injunção** sempre que a **falta de norma regulamentadora** torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (**CF, art. 5º, LXXI**)

1. Objeto

MI serve para suprir a **falta de norma regulamentadora** (infraconstitucional) que torne inviável o exercício

i. Dos direitos e liberdades constitucionais

Nacionalidade

Soberania

Cidadania

ii. Das prerrogativas inerentes à

2. Pressupostos

✓ Cabe MI

- ✓ Caso o direito Seja **assegurado na CF**
Exija regulamentação
- ✓ Quando há o dever de legislar **Ex.:** CF, art 5º, XIII
- ✓ Quando a regulamentação não tenha sido feita (em tempo hábil ou prazo razoável)
- ✓ Para normas de eficácia **LIMITADA** (e impositivas) Programáticas ou organizativa / conteúdo orgânico
Sem a regulamentação, não se pode exercer o direito

✗ Não cabe MI

- ✗ Quando é facultativa a ação do legislador Só cabe MI quando a legislação é obrigatória
- ✗ Para regulamentar normas infraconstitucionais
- ✗ Para pedir para suspender lei. Só para fazer lei
- ✗ Se já existe norma regulamentadora, mesmo que seja Ineficaz
Inconstitucional
- ✗ Para criar direito novo

Mandado de Injunção

3. Legitimidade

a) Ativa

Qualquer pessoa que tenha seus direitos tolhidos pela falta de norma regulamentadora

- Sempre o **ESTADO** Só o ente estatal é responsável por elaborar as leis
✗ **Nunca o particular** (pois não elabora leis)

b) Passiva

- Se for contra falta de Lei de iniciativa privativa MI contra quem detém a iniciativa de propor a lei
Ex.: Iniciativa privativa do Presidente MI contra o Presidente

4. Efeitos

a) Teoria concretista

O Judiciário declara a mora e torna o direito exercitável

i. Coletiva / geral

Vale **erga omnes** até legislação vir

ii. Individual

Vale **inter partes**

Direta

O Judiciário provê o direito imediatamente

Intermediária

O Judiciário dá um prazo para o legislador agir

Caso o responsável permaneça inerte, o direito é concretizado

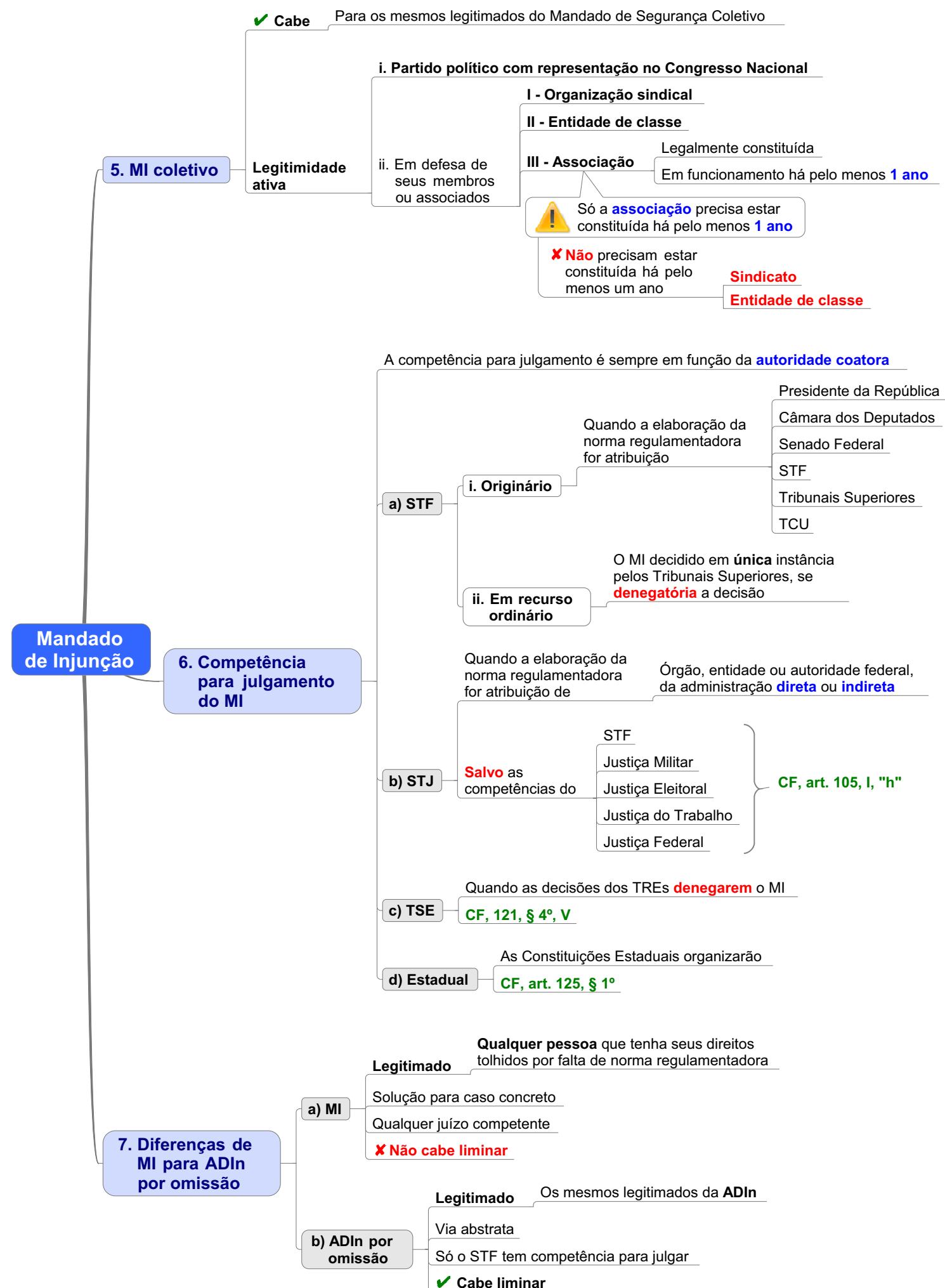
O STF tem se posicionado conforme a **teoria CONCRETISTA**

Decreta-se a mora do poder omissor, reconhecendo formalmente sua inércia
É viabilizado o exercício do direito

b) Teoria não concretista

O Judiciário apenas declara a mora do poder omissor

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - MANDADO DE INJUNÇÃO II



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - AÇÃO POPULAR

Ação Popular

1. Objeto

Qualquer cidadão é parte legítima para propor **ação popular** que vise

a **anular** ato **LESIVO**

ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe
à moralidade administrativa
ao meio ambiente
ao patrimônio histórico e cultural

✗ O ato **NÃO** precisa ser **ILEGAL**

ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (**CF, art. 5º, LXXIII**)

Para **anular ato** / **contrato** / outros (ADMINISTRATIVOS) **LESIVOS**

✗ Não pode atacar **decisão judicial**

Devem ser atacadas por via própria (recursos, ação rescisória...)

2. Noções gerais

É meio de exercer a soberania popular

Pode ser Preventiva
Repressiva

Natureza Civil

Custas

Para o autor

Isento de custas judiciais e ônus da sucumbência
Salvo má-fé comprovada

3. Legitimidade ativa

Pode propor **ação popular**

✓ Qualquer **CIDADÃO**

✗ Não pode ser

Apátrida
Estrangeiro
Conscrito
Pessoa jurídica

✗ **Ministério Público**

✗ Não pode ajuizar **ação popular**

O promotor, enquanto cidadão, pode propor Ação Popular, mas como membro do MP não

Se o autor desistir

✓ **MP pode assumir**

Não pode propor a ação popular, mas pode assumir

4. Legitimado passivo

Todos aqueles que foram responsáveis pelo dano ou que obtiveram algum benefício com a lesão ao patrimônio público

i. **Agente que praticou o ato**

ii. **Entidade lesada**

iii. **Beneficiários dos atos ou contratos lesivos**

✓ Cabe Ação Popular contra particular!!

A pessoa jurídica de direito público ou privado, cujo ato seja objeto da impugnação, **pode se abster de contestar ou atuar ao lado do autor**

Desde que seja de interesse público

5. Reexame necessário

O reexame é necessário se a ação popular for julgada **improcedente**

6. Faz coisa julgada?

i. Se a improcedência se der por **falta de provas**

✗ Não faz **coisa julgada material**

Pode-se entrar com nova ação contra o mesmo ato, desde que se tenha mais provas

ii. Se a improcedência ou procedência foram amplamente fundamentadas

Faz coisa julgada erga omnes e não cabe entrar com nova ação

7. Controle de constitucionalidade em ação popular

✓ **Pode**

Controle DIFUSO em ação popular (caso concreto)

✗ **Não pode**

Controle abstrato

Ser substituto da ADIn

8. Ação popular vs Mandado de segurança

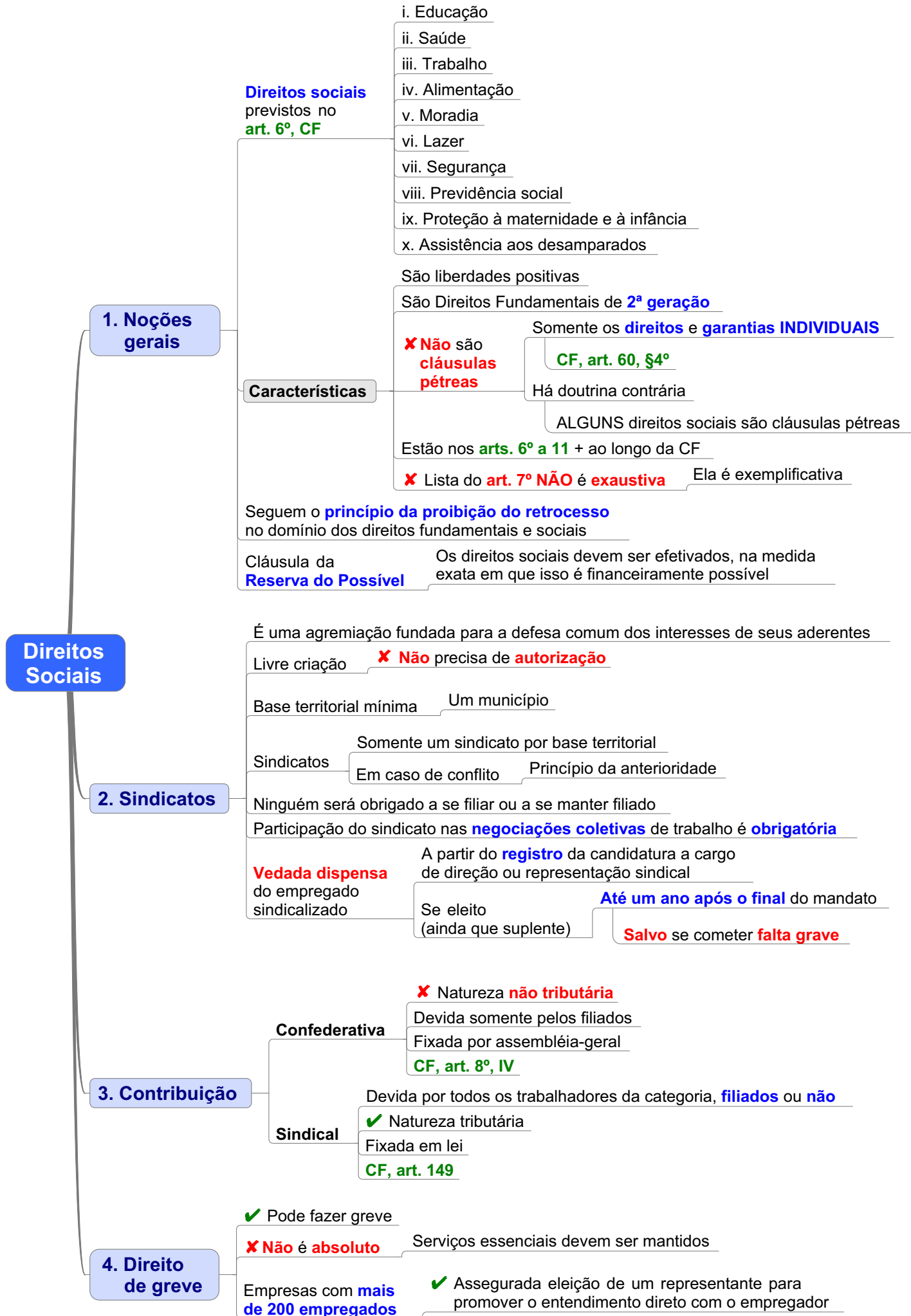
a) **Ação popular**

Interesse da coletividade, patrimônio público, moralidade....
Não precisa violar interesse concreto e objetivo

b) **Mandado de segurança**

Direito líquido e certo Individual ou coletivo
Precisa de violação ao direito subjetivo

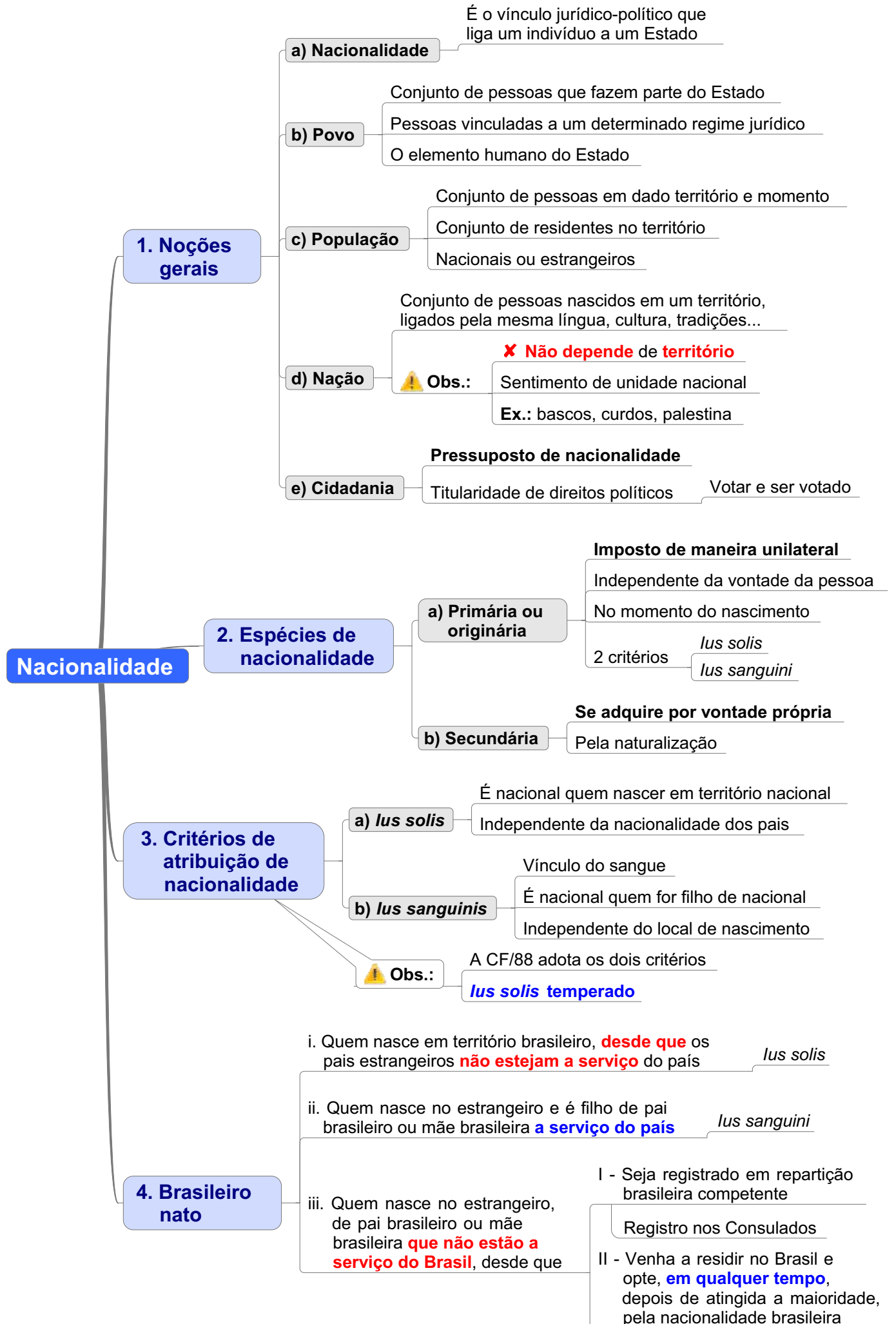
DIREITOS SOCIAIS I



DIREITOS SOCIAIS II - DIREITO DOS TRABALHADORES



DA NACIONALIDADE I

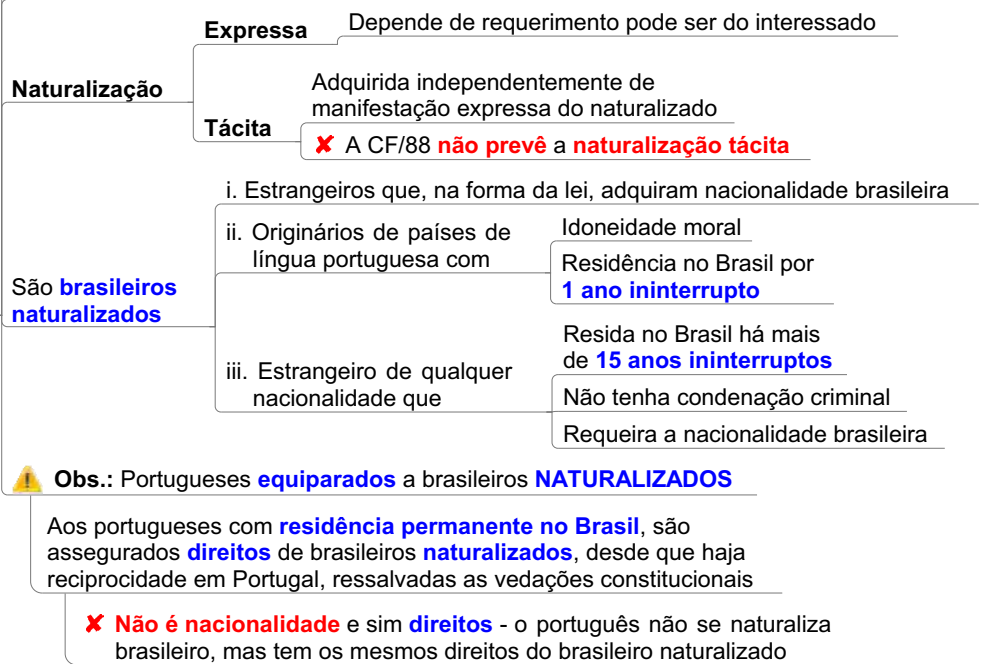


DA NACIONALIDADE II

Depende de manifestação da pessoa e do país

Ato discricionário do Brasil (regra)

5. Brasileiro naturalizado



Princípio da igualdade

A lei não pode fazer distinção entre Brasileiro nato e naturalizado, salvo os casos expressos na própria Constituição

Nacionalidade

6. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados

Distinções previstas na CF

- i. Brasileiro naturalizado pode ter cancelada sua naturalização por exercer atividade nociva ao interesse nacional
- ii. Dentre os componentes do Conselho da República, deve haver 6 brasileiros natos (**CF, art. 89**)
- iii. Não pode haver extradição de brasileiro nato, mas pode haver extradição de brasileiro **NATURALIZADO**, em caso de
 - I - Crime comum, praticado antes da naturalização; ou
 - II - De comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins
 - Não interessa se o crime foi cometido antes ou depois da naturalização
- iv. Empresa jornalística somente pode pertencer a:
 - I - Brasileiros natos
 - II - Brasileiros naturalizados há mais de dez anos
 - III - Pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País
- v. Cargos privativos de **brasileiro nato**
 - I - Presidente e Vice-Presidente da República
 - II - Presidente da Câmara dos Deputados
 - III - Presidente do Senado Federal
 - IV - Ministro do Supremo Tribunal Federal
 - V - Carreira diplomática
 - VI - Oficial das Forças Armadas
 - VII - Ministro de Estado da Defesa

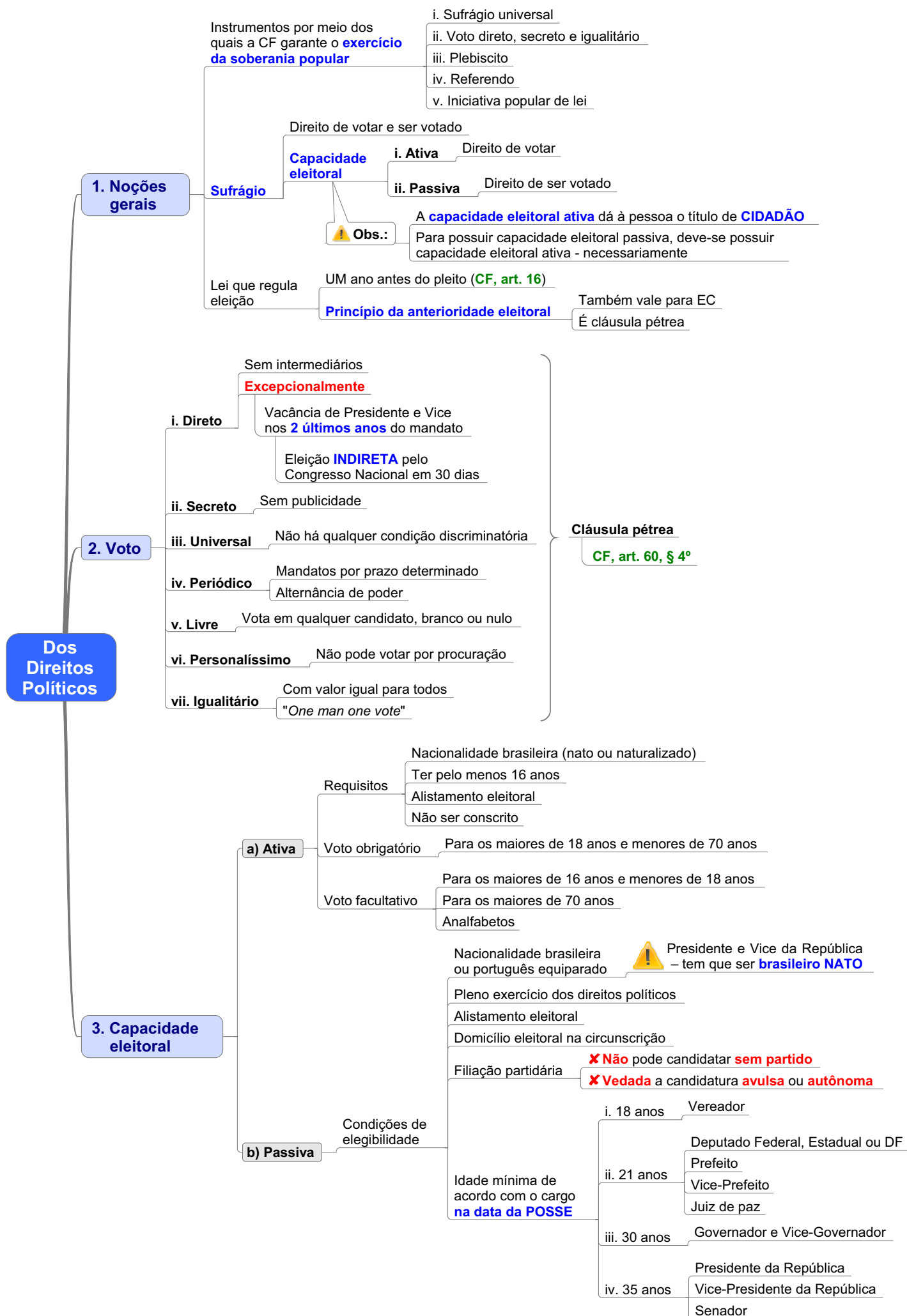
7. Perda da Nacionalidade

Sempre ex **NUNC**

Perderá a nacionalidade o brasileiro que

- i. Tiver **cancelada sua naturalização**, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional
 - Somente brasileiros naturalizados
- ii. Adquirir outra nacionalidade, **salvo** no casos
 - I - De reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;
 - II - De imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis

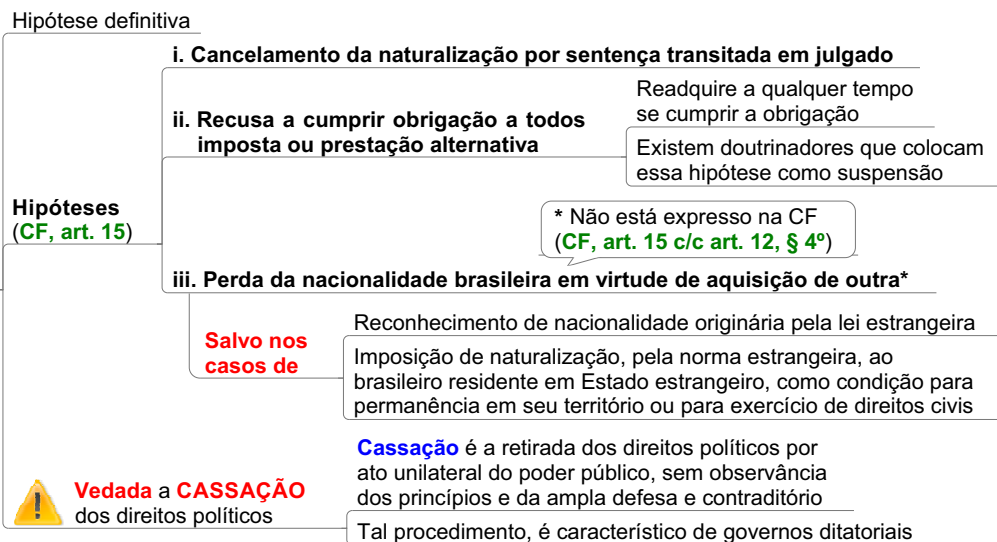
DOS DIREITOS POLÍTICOS I



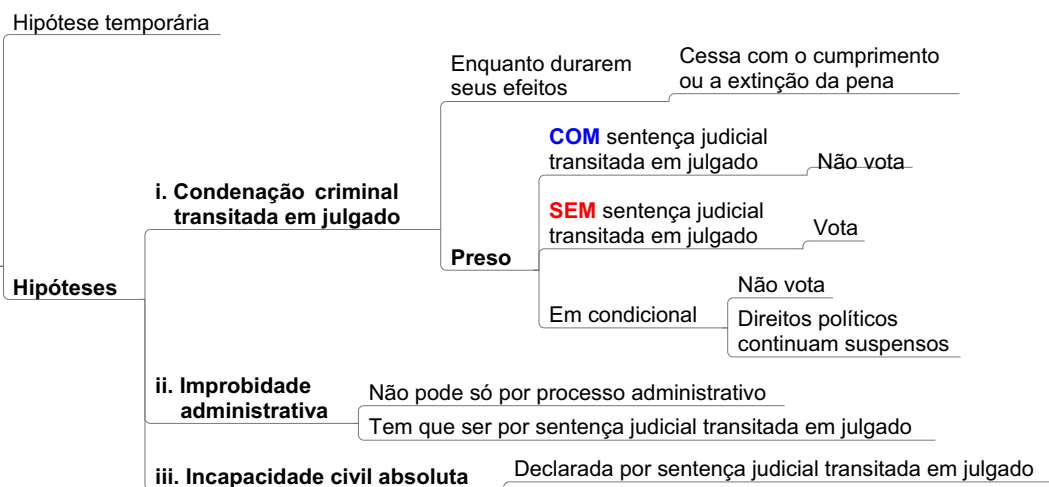
DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS

Direitos Políticos Negativos

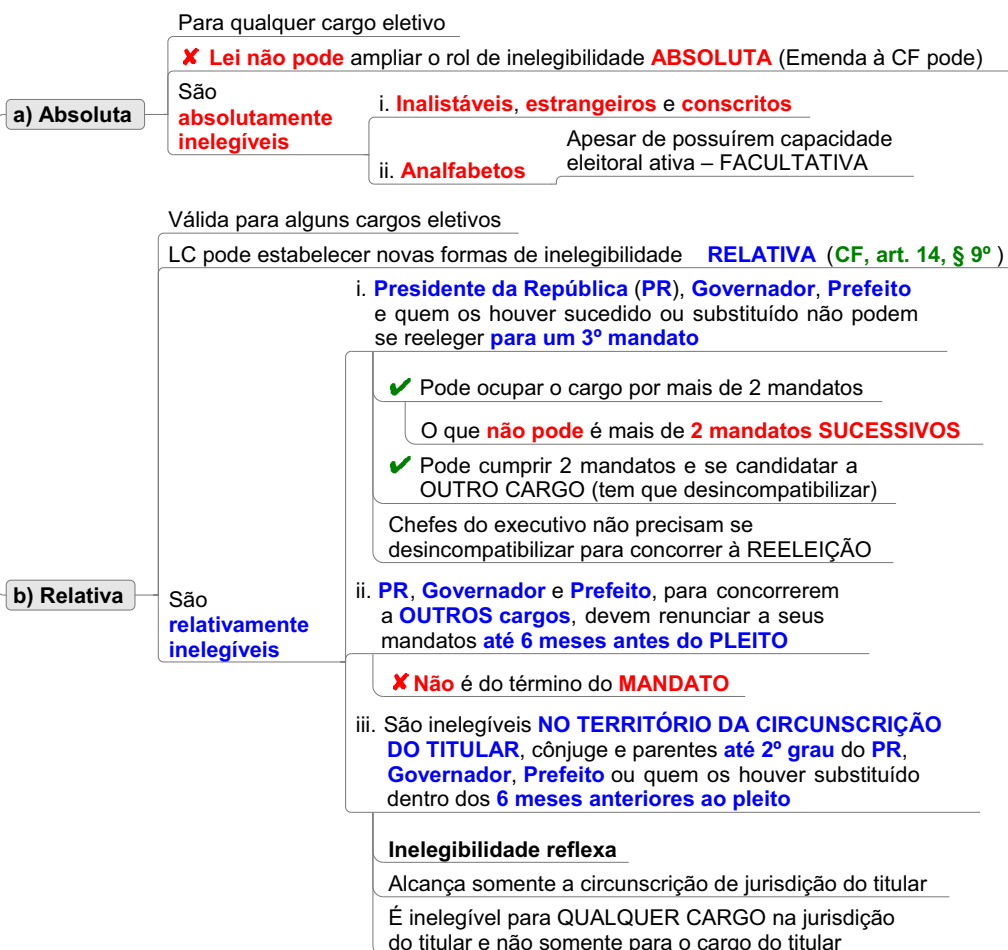
1. Perda dos direitos políticos



2. Suspensão dos direitos políticos



3. Inelegibilidades



DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Dos Partidos Políticos

1. Conceito

Organização de pessoas reunidas

em torno de um **mesmo programa político**

com a **finalidade** de

assumir o poder e mantê-lo
ou, ao menos, influenciar por meio de oposição

É livre a

Criação
Fusão
Incorporação
Extinção

dos partidos políticos

✗ Liberdade de organização partidária **não é absoluta**

Devem ser respeitados

- Soberania nacional
- Pluralismo partidário
- Regime democrático
- Direitos fundamentais

Preceitos

- Caráter nacional
- Proibição** de **recebimento de dinheiro** de entidade ou governo **estrangeiros** ou **vinculada ao estrangeiro**
- Prestação de contas à Justiça Eleitoral
- Funcionamento parlamentar de acordo com a lei

✗ **Vedada** de utilização de organização **paramilitar**

2. Liberdade organização partidária

Autonomia Partidária

- Definir sua estrutura interna, organização e funcionamento
- Adotar critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais

✗ **Não é obrigatória** a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal (**EC 52/06**)

✗ **Verticalização**

✗ **Não** precisa seguir a federal

✗ **NÃO** há mais **VERTICALIZAÇÃO** no Brasil

O **ESTATUTO** do partido tem que conter normas sobre a

Disciplina

Fidelidade partidária

Personalidade jurídica

Partido Político é pessoa jurídica de **direito privado**

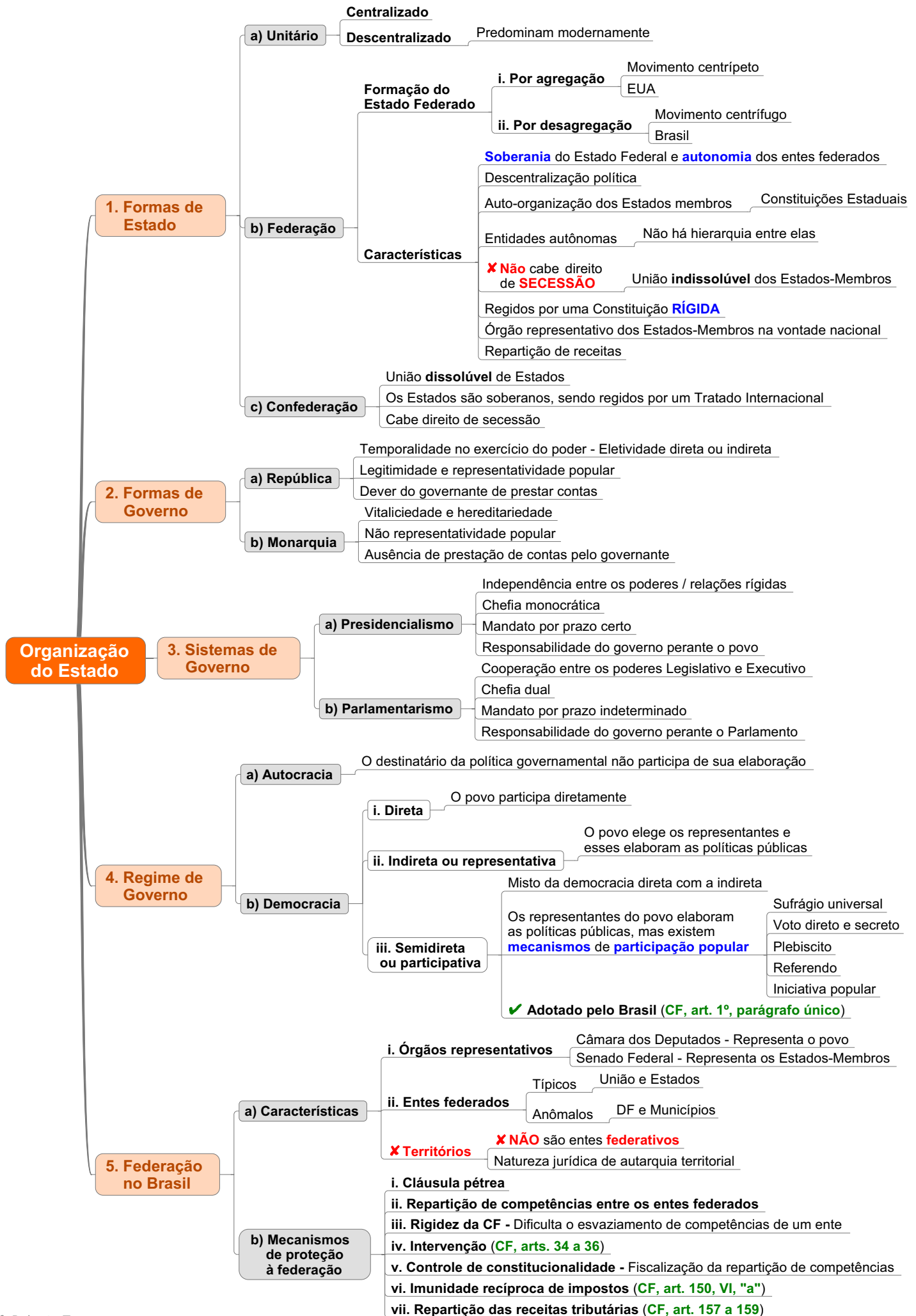
Se consolida quando do registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos (adquire personalidade jurídica)

Depois de adquirir personalidade jurídica, **registra** seu **ESTATUTO** no **TSE**

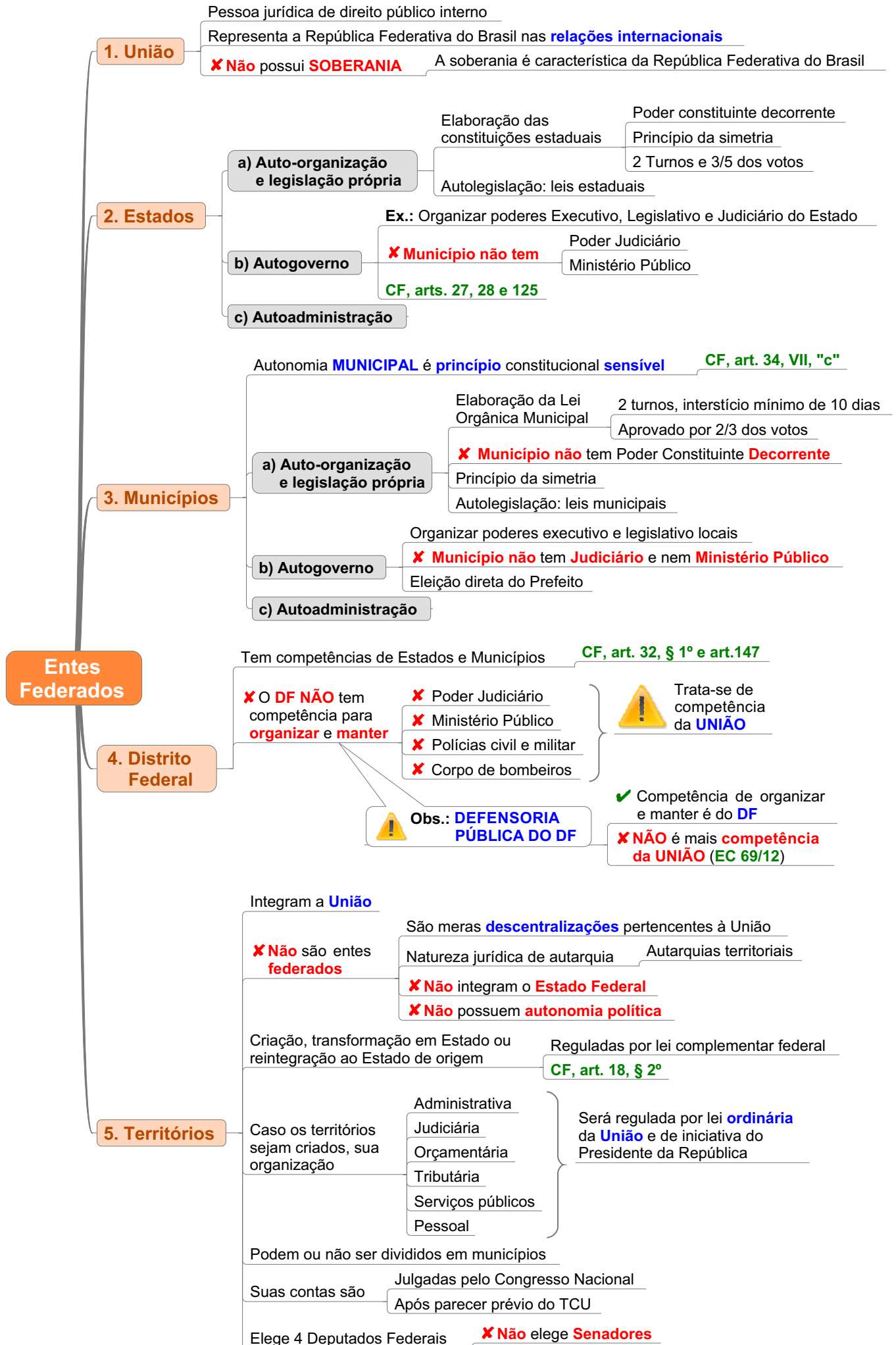
Têm **direito** a

- Recursos do Fundo Partidário
- Acesso gratuito ao rádio e à TV
- Imunidade tributária sobre patrimônio, renda e serviços (**CF, art. 150, VI, c**)

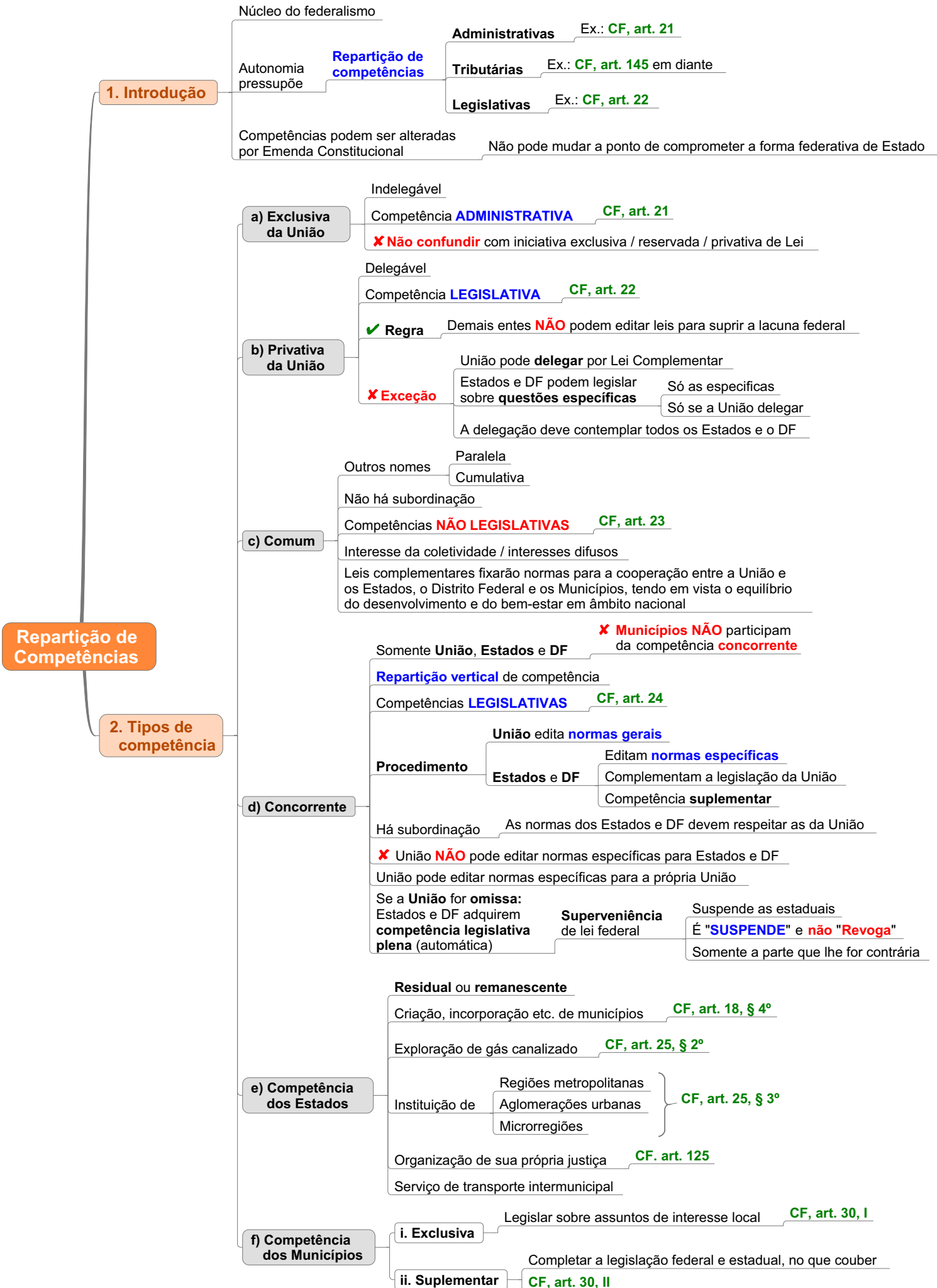
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - VISÃO GERAL



ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - ENTES FEDERADOS



ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

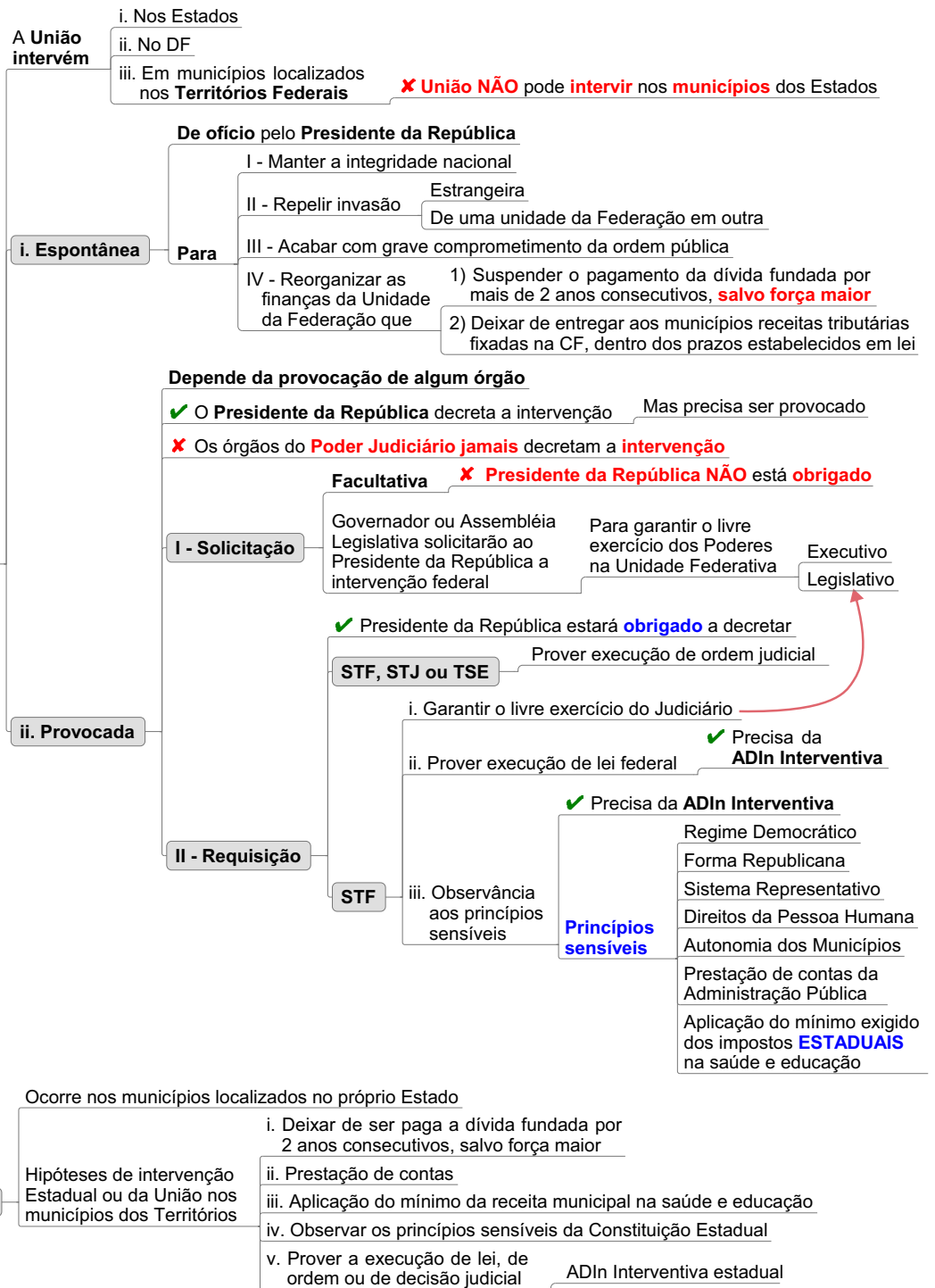


INTERVENÇÃO

1. Noções gerais

- Regra**
- ✓ **Princípio da Autonomia Política** das entidades que compõem o Estado Federado
 - A intervenção ocorre de forma excepcional (**CF, arts. 34, 35 e 36**)
 - Afastamento, excepcional e temporário, da autonomia de um ente federado por outro
 - Funciona como **controle de constitucionalidade**, pois é medida para fazer com que se obedeça à CF

2. Tipos de Intervenção



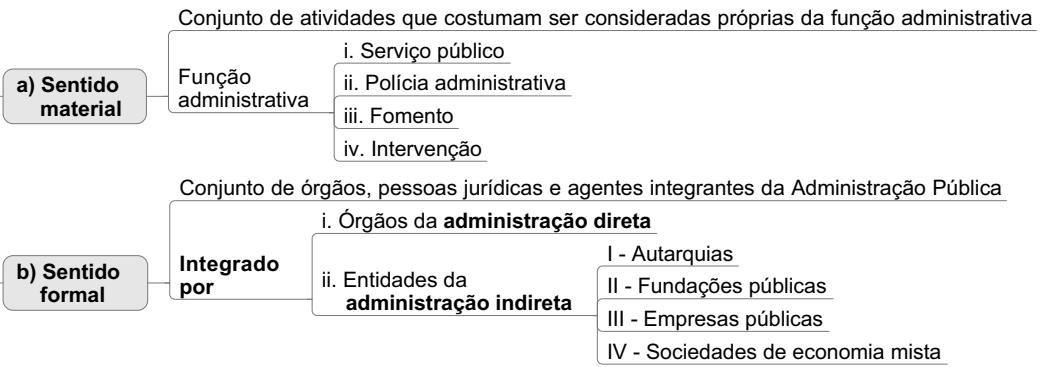
3. Decreto de Intervenção e Controle Político do Legislativo

- A intervenção é **SEMPRE** decretada pelo Chefe do Poder Executivo, por meio do chamado **decreto de intervenção**
- São **consultados** (intervenção federal) o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional (opinativo)
- Os decretos de intervenção sofrem **controle político do Legislativo**
- Em 24 horas
 - Recesso Convocação extraordinária em 24 horas
- Primeiramente o decreto somente **suspenderá o ato impugnado** (e não sofre controle político do Congresso Nacional)
- Caso a medida não seja suficiente, aí sim decreta-se a intervenção e há controle do Legislativo
- Isso ocorre nos seguintes casos
- i. Intervenção Federal**
 - i. Para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial
 - ii. Assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis
 - ii. Intervenção Estadual**
 - O Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial
- Caso o Poder Legislativo não aprove a decretação da intervenção, o Chefe do Executivo deverá cessá-la imediatamente, sob pena de **crime de responsabilidade**

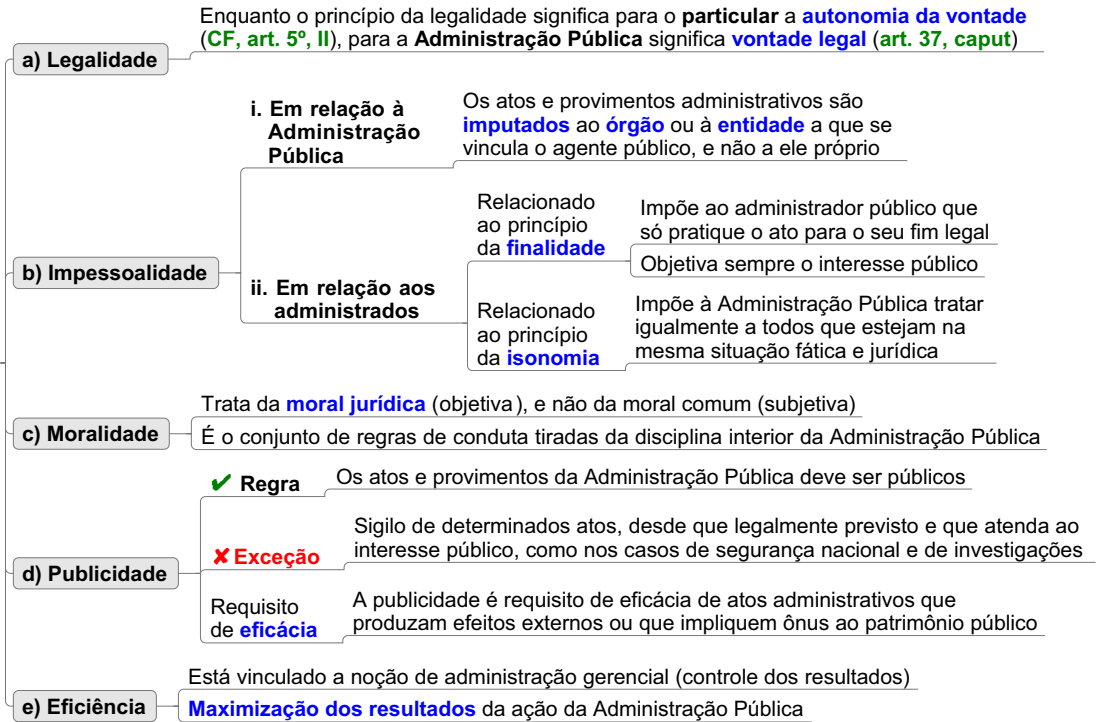
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública

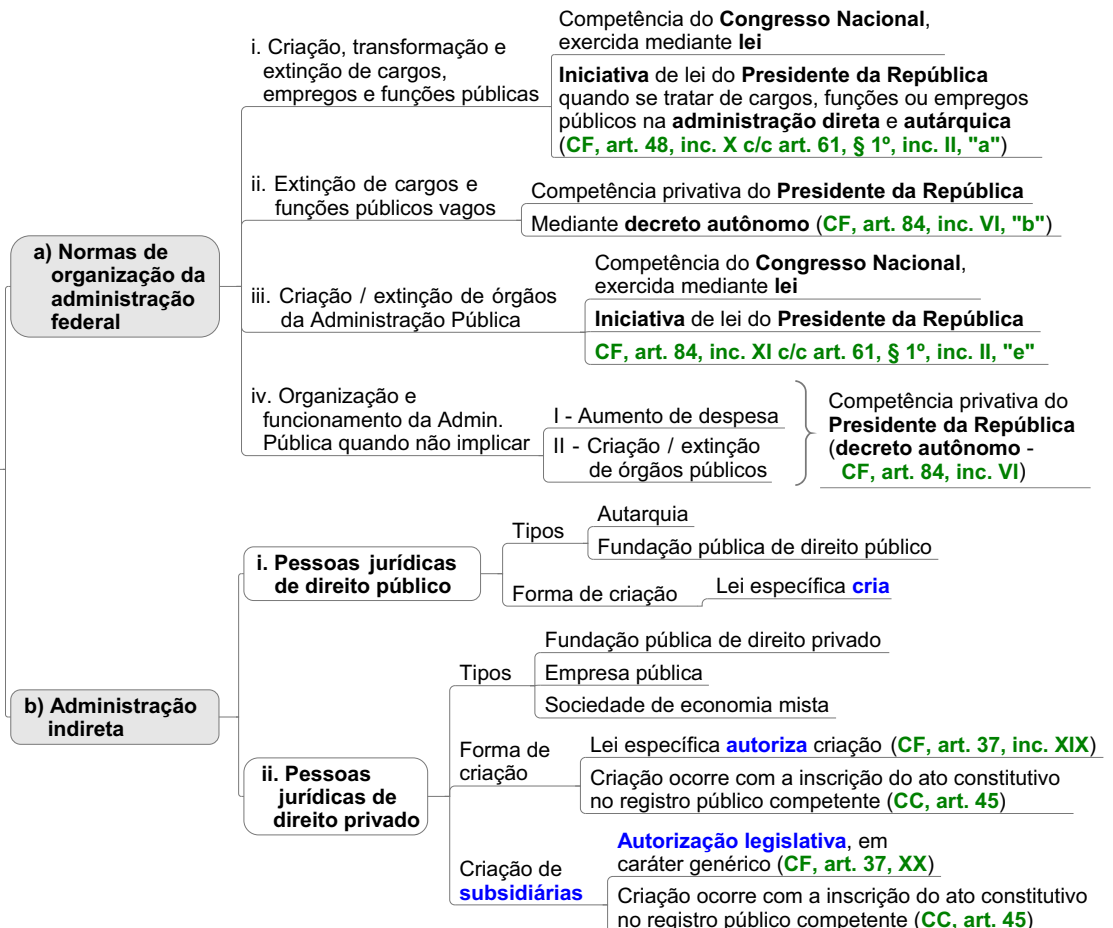
1. Conceito



2. Princípios constitucionais



3. Estruturas básicas



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SERVIDORES PÚBLICOS I

Servidores Públicos

1. Acesso

a) Cargo, emprego e função pública

i. Brasileiro

Deve preencher os requisitos estabelecidos na lei

Norma de eficácia **contida**

Requisitos para acesso a cargos e empregos públicos

- I - Devem ser previstos em **lei** **✗ Edital não** pode estabelecer requisitos ou restrições ao acesso
- II - Devem observar o princípio da **razoabilidade** e estar relacionados à natureza das atribuições do cargo ou emprego
- III - Devem se pautar em **critérios objetivos**

CF, art. 37, I

ii. Estrangeiro

Na forma da lei

Norma constitucional de eficácia **limitada**

CF, art. 37, I

iii. Cargos privativos de brasileiro nato

CF, art. 12, § 1º

- I - Presidente e Vice-Presidente da República
- II - Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
- III - Ministro do Supremo Tribunal Federal
- IV - Ministro de Estado de Defesa
- V - Oficial das Forças Armadas
- VI - Carreira diplomática

b) Concurso público

Obrigatório

i. Cargo público

✓ **Efetivo**

✗ **Comissão**

Livre nomeação e exoneração

✗ **Não** precisa de **concurso**

ii. ✓ Emprego público

Prazo de validade

Até 2 Anos

Prorrogável

1 vez, por igual período

CF, art. 37, III

Durante o prazo improrrogável, o aprovado será convocado com prioridade sobre novos concursados

CF, art. 37, IV

Súmula STF 15

2. Estabilidade

a) Conceito

É uma garantia de ordem constitucional

Conferida a ocupantes de **cargo público EFETIVO**

Visa assegurar sua permanência no cargo, enquanto atendidos os requisitos legais

b) Requisitos

i. **Aprovação** em concurso público para cargo público de provimento **efetivo**

ii. **Três anos** de efetivo exercício

iii. **Avaliação especial de desempenho** por comissão instituída para essa finalidade

c) Hipóteses de perda do cargo após a estabilidade

i. Sentença judicial **transitada em julgado**

ii. **Processo administrativo**, assegurada ampla defesa

iii. Procedimento de **avaliação periódica de desempenho**

Norma constitucional de eficácia **limitada**

Na forma da **lei complementar**

CF, art. 41, § 1º

iv. Cumprimento dos **limites** com a despesa com pessoal ativo e inativo

Norma constitucional de eficácia **limitada**

CF, art. 169, § 4º

3. Acumulação

✗ **Vedada**

Acumulação remunerada de **cargos, empregos ou funções**

CF, art. 37, XVI e XVII

✓ **Exceto**

Havendo compatibilidade de horários

2 cargos de professor

Cargo de professor + cargo técnico ou científico

2 cargos privativos área de saúde

Mandato de vereador **CF, art. 38, III**

Permissão para juízes exercerem o magistério **CF, art. 95, p. único, I**

Permissão para membros do Ministério Público exercerem o magistério **CF, art. 128, § 5º, II, "d"**

✗ **Vedada acumulação**

Proventos de aposentadoria do RPPS; com

Remuneração de cargo, emprego ou função

Cargos acumuláveis na forma da Constituição

Cargos eletivos

Cargos em comissão

✓ **Exceto para**

CF, art. 37, § 10º

Acumulação de remuneração com proventos de aposentadoria do regime de previdência **próprio** dos servidores (RPPS)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SERVIDORES PÚBLICOS II

Ao servidor público civil é garantido o direito à **livre associação sindical**

Norma constitucional de eficácia **plena**

4. Direito a Associação Sindical

Fixação de vencimentos dos servidores públicos

✗ Não pode ser objeto de convenção coletiva

Súmula STF 679

Modalidade de remuneração conferida a certos cargos

Fixada em **parcela única**

✗ **Vedado** o acréscimo de **gratificação, adicional, abono, prêmio**, verba de representação ou outra espécie remuneratória

a) Subsídio

✓ **Obrigatório** para

Chefes do Poder Executivo

Ministros de Estado

Secretários Estaduais e Municipais

Membros do Poder Legislativo

Poder Judiciário

Ministério Público

Tribunais de Contas

Podem adotar Servidores públicos **organizados em carreira**

b) Vencimentos (remuneração em sentido estrito)

Retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público

Aplicado aos servidores **estatutários**

Composição

Vencimentos =

Vencimento básico do cargo

+

Vantagens pecuniárias permanentes

O vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens permanentes, é irredutível

c) Salário

Contraprestação pecuniária paga aos empregados públicos

Subsídio do Ministro do STF

Fixado por lei de iniciativa do STF

i. União

É o teto geral, para todos os Poderes, em todas as esferas da Federação

Poder Executivo

Subsídio do **Governador**

Poder Legislativo

Subsídio dos **Deputados Estaduais/Distritais**

Subsídio dos **Desembargadores** do Tribunal de Justiça, **limitado a 90,25%** do subsídio do Ministro do STF

Poder Judiciário

Limite aplicável também aos

I - Membros do Ministério Público

II - Procuradores

III - Defensores Públicos

Facultado aos Estados/DF fixar, como limite único, o subsídio dos Desembargadores do TJ

⚠ **Obs.:**

Mediante emenda à Constituição Estadual

✗ **Não se aplica** o limite ao subsídio dos Deputados Estaduais/Distritais, nem dos Vereadores

iii. Municípios

Subsídio do **Prefeito**

iv. Salário dos empregados públicos

CF, art. 37, § 9º

Aplicabilidade do teto somente às estatais que receberem recursos do ente político para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral

v. Parcelas de caráter indenizatório previstas em lei

✗ **Não** são computadas na aplicação do teto

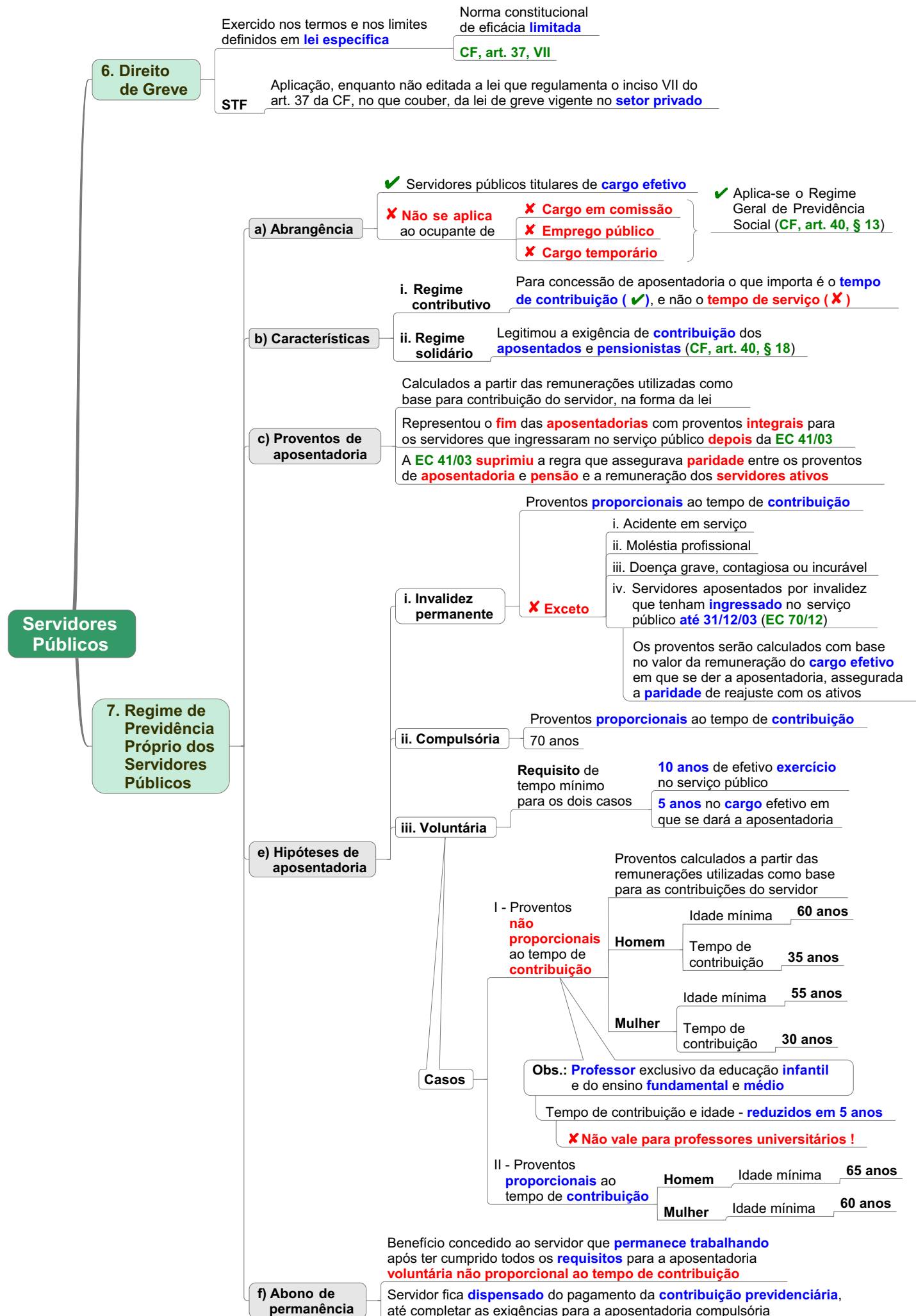
CF, art. 37, § 11

Servidores Públicos

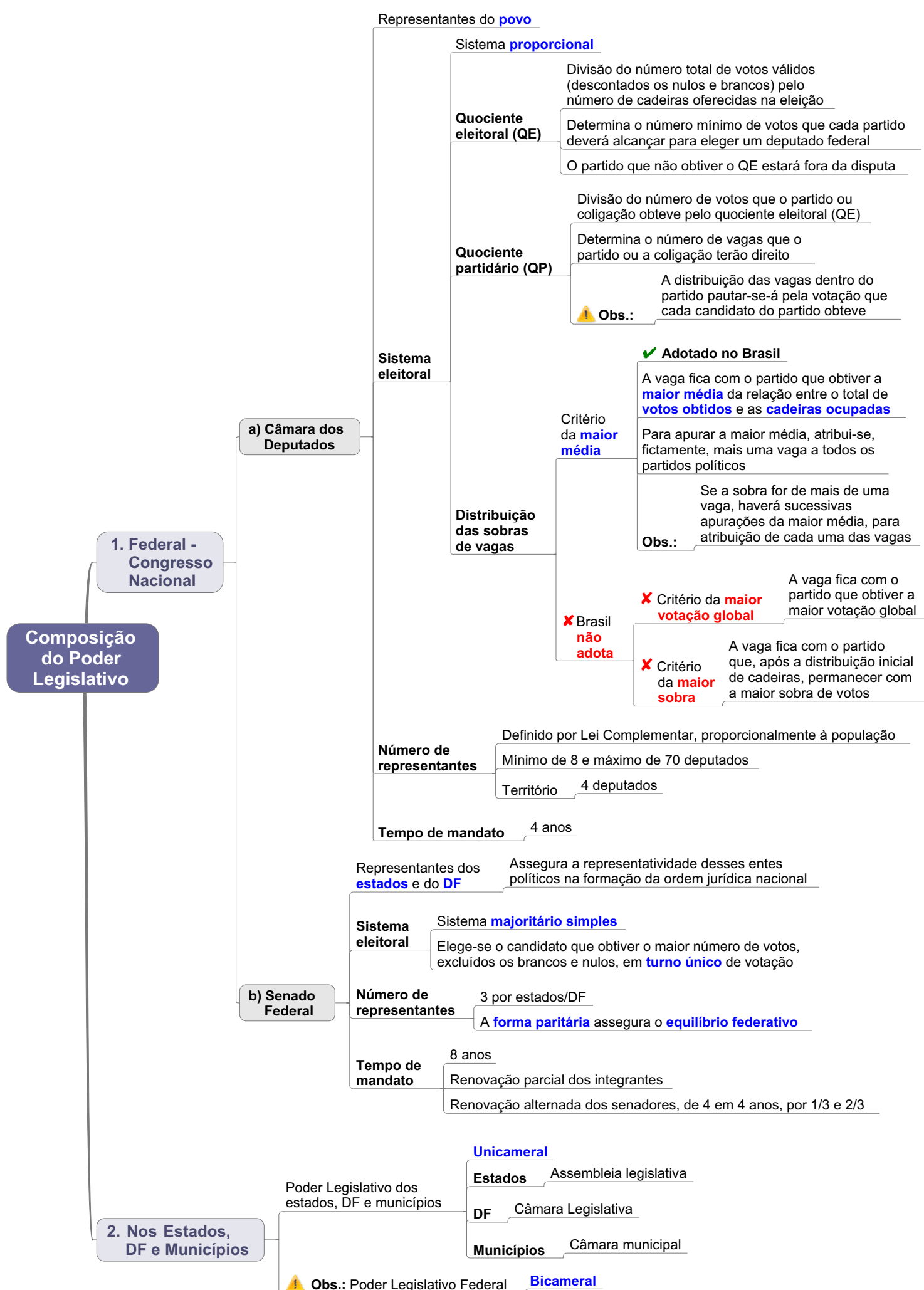
5. Sistema Remuneratório

e) Limites

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SERVIDORES PÚBLICOS III



COMPOSIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO



PODER LEGISLATIVO - COMISSÕES PARLAMENTARES

Comissões Parlamentares

1. Noções gerais

São órgãos colegiados, compostos por número restrito de membros, podendo ser constituídas por cada Casa, ou ainda serem integradas por deputados e senadores (comissões mistas)

2. Comissões permanentes

Dotadas de caráter técnico legislativo

Apreciam assuntos ou proposições (discutem, votam ou emitem pareceres) e exercem o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação

Ex.: Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

3. Comissões temporárias

Criadas para apreciar assunto determinado

Se extinguem ao término da legislatura, ou antes

Ex.: Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

4. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

Atuação típica do Poder Legislativo

Função fiscalizatória Controle político-administrativo

A investigação da CPI é um **procedimento investigatório**, de natureza jurídico-constitucional

Requisitos

i. Requerimento de 1/3 dos membros

ii. Apuração de **fato determinado**

iii. Fixação de **prazo certo** para conclusão dos trabalhos

Conclusões

Serão encaminhadas ao Ministério Público

A CPI pode

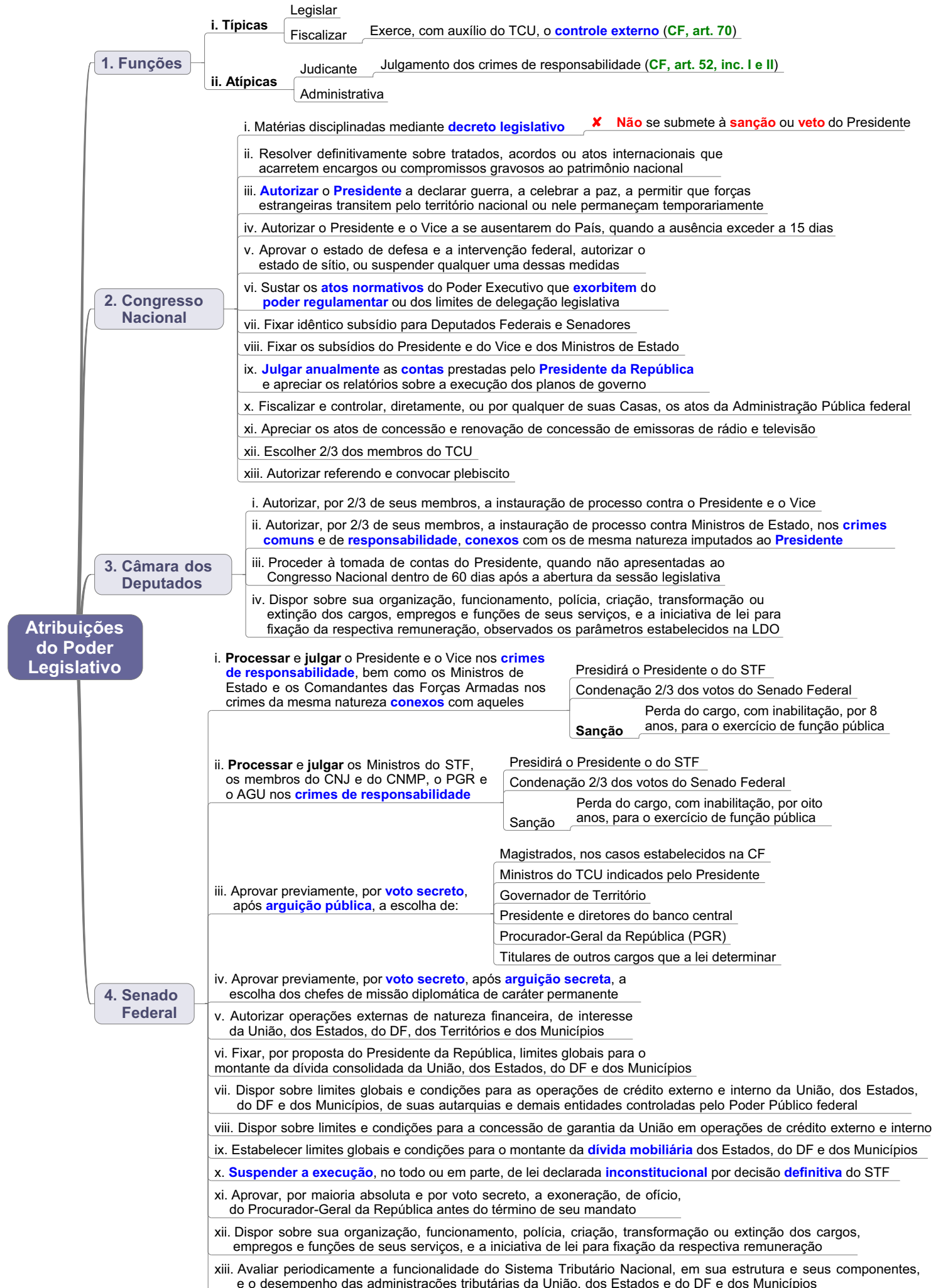
- ✓ Convocar investigados e testemunhas para depor
- ✓ Investigar negócios entre particulares, desde que relacionados ao interesse público
- ✓ Determinar a **condução coercitiva de testemunha**, no caso de recusa ao comparecimento
- ✓ Determinar a **quebra** dos **sigilos bancário, fiscal e telefônico**
- ✓ Investigar fatos que sejam objetos de inquéritos policiais ou de processos judiciais
- ✓ Convocar magistrados para depor sobre a prática de **atos administrativos**
- ✓ Convocar indígena para depor, desde que na respectiva comunidade e com presença de representante da Funai e de antropólogo
- ✓ Convocar Ministro de Estado e Membro do MP para depor
- ✓ Determinar diligências, perícias e exames que entenderem necessários
- ✓ Utilizar-se de polícia judiciária para localizar testemunha
- ✓ Requisitar de repartições públicas informações e documentos de seu interesse

Prerrogativas e vedações

A CPI não pode

- ✗ Desrespeitar o **direito ao silêncio** e ao **sigilo profissional**
- ✗ Conferir **publicidade indevida** aos **dados sigilosos** obtidos em decorrência da investigação
- ✗ Decretar a indisponibilidade dos bens e outras **medidas cautelares** (sequestro, arresto de bens)
 - O poder geral de cautela é prerrogativa do Poder Judiciário
- ✗ Autorizar **interceptação telefônica** (gravação de conversas telefônicas)
 - Cláusula de "**reserva de jurisdição**"
 - Sigilo das comunicações telefônicas
 - Medida cabível somente mediante **ordem judicial**, para fins de **investigação criminal** ou **instrução processual penal**
 - CF, art. 5º, inc. XII**
- ✗ Decretar a busca e a apreensão **domiciliar** de documentos
 - Inviolabilidade do domicílio **CF, art. 5º, inc. XI**
 - Medida passível somente por ordem judicial
- ✗ Convocar magistrados para depor sobre a prática de **ato de natureza jurisdicional**
- ✗ Decretar a **prisão** do depoente, salvo em situação de **flagrante delito**, como falso testemunho, por exemplo
 - Cláusula de "**reserva de jurisdição**"
 - Prerrogativa do Judiciário
- ✗ Proibir investigado de ausentar-se do País
- ✗ Impedir a presença de advogado dos depoentes em suas reuniões
- ✗ Oferecer denúncia ao Poder Judiciário
- ✗ **Processar, julgar, condenar**, apurar **responsabilidade** civil ou penal do investigado, pois trata-se de **procedimento investigatório**

ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO



PODER LEGISLATIVO - ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS

Estatuto dos Congressistas

1. Imunidade material

Deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por suas **opiniões**, **palavras** e **votos**

Deve haver relação de pertinência entre a manifestação do parlamentar e o exercício do mandato eletivo

Momento Desde a **diplomação**

Trata-se de imunidade **processual**

a) Em relação à prisão

✗ **Não** poderão ser **presos**, salvo:

- i. Flagrante de crime inafiançável
- ii. Sentença judicial transitada em julgado

Autos serão remetidos, dentro de 24 horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto dos seus membros, resolva sobre a prisão

⚠ **Obs.:** Imunidade para crime praticado **antes** ou **após** a **diplomação**

É a possibilidade de **sustação** do andamento do processo decorrente de crime praticado **após** a **diplomação**, por deliberação de **maioria absoluta** da respectiva Casa, dada a **iniciativa** de **partido político nela representado**

b) Em relação ao processo

Crime praticado **após** a Diplomação

STF processa e julga sem necessidade de autorização

STF dá ciência à Casa Legislativa

Partido político nela representado, poderá solicitar a sustação do processo

Crime praticado **antes** da Diplomação

✗ **Não** há **imunidade**

3. Foro por prerrogativa de função

Os deputados e senadores, **desde** a **expedição do diploma**, serão submetidos a julgamento perante o **STF**

✗ **Não** alcança as **ações** de natureza **cível** ajuizadas contra congressistas

4. Afastamento do Poder Legislativo

Os congressistas **não perderão** o mandato se investidos nos cargos de:

- i. Ministro de Estado
- ii. Governador de Território
- iii. Secretário de Estado, do DF, de Território, de Prefeitura de Capital
- iv. Chefe de missão diplomática temporária

Parlamentar afastado para exercício de cargo no Poder Executivo

✗ **Não** leva consigo as **imunidades material** e **formal**

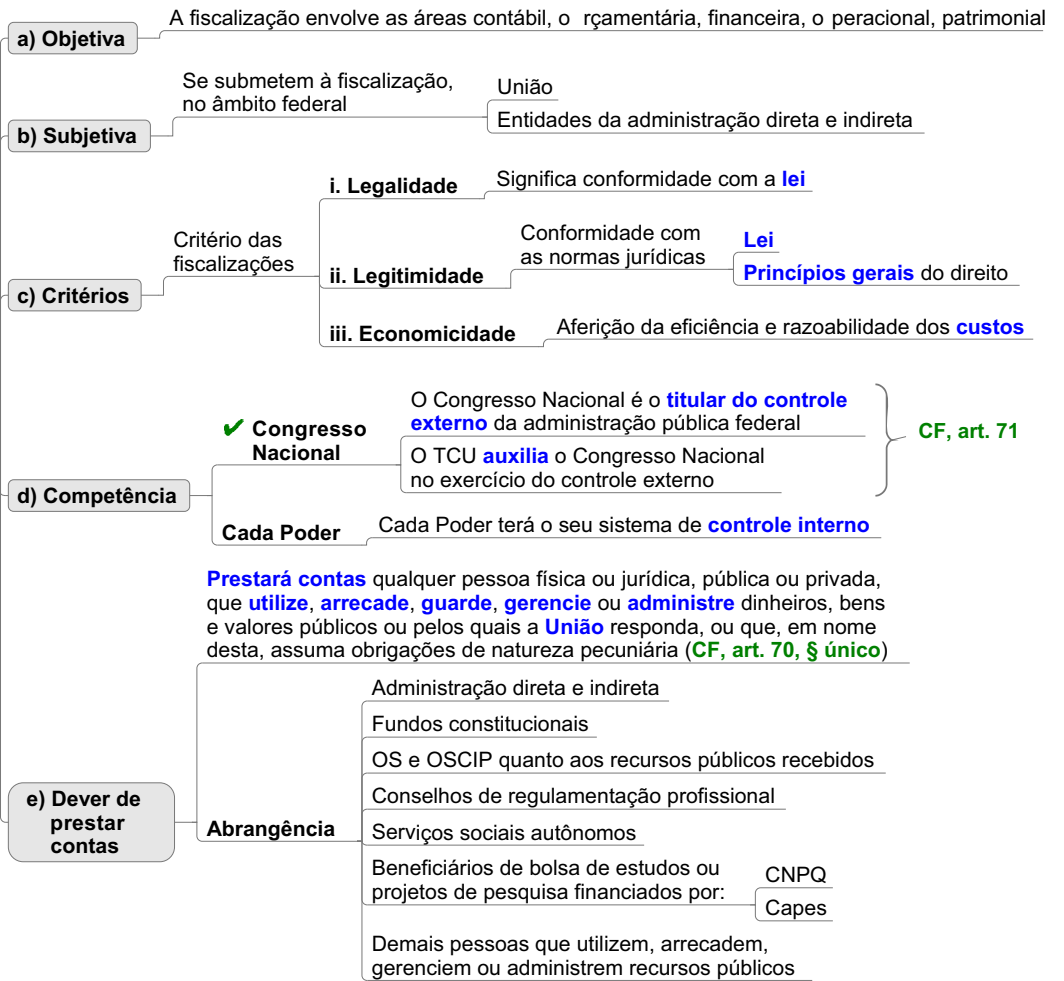
✓ Mantém o direito ao **foro** por prerrogativa de função

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

O **TCU** é órgão técnico que **auxilia** o Congresso Nacional na função do controle externo, **não** lhe sendo **subordinado**

1. Conceito

Possui atribuições constitucionais próprias **Órgão constitucional autônomo**



CF, art. 71

2. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que **utilize, arrecade, guarde, gerencie** ou **administre** dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a **União** responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (**CF, art. 70, § único**)

Tribunal de Contas da União

O TCU é integrado por **9 Ministros**

⚠ **Obs.:** Tribunais de Contas dos Estados Integrados por 7 conselheiros (**CF, art. 75, § único**)

3. Composição

a) Requisitos para nomeação de Ministro do TCU

- i. Nacionalidade brasileira
- ii. Mais de 35 anos e menos de 65
- iii. Idoneidade moral e reputação ilibada
- iv. Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública
- v. Experiência de mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados

b) Processos de escolha dos Ministros

- 2/3 (6 Ministros)
 - Escolhidos pelo Congresso Nacional
 - Critério de escolha **Livre** escolha
- 1/3 (3 Ministros)
 - Escolhido pelo Presidente da República
 - Critério de escolha
 - 1 Ministro escolhido dentre os **Auditores (Ministros-Substitutos)**
 - 1 Ministro escolhido dentre os **membros do MP/TCU**
 - 1 Ministro de **livre** escolha

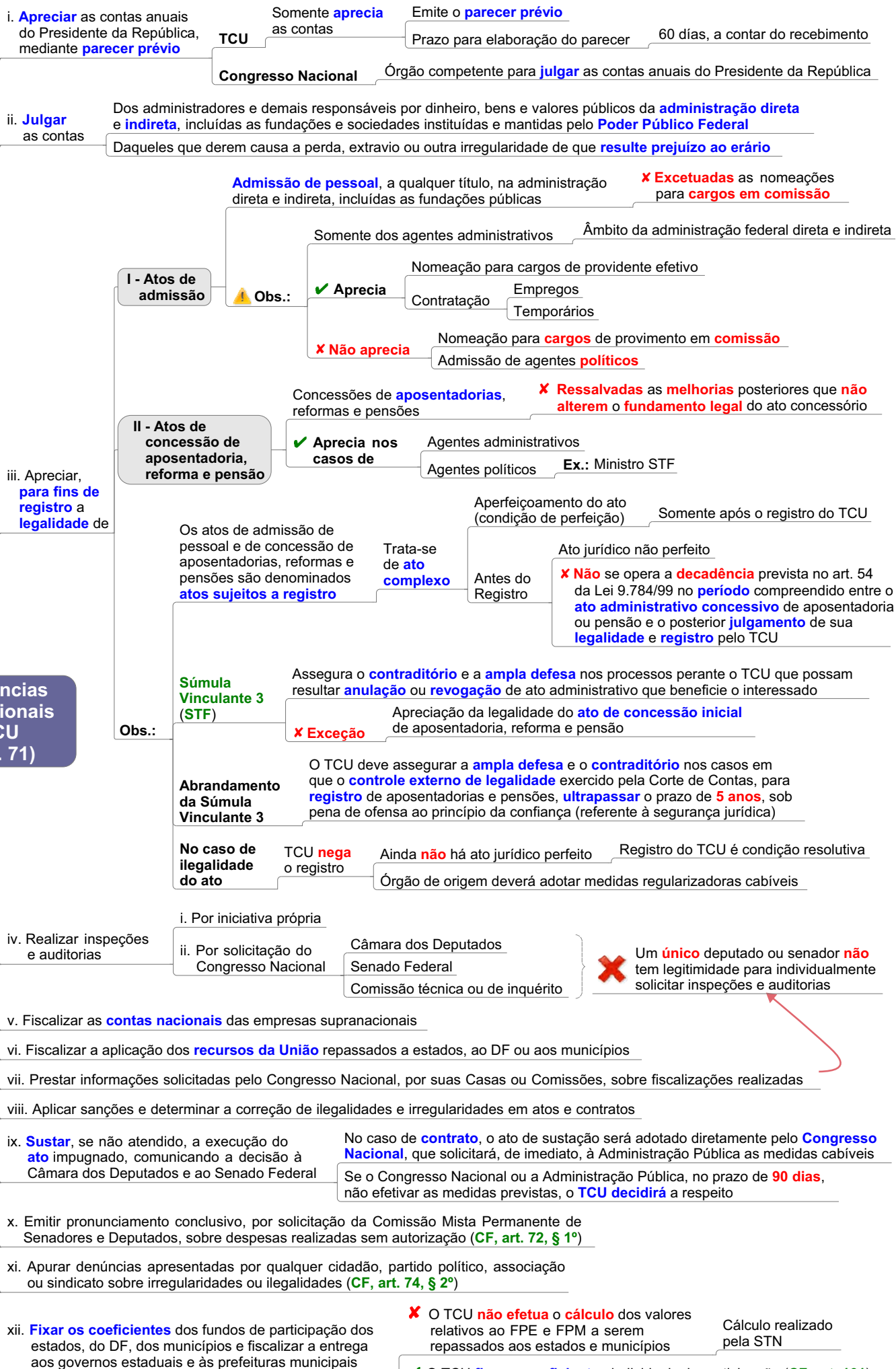
c) Nomeação dos Ministros

Competência do Presidente da República

d) Prerrogativas

- i. Dos Ministros**
 - Terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos **Ministros do Superior Tribunal de Justiça - STJ (CF, art. 73, § 3º)**
- ii. Dos Auditores (Ministro-Substituto)**
 - Quando em substituição a Ministro
 - Terão as mesmas garantias e impedimentos do titular
 - Quando no exercício das demais atribuições da judicatura
 - Terão as mesmas garantias e impedimentos de **juiz de Tribunal Regional Federal - TRF**

COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO TCU



PROCESSO LEGISLATIVO - VISÃO GERAL

É a sequência de atos que devem ser cumpridos para a devida formação das normas jurídicas

a) Conceito de Processo Legislativo

É o procedimento destinado à elaboração de

- i. **Emenda Constitucional (EC)**
- ii. **Lei Ordinária (LO)**
- iii. **Lei Complementar (LC)**
- iv. **Lei Delegada (LDel)**
- v. **Medida Provisória (MP)**
- vi. **Decreto Legislativo (Dec Leg)**
- vii. **Resoluções (Res)**



São normas primárias, mas **não** são objeto do **processo legislativo**

- ✗ **Decreto Autônomo**
- ✗ **Resoluções de Tribunais**

✗ **Não** há **hierarquia** entre as espécies normativas

✓ Exceto **Emenda Constitucional**
Ver "**Pirâmide Normativa 1**"

b) Hierarquia entre espécies normativas

✓ **Há hierarquia** entre Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal

Ver "**Pirâmide Normativa 2**"

✗ **Não** há **hierarquia** entre leis federais, estaduais e municipais

Existe conflito de competência
Ver "**Pirâmide Normativa 3**"

c) Normas primárias

Derivam diretamente da CF

Inovam o direito

Possuem igual hierarquia, salvo Emenda Constitucional

Cada uma tem um campo de atuação específico (princípio da especialidade)



Obs.:

As espécies legislativas **não** são **cláusulas pétreas**

✓ Podem ser modificadas por EC

Ex.: **EC 32/01** - alterou regras das MPs

Todos os procedimentos do processo legislativo são normas de reprodução obrigatória nos Estados e Municípios, no que couber (**ADI 1.254/RJ-MC**)

Processo Legislativo

1. Noções gerais

2. Lei Ordinária vs Lei Complementar

a) Noções

São atos normativos primários

✗ **Não** há **hierarquia** entre elas

Princípio da especialidade

b) Igualdades

Procedimento legislativo em 3 fases

c) Diferenças

i. Material (objeto)

Lei Complementar

Hipóteses previstas taxativamente na CF

Lei Ordinária

Residual

ii. Formal (quórum de aprovação)

Lei Complementar

Maioria Absoluta

Lei Ordinária

Maioria Simples

d) Casos onde uma Lei Complementar pode ser alterada ou revogada por uma Lei Ordinária

i. Quando a Lei Complementar tratar de matéria de Lei Ordinária

ii. Quando a matéria, no passado, era reservada à Lei Complementar, mas deixou de ser, em virtude de uma nova CF ou de EC

Nesses dois casos, apesar de continuar sendo chamada de Lei Complementar, ela funcionará como Lei Ordinária

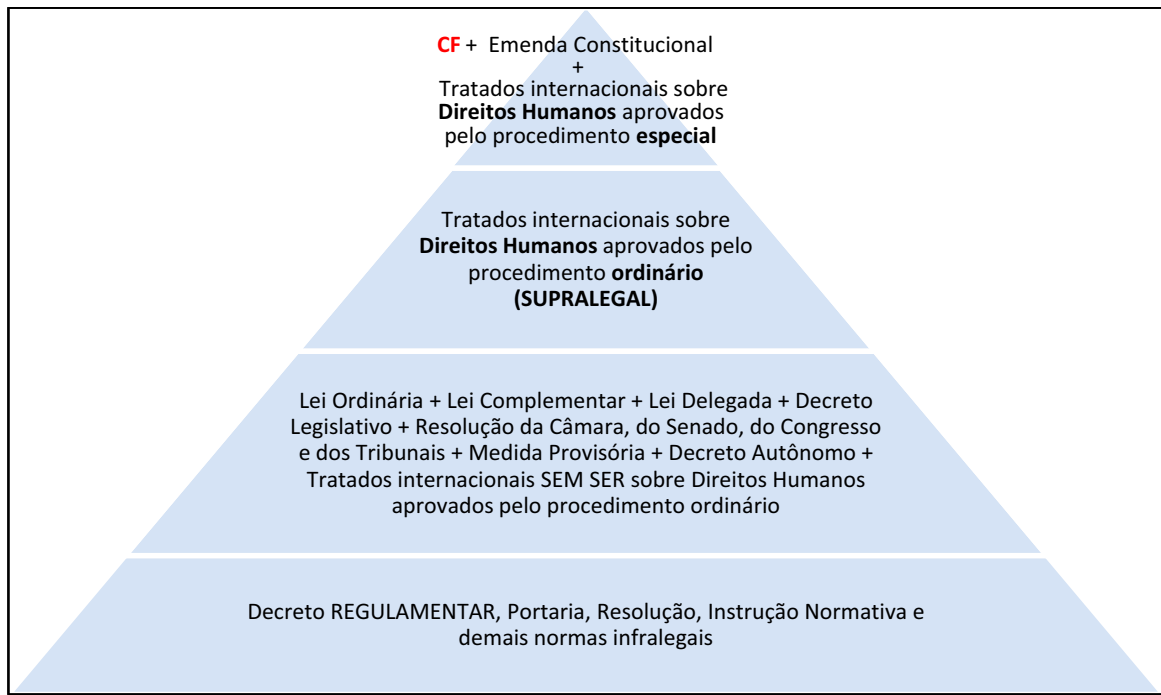


Obs.:

Formalmente Lei Complementar

Materialmente Lei Ordinária

PIRÂMIDE NORMATIVA 1



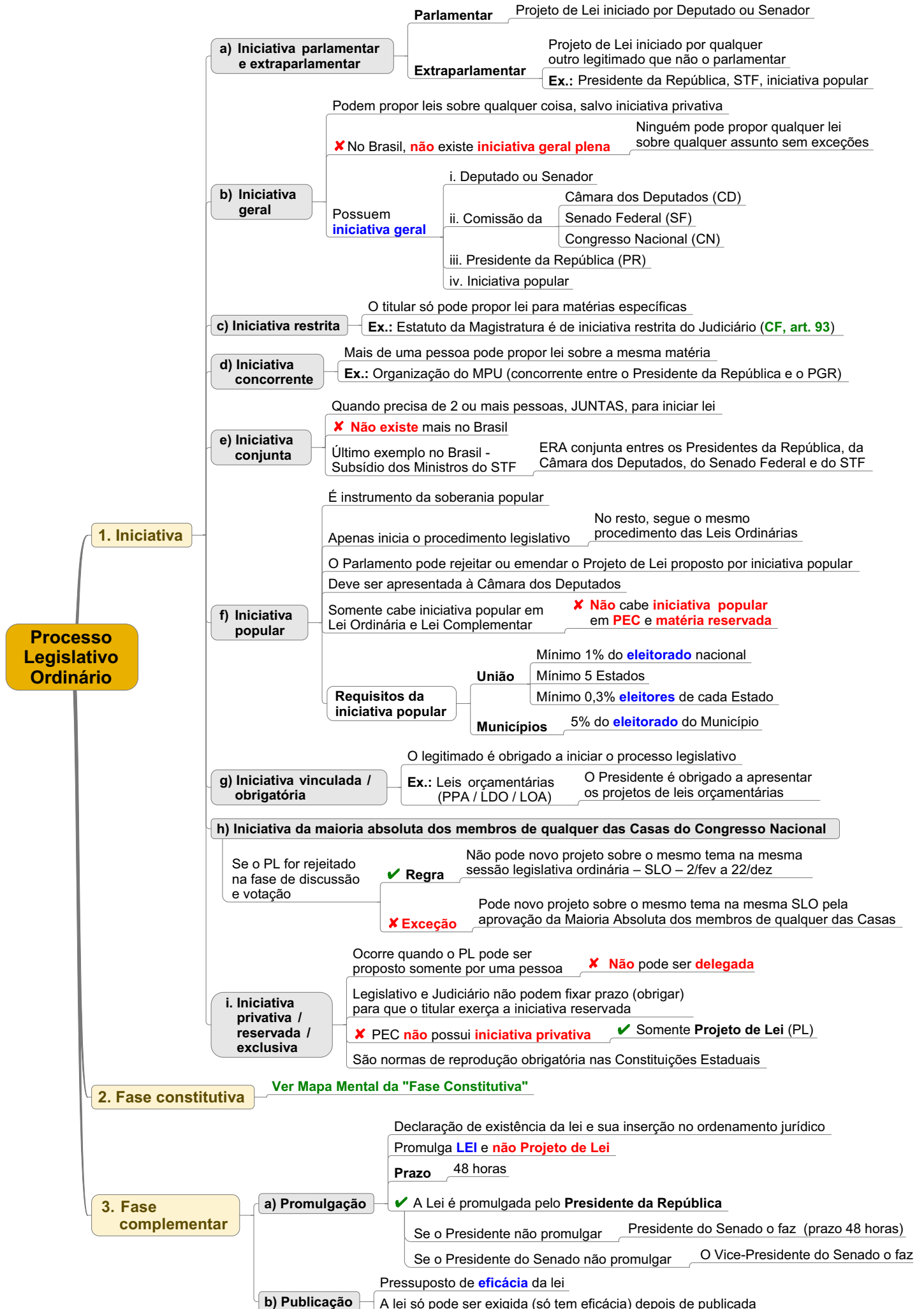
PIRÂMIDE NORMATIVA 2



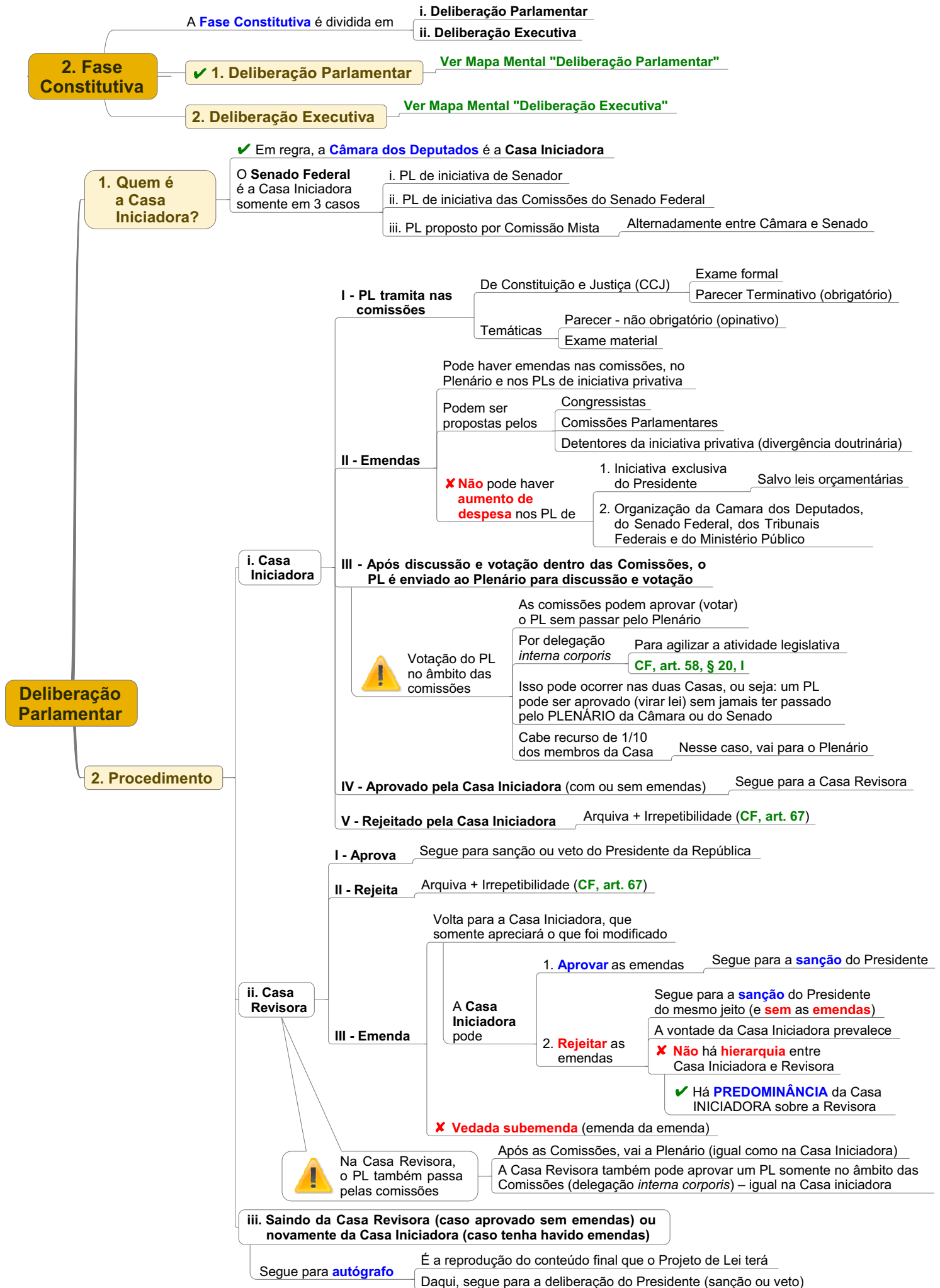
PIRÂMIDE NORMATIVA 3



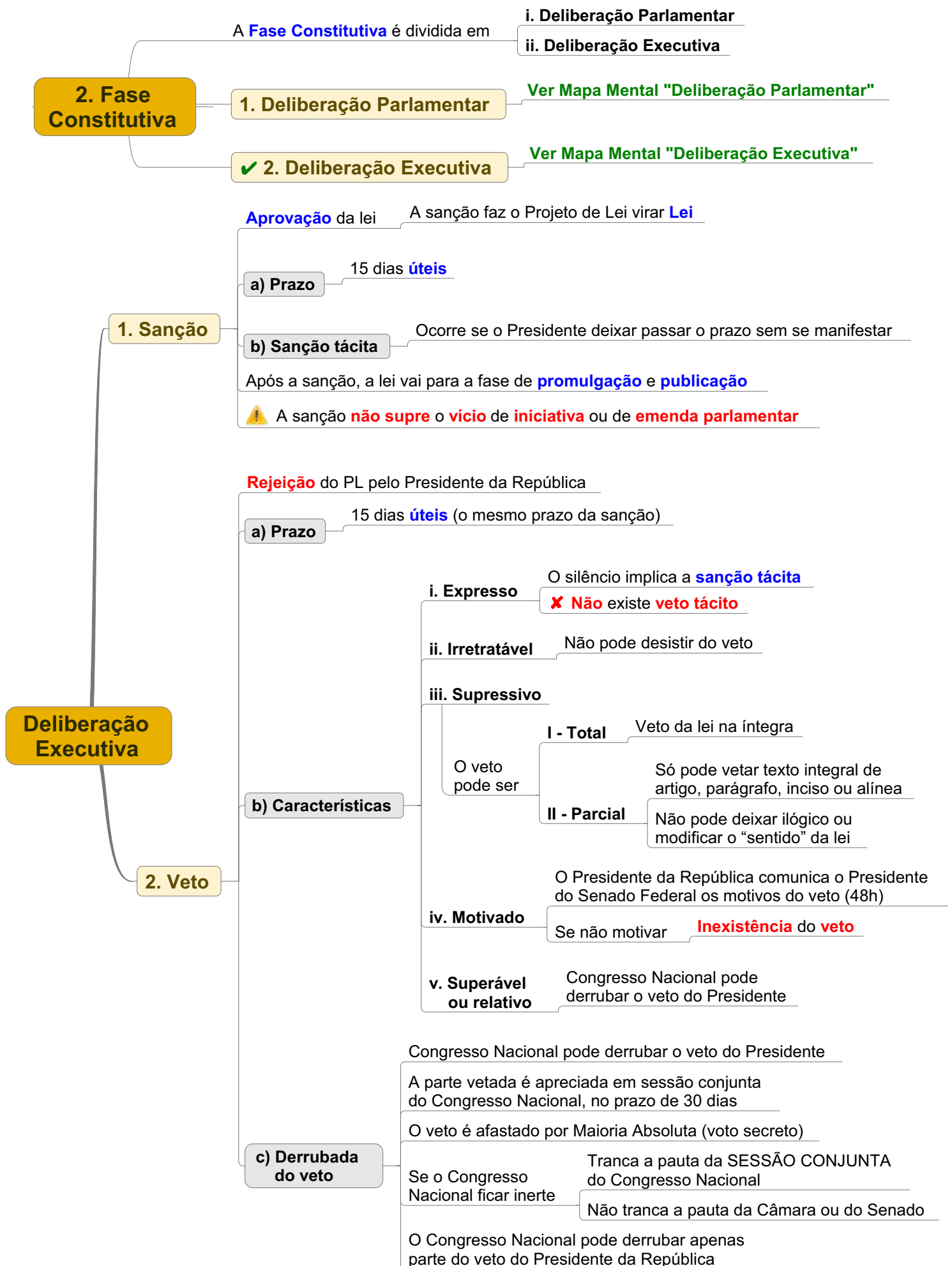
PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO

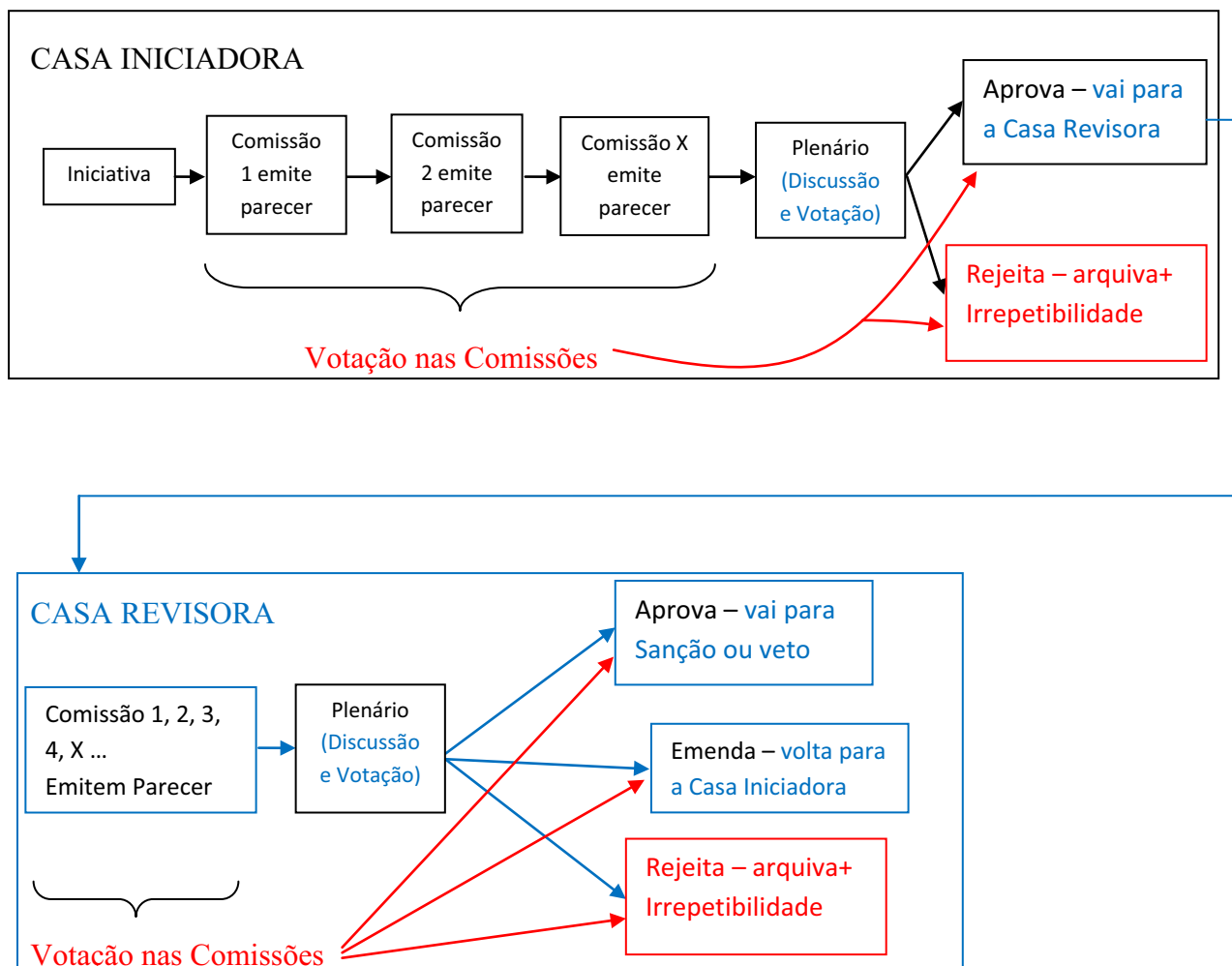


FASE CONSTITUTIVA I - DELIBERAÇÃO PARLAMENTAR

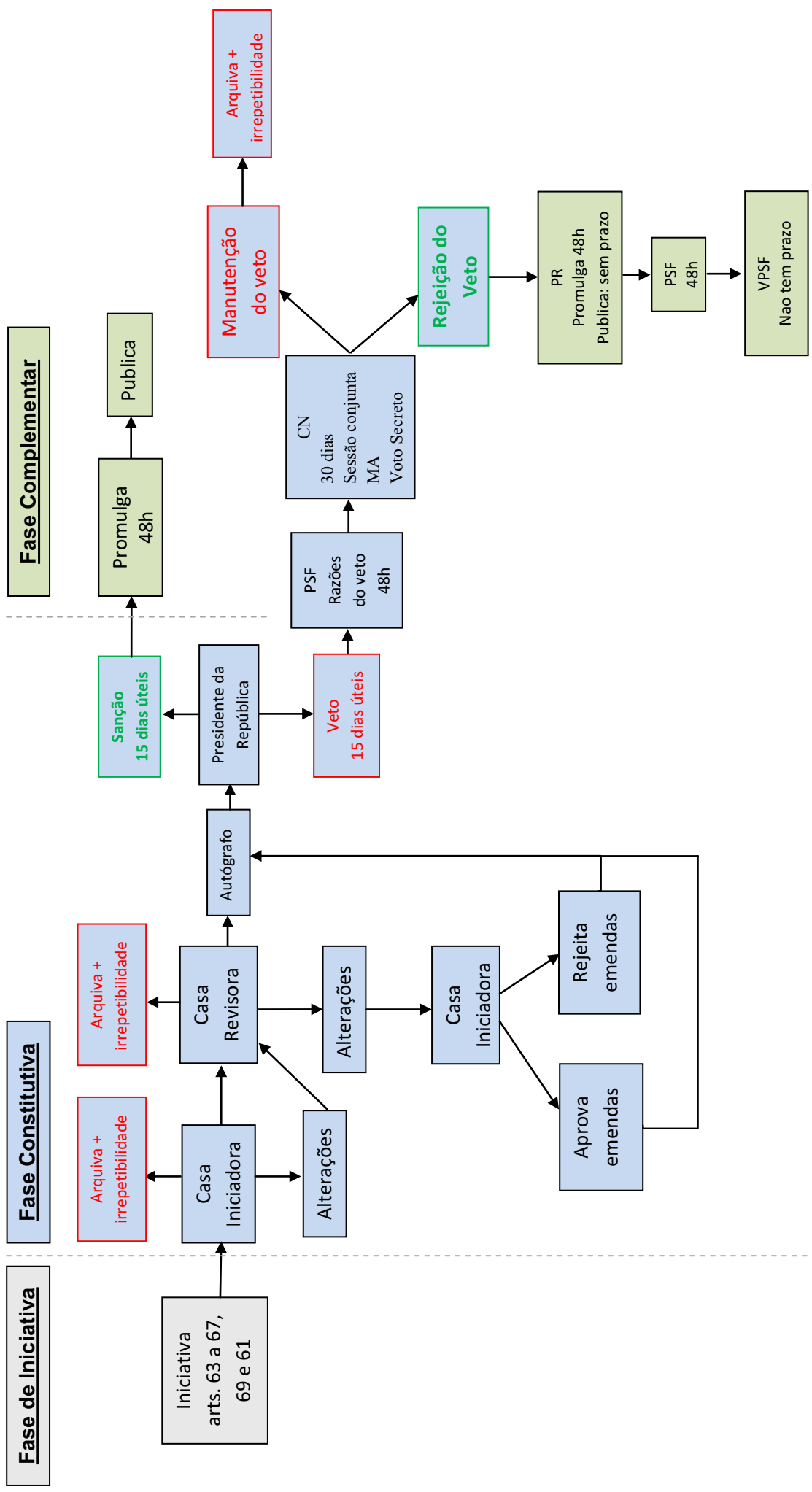


FASE CONSTITUTIVA II - DELIBERAÇÃO EXECUTIVA



MAPA 1 DO PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO

MAPA 2 DO PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO



PROCESSO LEGISLATIVO - EMENDA CONSTITUCIONAL I

Fruto do Poder Constituinte Derivado Reformador

1. Noções gerais

a) Reforma constitucional

Modificação do texto da CF por Emenda Constitucional ou Emenda de Revisão

Procedimento formal, atingindo o texto da Constituição

b) Mutação constitucional

Modificação do sentido de um termo sem mudar o texto da CF

Derivam da evolução dos costumes e valores da sociedade



EC tem a **mesma hierarquia** das normas constitucionais originárias

Cabe controle de constitucionalidade das ECs, enquanto **NÃO cabe** controle de constitucionalidade das **normas originárias**

As ECs são hierarquicamente superiores às demais normas infraconstitucionais

Rigidez constitucional

Legitimados para propor PEC

I - Presidente da República

II - 1/3 da Câmara ou do Senado

III - Mais da metade das Assembleias Legislativas estaduais e cada uma delas pela maioria relativa de seus membros

Iniciativa em PEC é sempre **concorrente** Legitimados podem propor PEC sobre qualquer matéria



Obs.:

Iniciativa popular em PEC

Federal

✗ Não há

Estadual

✓ Pode

Quórum de votação

2 turnos e 3/5 dos votos

i. Formais

Promulgação

Pelas Mesas da Câmara e do Senado

✗ Não há sanção ou veto do Presidente

PEC rejeitada / prejudicada (irrepetibilidade)

✗ Não pode ser proposta de novo na **mesma Sessão Legislativa**

✓ Mas pode ser tratada no **mesmo ano**, em convocação **extraordinária** (inaugura nova sessão legislativa)

Se o texto rejeitado for o **substitutivo** e não o original, a PEC original pode ser votada na mesma sessão legislativa

a) Limitações expressas

ii. Circunstanciais

✗ A CF não pode ser **emendada** em

✗ Intervenção Federal

✓ Intervenção Estadual pode emendar

✗ Estado de Sítio e Estado de Defesa

CF, art. 60, § 1º

iii. Temporais

✗ Não existem **limitações temporais** na CF

Cláusulas pétreas

I - Forma Federativa de Estado

II - Voto direto, secreto, universal e periódico

III - Separação de poderes

IV - Direitos e Garantias individuais

CF, art. 60, § 4º

“Não será objeto de deliberação”

Não deve sequer tramitar

“Tendente a abolir”

Pode aumentar ou enfraquecer, desde que devidamente

Não pode suprimir / restringir indevidamente / violar a essência

iv. Materiais

Caso haja PEC tendente a abolir cláusulas pétreas, **cabe Mandado de Segurança**

Para sustar / trancar proposição que tenda a abolir cláusulas pétreas

Para proteger o direito líquido e certo ao processo legislativo hígido

Impetrado por parlamentar da Casa em que a PEC tramita

Controle preventivo de constitucionalidade

Titularidade do poder constituinte

Originário e Derivado

Processo de modificação da CF não pode ser alterado

Não pode colocar 3 turnos ou maioria absoluta para EC

Não pode criar nova revisão constitucional

Modificação do art. 60 (cláusulas pétreas)

Vedação à Dupla Revisão

Não pode revogar o artigo que fala das cláusulas pétreas

b) Limitações implícitas

Emenda Constitucional

2. Limites ao poder de reforma

PROCESSO LEGISLATIVO - EMENDA CONSTITUCIONAL II

Emenda Constitucional

3. Processo legislativo de Emenda Constitucional

✗ Não existe **Casa iniciadora** definida pela CF

A CF não diz em qual Casa deve ser iniciada uma PEC de iniciativa do Presidente e das Assembléias Legislativas estaduais

Regimento Interno da Câmara dos Deputados diz que é na Câmara dos Deputados

A 1ª Casa **não prevalece** sobre a 2ª (como é no caso de Projeto de Lei)

Só volta da 2ª para a 1ª Casa se houver alteração substancial

Nesse caso, volta a PEC inteira, como uma "nova PEC" e não apenas a parte modificada

PEC "Fatiada"
(Promulgação Fracionada)

Pode promulgar a parte não emendada (substancialmente) pela 2ª Casa, desde que ela seja **independente / autônoma**

Ver Mapa do "Processo Legislativo da Emenda Constitucional"

4. Tratados Internacionais com força de EC

Tratados Internacionais sobre **Direitos Humanos** aprovados em 2 turnos e 3/5 dos votos

Equivalem às Emendas Constitucionais

CF, art. 5º, § 3º

5. Emenda Constitucional e direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada

✓ **EC deve respeitar**

Direito adquirido

Ato jurídico perfeito

Coisa julgada

⚠ Existe doutrina contrária

✗ Não cabe alegar frente ao **Poder Constituinte Originário**

Direito adquirido

Ato jurídico perfeito

Coisa julgada

Mas cabe alegar os 3 acima frente ao Poder Constituinte **Derivado**

6. Vedações ao constituinte decorrente (Constituição Estadual não pode)

✗ Estabelecer

- Monarquia como forma de governo
- Parlamentarismo como sistema de governo
- Outros sistemas eleitorais

✗ Modificar o quórum de 3/5 para aprovação de EC – normas do processo legislativo são de repetição obrigatória

✗ Estabelecer prazo para que os detentores de iniciativa privativa apresentem Projeto de Lei ao Legislativo

Fere a separação dos poderes

✗ Condicionar a eficácia de convênio celebrado pelo Executivo à prévia aprovação do Legislativo (**CF, art. 84, II**)

✗ Subordinar nomeação do Procurador-Geral de Justiça à prévia aprovação da Assembleia Legislativa (**CF, art. 128, §§ 1º e 3º**)

✗ Tratar de matérias de iniciativa privativa do chefe do executivo, a partir de proposta de emenda apresentada por parlamentar

CF, art. 61, §1º + ADI 858

Tais matérias só podem ser disciplinadas a partir de iniciativa do chefe do executivo

Projeto de Lei

Emenda constitucional de iniciativa do Governador

✗ Condicionar a nomeação, exoneração e destituição dos secretários de estado à prévia aprovação da Assembleia Legislativa (**CF, art. 84, I**)

✗ Dar competência para que a Assembleia Legislativa julgue suas próprias contas e as dos administradores do Executivo e do Judiciário

Prestação de Contas Estaduais

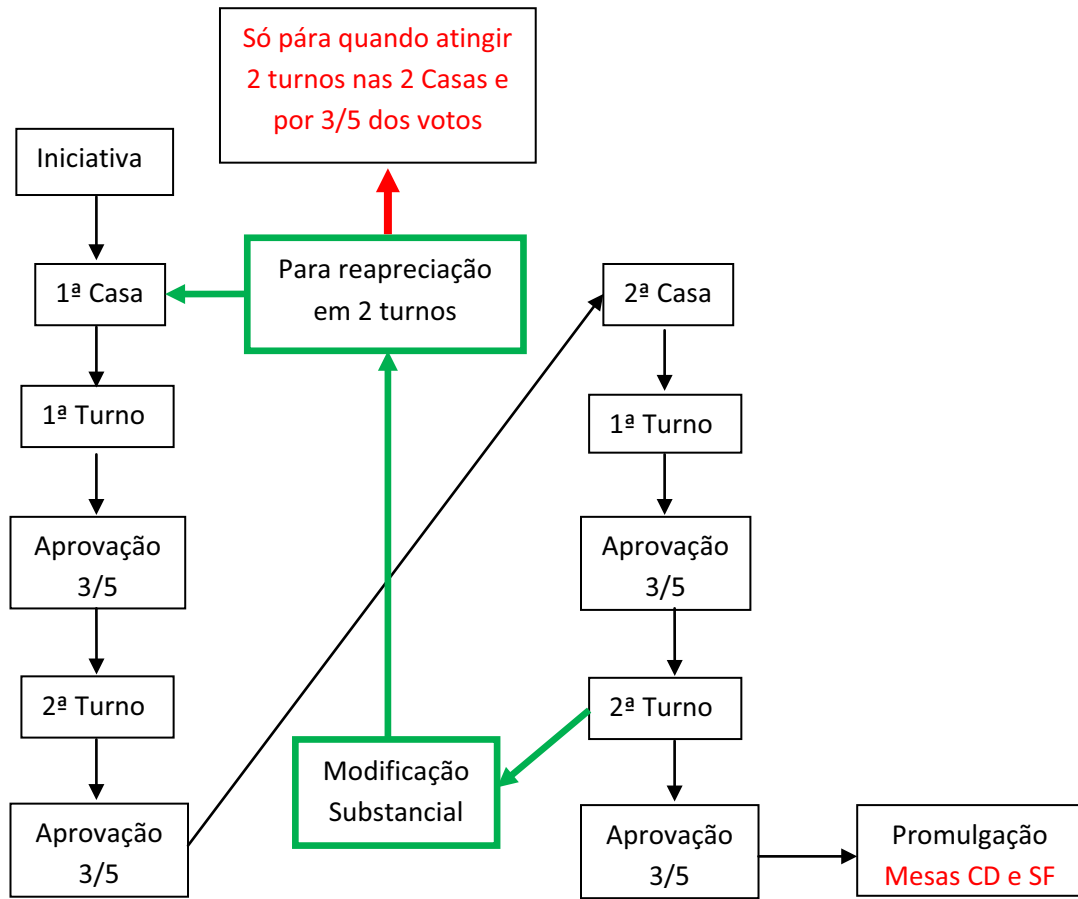
i. Do Governador

TCE aprecia

Assembleia Legislativa julga

ii. Das demais Administrações dos 3 poderes

TCE julga

MAPA DO PROCESSO LEGISLATIVO DA EMENDA CONSTITUCIONAL

PROCESSO LEGISLATIVO - MEDIDA PROVISÓRIA I

Editada pelo Presidente da República (competência exclusiva), em caso de **relevância** e **urgência**, com participação posterior do Legislativo

MP tem **força de Lei Ordinária**

Demais normas incompatíveis com a MP serão **suspensas**

✗ A MP **não revoga** lei

A MP **SUSPENDE** a eficácia das lei incompatíveis

1. Considerações gerais

MP **Aprovada** Revoga o que foi incompatível (porque agora é lei)

MP **Rejeitada** Volta a valer as normas anteriores

MP nos **Estados e Municípios** é **cabível**, desde que

Prevista na Constituição Estadual ou na Lei Orgânica Municipal

Observadas as limitações que a CF impõe

2. Prazo de duração

a) 60 dias prorrogáveis por mais 60

Prorrogação é automática por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O prazo é suspenso durante o Recesso Parlamentar

Convocação Extraordinária

✗ Não precisa de **convocação extraordinária** caso haja edição de MP durante o **recesso** (antes precisava)

As MPs são automaticamente incluídas na pauta, contando o prazo normalmente durante a convocação extraordinária

b) MP pode valer mais de 120 dias

O prazo (60 + 60) é para que o Congresso delibere sobre a MP e não para que ela seja promulgada e publicada

i. Aprovado o PL de Conversão que altera o texto da MP, esta manter-se-á integralmente em vigor até que o projeto seja sancionado ou vetado

ii. Quando o prazo de 120 dias da MP é suspenso devido ao Recesso Parlamentar

c) Regime de urgência

Se não for apreciada em até 45 dias de sua edição, entra em regime de urgência, trancando a pauta da Casa onde está e das próximas (se houver)

É 45 dias no total e não para cada Casa

Se estiver na Câmara trancando pauta, após votada, já chegará no Senado trancando pauta também

Medida Provisória

3. Tramitação

a) O Presidente edita a MP

b) MP submetida de imediato ao Congresso Nacional

Casa iniciadora Câmara dos Deputados

Casa revisora Senado Federal

c) Comissão Mista de Deputados e Senadores apreciará

Aspectos constitucionais de relevância e urgência

Adequação financeira e orçamentária

Parecer opinativo

MP que abre crédito extraordinário

Analisada pela CMPOF
CF, art. 62, § 9º c/c art. 166, § 1º

d) Apreciação do Plenário de cada Casa

Votação em sessão separada

i. Plenário aprecia relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária

ii. Plenário aprecia o mérito da MP
✗ Não pode existir **delegação interna corporis** para apreciação do mérito por Comissões

CF, art. 62, § 9º

i. **Aprovar sem alteração**

Promulgada pelo Presidente do Senado Federal

Não há sanção ou veto porque a MP é exatamente a mesma que o Presidente editou

ii. **Não apreciar** (rejeição tácita)

✗ Não existe **aprovação** de MP por "**decurso de prazo**" É diferente da sanção de PL (que pode ser tácita)

Perde a eficácia **ex tunc** (desde sua edição)

e) O Congresso Nacional pode

iii. **Rejeitar expressamente**

Perde a eficácia **ex tunc** (desde sua edição)

iv. **Aprovar com alteração** (emenda)

I - O projeto de Lei de Conversão (MP alterada) é apreciado pelas duas Casas

II - Levado ao Presidente da República que pode sancionar ou vetar a Lei de Conversão

III - No caso de sanção ou derrubada do veto Presidente da República promulga e publica

PROCESSO LEGISLATIVO - MEDIDA PROVISÓRIA II

MP **perde** a **eficácia** se não for convertida em lei no **prazo de 60 + 60 dias**

Perde a eficácia **ex tunc** (desde sua edição)

4. Perda da Eficácia de MP

O Congresso Nacional, **por Decreto Legislativo**, tem que disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP rejeitada, no prazo de 60 dias da perda da eficácia

Se o Congresso não editar esse Decreto, as relações jurídicas constituídas durante a vigência da MP rejeitada conservar-se-ão regidas por ela (**CF, art. 62, § 11**)

✗ Vedada reedição na **mesma Sessão Legislativa** em que se deu a PERDA DA EFICÁCIA

É da **perda da eficácia** e **não** da edição

Em outra sessão Legislativa: Pode reeditar MP

5. Reedição de MP

✗ Vedada reedição de MP

i. Rejeitada

Expressamente

Por decurso de prazo

ii. Revogada pelo próprio Presidente da República

Em regra, cabe controle da MP pelo Judiciário (concentrado e difuso)

6. Vícios na MP

Vícios nos Requisitos de **Relevância** e **Urgência**

Relevância e urgência: caráter político e discricionário do Presidente da República

✓ **Regra** Não são analisados pelo Judiciário

✗ Exceção Podem ser analisados se houver excesso ou abuso

A ausência da relevância e urgência **não é convalidada** com a conversão em Lei

i. Concessão de gás canalizado (estados) **CF, art. 25, § 2º**

ii. Nacionalidade, Cidadania, Direito eleitoral, Direitos Políticos, Partidos Políticos, Direito Penal, Processual Penal e Processual Civil

iii. Organização do Ministério Público e do Judiciário

iv. PPA, LDO, LOA e créditos adicionais e suplementares ✓ Créditos **extraordinários** pode MP

v. Detenção e sequestro de bens, poupança ou ativo financeiro

vi. Matéria reservada à Lei Complementar

vii. Matéria já disciplinada em PL e pendente de sanção ou veto do Presidente

viii. Para regulamentar artigo alterado por EC entre 1/1/95 e EC 32/2001 **CF, art. 246**

ix. Fundo Social de Emergência **CF, ADCT, art. 73**

CF, art. 62, § 1º

✗ É vedada a edição de **MP sobre**

⚠ **Obs.:** ✓ Cabe MP em matéria **tributária** (pode instituir ou majorar tributo)

Medida Provisória

7. Vedações

8. Retirada da MP da apreciação do Congresso

O Presidente da República **não pode retirar** MP da apreciação do Congresso Nacional

✓ **Regra** MPs sempre serão apreciadas pelo Legislativo

Retirar da apreciação é diferente de revogar MP

⚠ **Obs.:**

O Presidente só pode **revogar** MP por outra MP

Mas esta outra MP será apreciada pelo Legislativo e, se não for aprovada, a 1ª MP volta a valer (pelo tempo que resta de sua vigência) e será apreciada pelo Congresso

ADI 1659/DF-MC

9. MP nos Estados e Municípios

✓ **Cabe, desde que**

Prevista na Constituição Estadual ou na Lei Orgânica Municipal
Sejam observadas as limitações que a CF impõe

ADI 812/TO-MC

10. Medida Provisória vs Lei Delegada

a) MP

Eficácia temporária 60+60 (até conversão em Lei ou perda da eficácia)

Não precisa de autorização prévia do Congresso Nacional

Precisa de relevância e Urgência

b) Lei Delegada

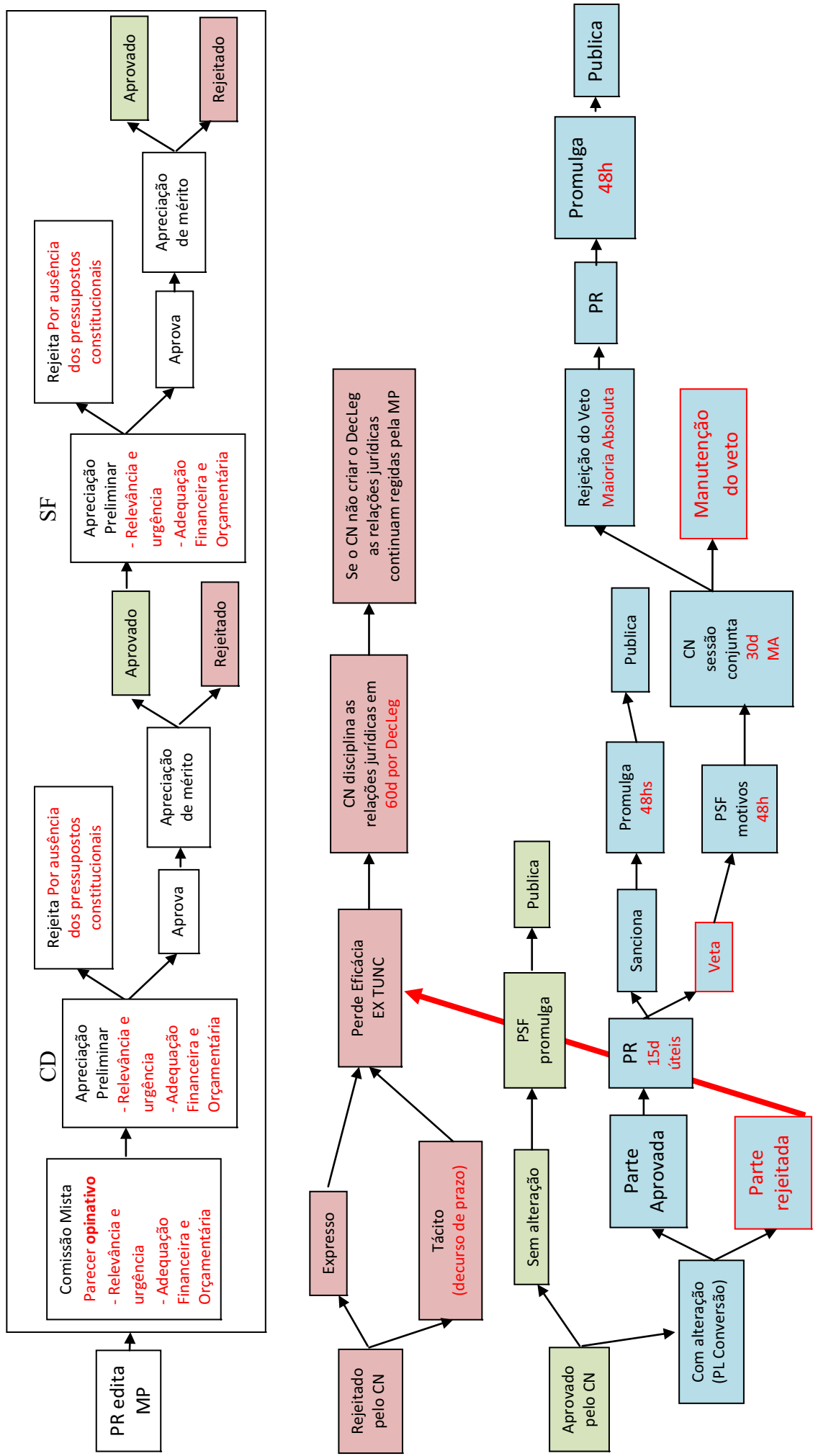
Eficácia permanente

Precisa de autorização prévia do Congresso Nacional

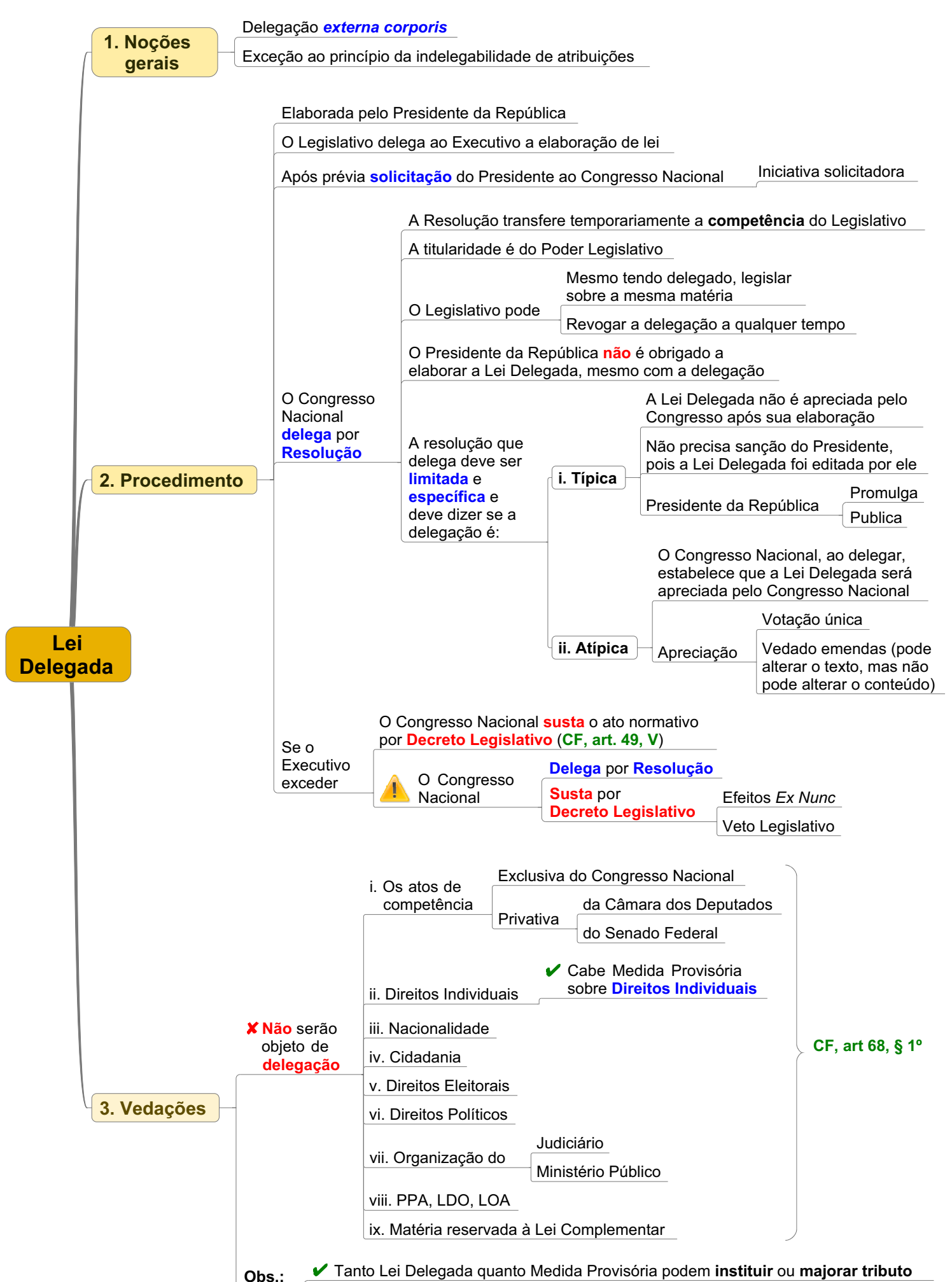
Não precisa de relevância e urgência

PROCESSO LEGISLATIVO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

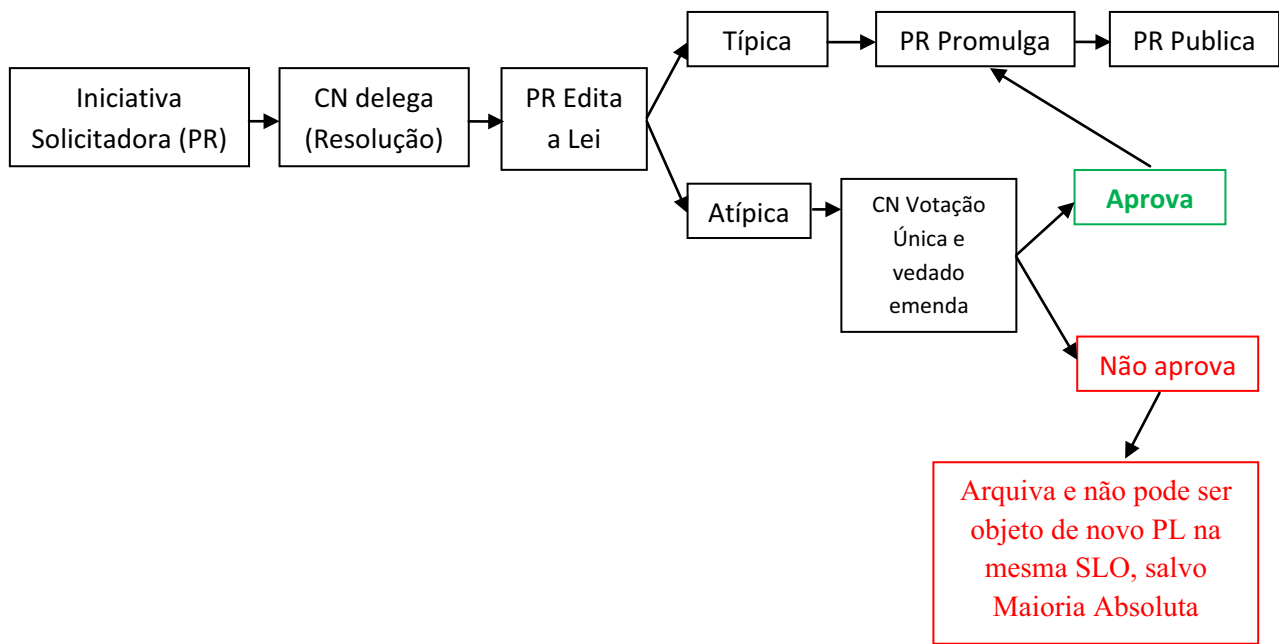
CN – 60+60 (Urgência a partir de 45 dias)



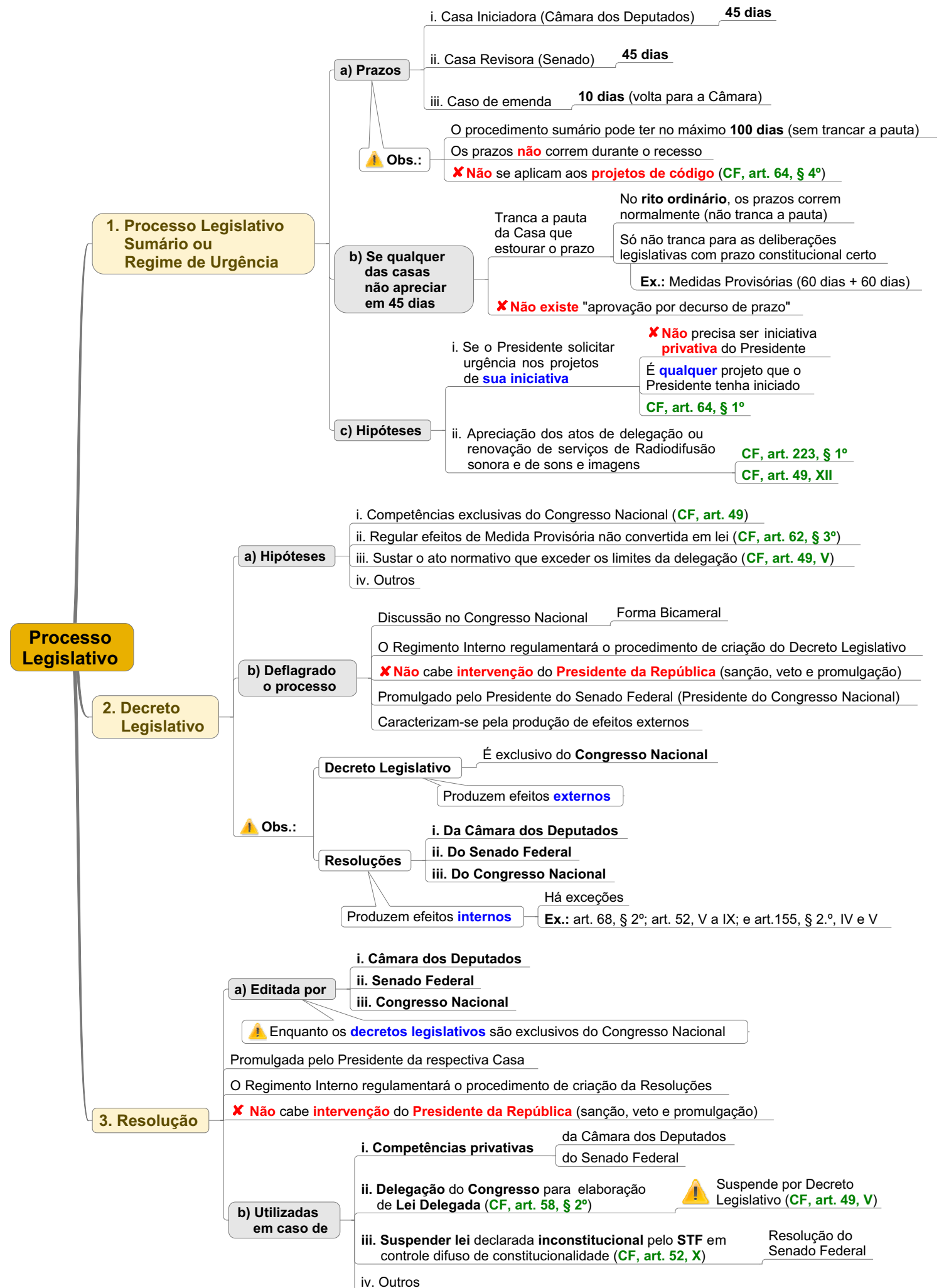
PROCESSO LEGISLATIVO - LEI DELEGADA



PROCEDIMENTO DA LEI DELEGADA



PROCESSO LEGISLATIVO - DEMAIS ESPÉCIES NORMATIVAS

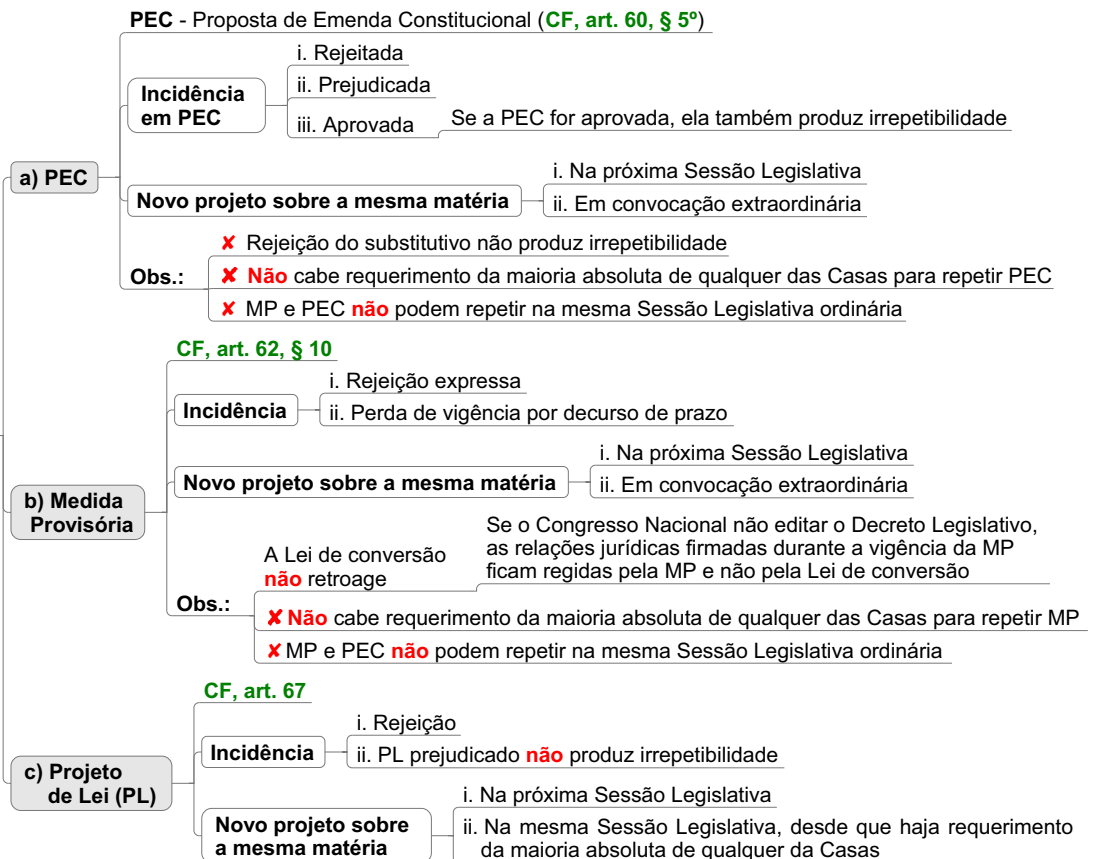


PROCESSO LEGISLATIVO - OUTROS ASPECTOS

4. Tratados e Convenções Internacionais

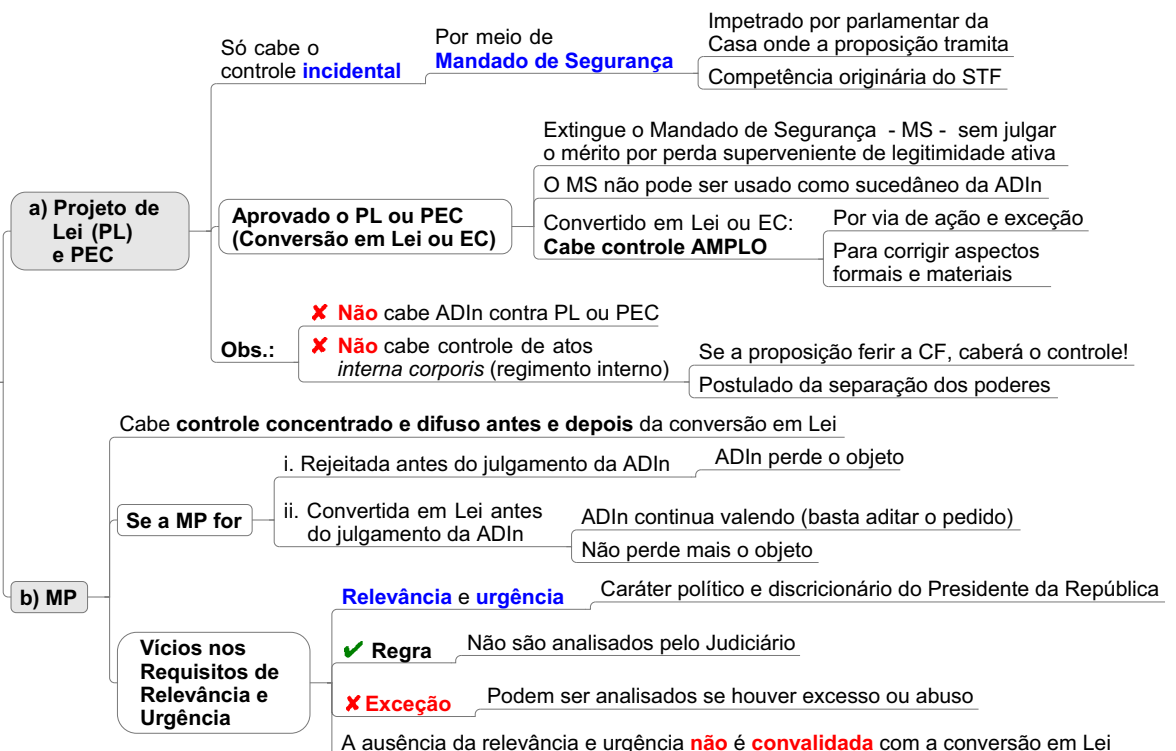


5. Irrepetibilidade

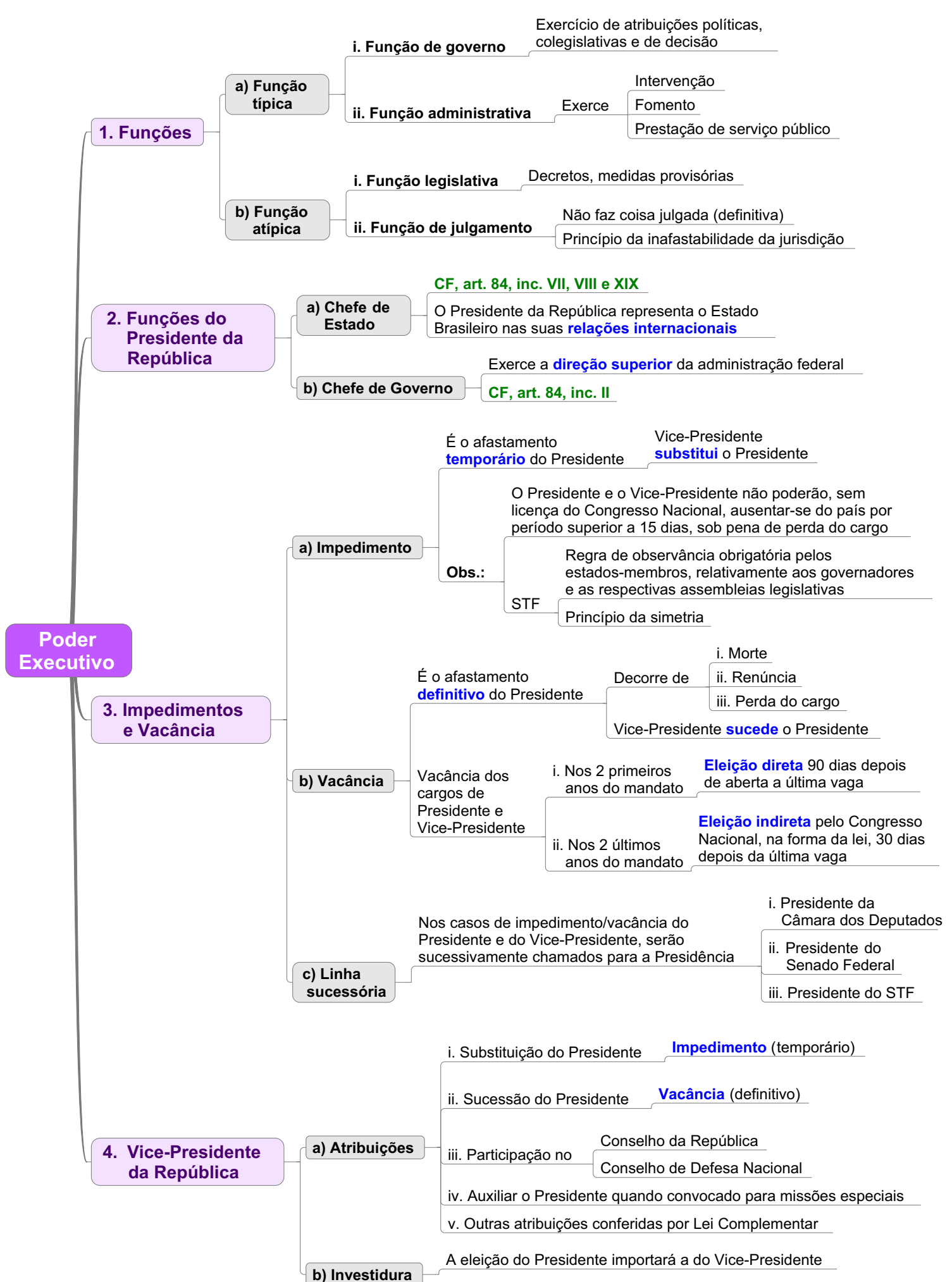


Processo Legislativo

6. Controle judicial



PODER EXECUTIVO I



PODER EXECUTIVO II

i. **Auxiliar** o Presidente no exercício da **direção superior** da administração federal

ii. Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência

iii. Referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente

iv. Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos

v. Apresentar ao Presidente relatório anual de sua gestão no Ministério

vi. Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente

5. Ministros de Estado

a) Atribuições

b) Investidura

Escolhidos dentre brasileiros **maiores de 21 anos** e no exercício dos direitos políticos

Escolha e exoneração livre do Presidente, **sem necessidade de motivação**

c) Responsabilização

i. Crime de responsabilidade

I - Conexos com crimes de mesma natureza cometidos pelo Presidente ou Vice-Presidente

II - Quando convocado pela **Câmara** ou **Senado** ou suas comissões, para **prestar informações** sobre assuntos inerentes a suas atribuições, deixarem de comparecer injustificadamente

III - Quando não atenderem ou se recusarem a fornecer **pedidos** escritos **de informações** das **Mesas** da Câmara e do Senado

IV - Casos previstos na Lei

ii. Infrações penais comuns

É a prerrogativa concedida **exclusivamente** ao Chefe do Poder Executivo para editar decretos e regulamentos, destinados a dar fiel execução às leis

a) Conceito

É espécie do gênero **Poder Normativo**

O Poder Normativo é a prerrogativa conferida à **Administração Pública** para edição de **atos administrativos normativos**

Atos administrativos **normativos** são aqueles que contêm determinações gerais, impessoais e abstratas

É ato normativo **primário**, pois deriva diretamente da CF

Organização e funcionamento da administração federal, **desde que não implique**

- i. Aumento de despesa
- ii. Criação/extinção de órgãos públicos

Extinção de funções / cargos públicos, quando **vagos**

✓ Competência **passível** de delegação

CF, art. 84, inc. VI e parágrafo único

É ato normativo **secundário**, de conteúdo geral, impessoal e abstrato, expedido para possibilitar a fiel execução de determinada lei

Depende da existência de lei

É ato normativo **derivado**

✓ Expedido no exercício do **Poder Regulamentar**

✗ Competência **não passível** de delegação

CF, art. 84, inc. IV e parágrafo único

b) Classificação

Decreto normativo (geral)

i. Independente (autônomo)

Pode dispor sobre

✓ Competência **passível** de delegação

CF, art. 84, inc. VI e parágrafo único

ii. Regulamentar (de execução)

✓ Expedido no exercício do **Poder Regulamentar**

✗ Competência **não passível** de delegação

CF, art. 84, inc. IV e parágrafo único

✗ Decreto específico (individual)

Ato de efeito concreto, pois provê situações particulares

Ex.:

Nomeação e exoneração

Desapropriação

✗ Não é ato normativo

6. Poder Regulamentar

c) Formas de controle

i. Controle Administrativo

Controle de **mérito**, **legalidade** e **legitimidade** (amplo)

ii. Controle Legislativo

Decreto Legislativo do Congresso Nacional

Susta atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar

CF, art. 49, V

iii. Controle Jurisdicional

Decreto Regulamentar

Controle de **legalidade** e **legitimidade**

Inexistência de lei

É ato normativo **originário**

Decreto Autônomo

Controle de **constitucionalidade**

STF

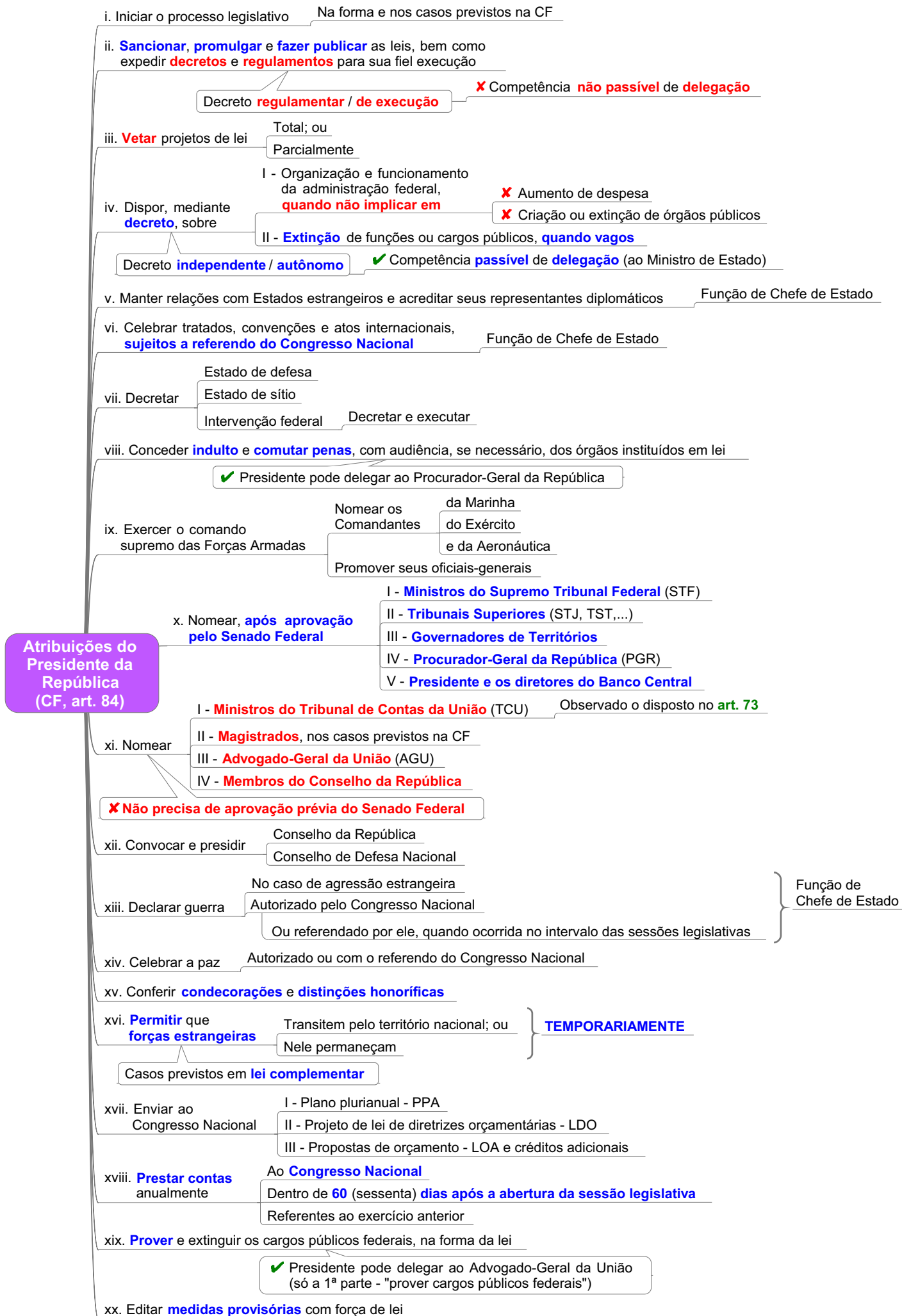
São pressupostos ao controle de constitucionalidade

Caráter Normativo

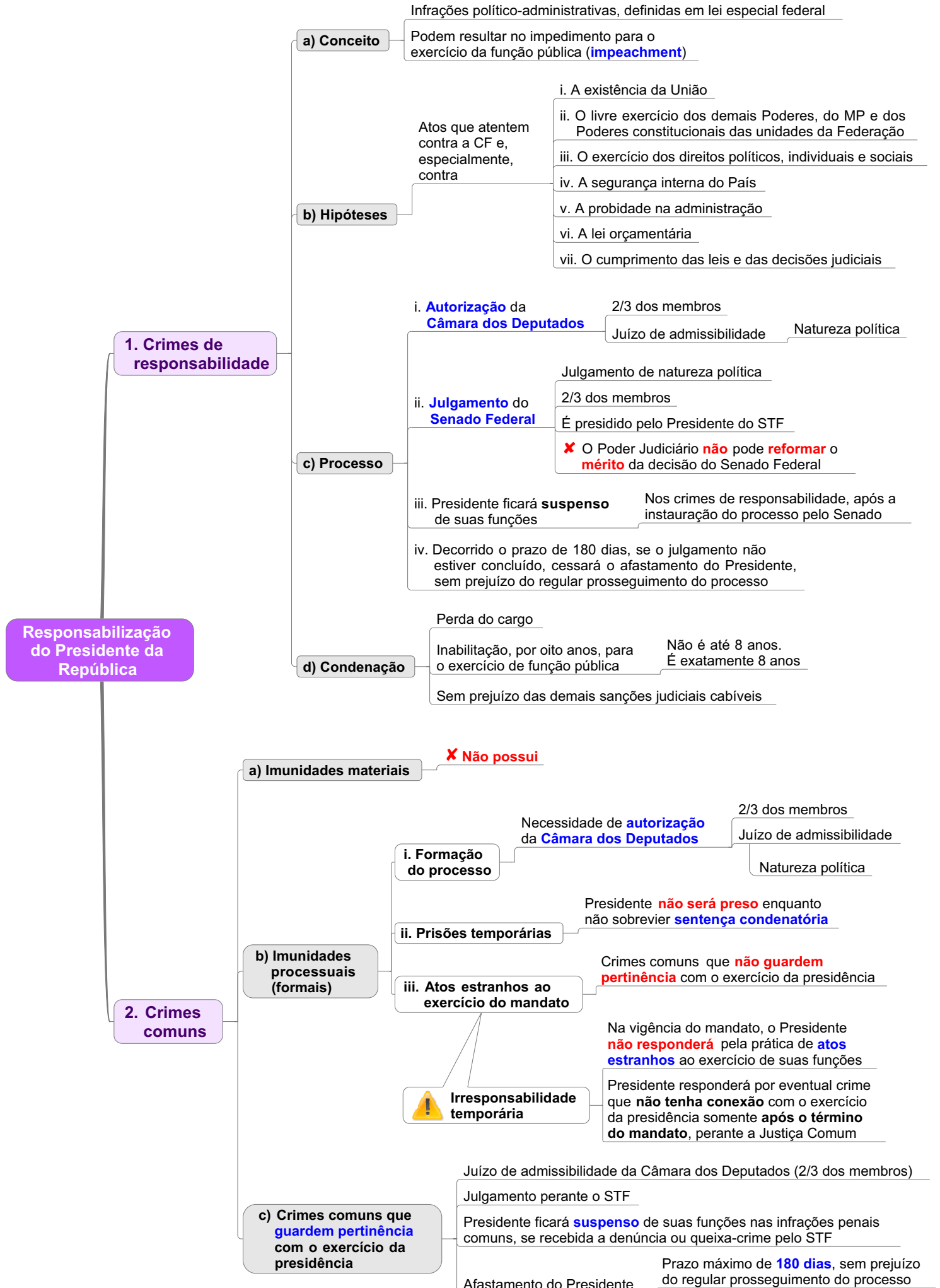
Caráter Autônomo

Poder Executivo

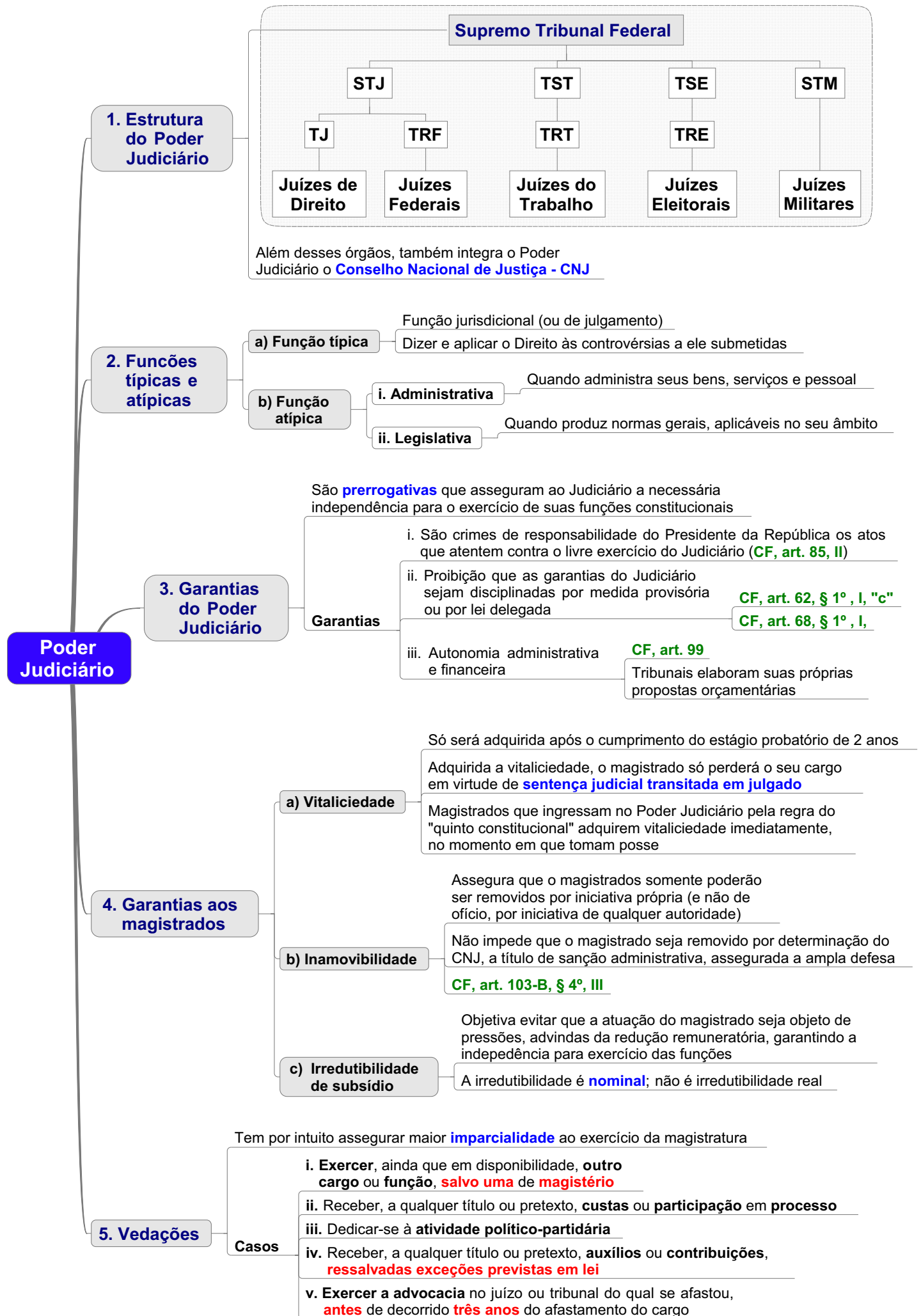
ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



RESPONSABILIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



PODER JUDICIÁRIO I



PODER JUDICIÁRIO II

Criado pela EC/2004, o CNJ tem a incumbência de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes

O CNJ é órgão eminentemente **administrativo**, não dispondo de funções jurisdicionais

Constitui órgão de **controle interno** do Poder Judiciário (e **não** de **controle externo**)

O CNJ **não tem** nenhuma **competência** sobre o STF e seus ministros, sendo o STF o órgão máximo do Poder Judiciário nacional

O CNJ será presidido pelo presidente do STF e, nas suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-Presidente desse Tribunal (**CF, art. 103-B, § 1º**)

A EC 61/2009 **afastou** a **submissão** dos nomes do Presidente e do Vice-Presidente do STF à aprovação da maioria absoluta do Senado Federal como condição prévia para a nomeação para o Conselho

Demais membros do CNJ continuam sendo nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal (**CF, art. 103-B, § 2º**)

6. Conselho Nacional de Justiça

O STF compõe-se de 11 membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal

O Presidente é livre para escolher, observados os requisitos constitucionais

- i. Idade entre 35 e 65 anos
- ii. Ser brasileiro nato
- iii. Ser cidadão, no gozo dos direitos políticos
- iv. Possuir notável saber jurídico e reputação ilibada

Quando o STF processa e julga, originariamente, a matéria, em única instância

a) Originária

Rol exaustivo **CF, art. 102, I**
Numerus clausus

Quando o STF aprecia a matéria a ele chegada mediante **recurso ordinário** ou **extraordinário**

i. Recurso Ordinário

CF, art. 102, II

- I - O crime político
- II - O *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em instância **única** pelos **Tribunais Superiores**, se **denegatória** a decisão

b) Recursal

ii. Recurso Extraordinário

CF, art. 102, III

- I - Contrariar dispositivo da Constituição Federal
- II - Declarar a **inconstitucionalidade** de **tratado** ou **lei federal**
- III - Julgar válida **lei** ou **ato** de governo **local** contestado em face da **Constituição Federal**
- IV - Julgar válida **lei local** contestada em face de **lei federal**

7. Supremo Tribunal Federal

As **competências** do **STF** estão enumeradas no **art. 102, da CF**

Poder Judiciário

O STJ compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal

A CF outorgou ao STJ a missão de **guardião** do **ordenamento jurídico FEDERAL**

A **composição** deve seguir

- i. 1/3 de juízes dos Tribunais Regionais Federais - TRF
- ii. 1/3 de desembargadores dos Tribunais de Justiça estaduais - TJ
- iii. 1/3 divididos entre
 - 1/6 de advogados
 - 1/6 de membros do Ministério Público Federal, estaduais e do DF

Quando o STJ é acionado diretamente, nas ações em que cabe a ele o primeiro julgamento

a) Originária

CF, art. 105, I

Quando o STJ aprecia **recursos ordinários** ou **especiais**

i. Recurso Ordinário

CF, art. 105, II

- I - Os *habeas corpus* decididos em **única** ou **última instância** pelos TRFs ou pelos tribunais dos Estados, do DF, quando a decisão é **denegatória**
- II - Os mandados de segurança decididos em **única instância** pelos TRFs e pelos TJs, quando **denegatória** a decisão
- III - As causas em que forem partes **Estado estrangeiro** ou **organismo internacional**, de um lado, e, do outro, **Município** ou **pessoa residente** ou **domiciliada no País**

Quando a decisão recorrida, em **única** ou **última instância**, pelos TRFs ou TJs

ii. Recurso Especial

CF, art. 105, III

- I - Contrariar **tratado** ou **lei federal**, ou negar-lhes vigência
- II - Julgar válido **ato** de governo **local** contestado em face de **lei federal**
- III - Der a **lei federal** interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal

8. Superior Tribunal de Justiça

As **competências** do **STJ** estão enumeradas no **art. 105, da CF**

MINISTÉRIO PÚBLICO I

É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa da ordem jurídica**, do **regime democrático** e dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**

1. Conceito

O Ministério Público (MP) é **uno**, constitui um único órgão, com todos os seus membros administrativamente chefiados por um único Procurador-Geral

Deve ser entendido como aplicável internamente, no âmbito de cada um dos diferentes ramos do MP

Não se fala em unidade, por exemplo, entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho

a) Unidade

Toda atuação do MP é imputada ao respectivo órgão, e não a seus membros

Tem aplicação restrita ao âmbito de cada um dos ramos do Ministério Público

b) Indivisibilidade

Membros do MP, no desempenho de suas atribuições institucionais, **não se subordinam** funcionalmente a ninguém, a nenhum dos três Poderes da República, nem ao respectivo Procurador-Geral

Subordinam-se, tão-somente, à **CF**, e às **leis** que ditam os procedimentos para sua atuação

Subordinação entre os membros do MP e o Procurador-Geral é meramente administrativa

c) Independência funcional

i. Funções do MP somente poderão ser desempenhadas pelos seus membros, investidos no exercício do cargo com estreita observância das regras constitucionais inerentes

ii. Não poderão os membros do MP ser casuisticamente designados para atuarem em processos específicos, em desrespeito aos procedimentos previamente fixados na legislação de regência

d) Promotor natural

Competência para Propor ao Poder Legislativo

e) Autonomia administrativa-financeira

i. Autonomia administrativa

- I - Criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares
- II - Política remuneratória e os planos de carreira

ii. Autonomia financeira

Elabora proposta orçamentária - limites da LDO

Ministério Público

Procurador-Geral da República -

i. Chefe do Ministério Público da União (MPU)

Nomeado pelo Presidente da República dentre
ii. integrantes da carreira, maiores de 35 anos

Após a aprovação de seu nome pela maioria
iii. absoluta dos membros do Senado Federal

iv. Mandato de dois anos, permitida a recondução

Poderá ser
sucessivamente
v. **reconduzido**

- I - Manifestação de interesse do Presidente da República
- II - Aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta



Demais PGs (estaduais) só poderão ser **reconduzidos** por **uma única vez**

vi. Destituição
I - Representação do Presidente da República
II - Deliberação da maioria absoluta do Senado Federal (voto secreto)

PGR

a) MP da União

Composição

- i. Ministério Público Federal (MPF) PGR é também o chefe do MPF
- ii. Ministério Público do Trabalho
- iii. Ministério Público Militar
- iv. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Procurador-Geral de Justiça do DF é nomeado pelo Presidente da República

3. Composição e chefias

b) MP dos Estados

PGJ

- i. **Procurador-Geral de Justiça** - Chefe do Ministério Público Estadual
- ii. Nomeado pelo Governador, a partir de lista tríplice elaborada pelo próprio MP, dentre integrantes da carreira
- iii. Mandato de dois anos, permitida **uma única** recondução
- iv. Poder Legislativo não participa da escolha
- v. Destituição
I - Iniciativa do Governador
II - Deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa

MINISTÉRIO PÚBLICO II

Organizados em Lei Complementar

Iniciativa é **concorrente** entre o Chefe do Executivo e o respectivo Procurador-Geral

MP Estadual Normas gerais fixadas pelo CN, mediante lei de iniciativa privativa do Presidente da República (**CF, art. 61, § 1º, II, d**)

4. Iniciativa de Lei de Organização

5. Garantias

- a) **Vitaliciedade**
 - Adquirida após dois anos de exercício
 - Após adquirida, só perde o cargo por sentença judicial transitada em julgado
- b) **Inamovibilidade**
 - Os membros do MP somente podem ser removidos por iniciativa própria, e não de ofício
 - X Não é absoluta**
 - Podem ser afastados por interesse público
 - Por decisão de maioria absoluta do órgão colegiado
- c) **Irredutibilidade de subsídios**
 - A irredutibilidade dos subsídios é **nominal**
 - X Não é assegurada a irredutibilidade real**

6. Vedações

- i. **Receber**, a qualquer título e sob qualquer pretexto, **honorários**, **percentagens** ou **custas** processuais
- ii. Exercer a **advocacia**
- iii. Participar de **sociedade comercial**, **na forma da lei**
- iv. **Exercer**, ainda que em disponibilidade, qualquer outra **função pública**, **salvo uma de magistério**
- v. Exercer atividade **político-partidária** **⚠ Vedação absoluta**
- Receber**, a qualquer título ou pretexto, **auxílios** ou **contribuições** de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, **ressalvadas as exceções** previstas em lei

7. Funções

- i. Promover, **privativamente**, a **ação penal pública**, na forma da lei
- ii. Zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia
- iii. Promover o **inquérito civil** e a **ação civil pública**, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos **X Não é privativo**
- iv. Promover a **ação de inconstitucionalidade** ou **representação** para fins de **intervenção** da União e dos Estados, nos casos previstos na CF
- v. **Defender** judicialmente os direitos e interesses das **populações indígenas**
- vi. Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva
- vii. Exercer o **controle externo** da atividade **policial**, na forma da lei complementar
- viii. Requisitar **diligências investigatórias** e a **instauração de inquérito policial**, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais
- ix. Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe **vedada a representação judicial** e a **consultoria jurídica** de **entidades públicas**

Ministério Público

8. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas

- Integram a respectiva Corte de Contas
- Sua organização é veiculada por meio de **lei ordinária**
- A iniciativa de lei de sua organização é privativa da respectiva Corte de Contas

9. Julgamento de seus Membros

- a) **Membros do MPU**
 - i. **PGR**
 - STF Crimes comuns
 - Senado Federal Crimes de responsabilidade
 - ii. **Atuam perante juízes federais**
 - TRF Crimes comuns e de responsabilidade
 - Ressalvada a competência da Justiça Eleitoral**
- b) **Membros do MP estadual**
 - i. **Atuam perante TJ**
 - STJ Crimes comuns e de responsabilidade
 - ii. **Atuam perante juiz de 1ª instância**
 - Tribunais de Justiça - TJ
- c) **Membros do CNMP**
 - Senado Federal Crimes de responsabilidade

10. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

- a) **Funções**
 - i. Controlar a atuação administrativa e financeira do MP
 - ii. Fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, por meio do desempenho das atribuições que lhe foram constitucionalmente outorgadas
- b) **Composição**
 - 14 membros**
 - i. O Procurador-Geral da República, que o preside
 - Quatro membros do MPU, assegurada
 - ii. a representação de cada uma de suas carreiras
 - iii. Três membros do Ministério Público dos Estados
 - iv. Dois juízes, indicados um pelo STF e outro pelo STJ
 - v. Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da OAB
 - Dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e
 - vi. outro pelo Senado Federal
 - Nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE I

Controle de Constitucionalidade

1. Noções gerais

- a) **Rigidez constitucional**
 - Princípio da supremacia formal da constituição
 - Controle de constitucionalidade é decorrência da rigidez constitucional
- b) **Presunção de constitucionalidade das leis**
 - As leis presumem-se constitucionais, até que venha a ser formalmente declarada a sua inconstitucionalidade
 - Declaração de inconstitucionalidade é medida excepcional
 - Deve-se, antes de se declarar a inconstitucionalidade de uma lei, buscar a **interpretação conforme a CF**
- c) **Princípio da supremacia da CF**
 - As normas em desacordo com a CF devem ser declaradas inconstitucionais e retiradas do ordenamento jurídico
 - O controle de constitucionalidade só é possível nas constituições
 - Rígidas
 - Escritas

2. Sistemas de controle

- a) **Jurisdicional**
 - O controle é realizado pelo Poder Judiciário
 - Adotado pela Constituição Federal brasileira
- b) **Político**
 - O controle é realizado por órgão que não integra o Poder Judiciário
 - Ex.: Conselho Constitucional da França
- c) **Misto**
 - O controle é realizado em parte pelo Poder Judiciário, em parte por órgão que não integra o Poder Judiciário

3. Espécies de inconstitucionalidade

- a) **Ação e omissão**
 - i. **Por ação**
 - Positiva. Quando praticado ato comissivo, positivo, que contraria a Constituição
 - Ex.: Elaboração de lei contrária à CF
 - ii. **Por omissão**
 - Negativa
 - Falta de elaboração de lei que a CF determina (normas de eficácia limitada)
- b) **Material e formal**
 - i. **Material**
 - Diz respeito ao conteúdo do ato normativo
 - Ex.: MP tratar de matéria de nacionalidade (**art. 62, § 1º**)
 - ii. **Formal**
 - Falha no processo/procedimento legislativo da formação da lei
 - Na fase de iniciativa
 - Vício formal subjetivo**
 - Ex.: Quando alguém que não o legitimado propõe uma lei de iniciativa exclusiva
 - No processo em si (após fase de iniciativa)
 - Vício formal objetivo**
- c) **Total e parcial**
 - A inconstitucionalidade pode ser de **todo (total)** o ato normativo ou somente de **parte** dele (**parcial**)
 - O Judiciário pode declarar a inconstitucionalidade de apenas parte de artigo, parágrafo, inciso ou alínea
 - Pode ser inclusive de apenas uma única palavra
 - ✗ Não pode **alterar** o **sentido** da norma (o Judiciário não pode legislar)
 - ✗ Não confundir com o **veto parcial** do Presidente, que pode ser apenas de **TODO** o artigo, parágrafo, inciso ou alínea
- d) **Direta e indireta**
 - i. **Direta**
 - Desconformidade verificada se dá entre leis e atos normativos primários e a CF
 - Confronto direto entre norma infraconstitucional e a Constituição
 - ii. **Indireta**
 - Ocorre nas situações em que o vício verificado não decorre de violação direta da Constituição
 - Aqui cabe somente o **controle** de **legalidade**
- e) **Originária e superveniente**
 - i. **Originária**
 - Confronto entre **lei** vs **CF vigente no momento** de sua produção
 - ii. **Superveniente**
 - Confronto entre **lei** vs **CF posterior** (EC ou nova CF)
 - Caso venha a ser editada norma constitucional (originária ou derivada) que vá contra uma Lei, esta é simplesmente **REVOGADA**
 - ✗ Não existe **inconstitucionalidade superveniente** no Brasil

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE II

Controle de Constitucionalidade

4. Modelos de controle

a) Controle difuso

Quando todos os órgãos do Poder Judiciário, juízes e tribunais, podem realizar o controle de constitucionalidade das leis

b) Controle concentrado

Quando somente o órgão de cúpula do Poder Judiciário pode realizar o controle de constitucionalidade das leis

No Brasil, o Poder Judiciário ora atua no modelo concentrado, ora atua no modelo difuso (misto)

5. Tipos de controle

a) Incidental (concreta)

O controle é instaurado diante de uma controvérsia concreta, com o fim de afastar a aplicação da lei ao caso

Visa a defender direito concreto do autor da ação

Incidental ou via de exceção

b) Principal (abstrata)

O controle é instaurado em tese, na defesa do ordenamento jurídico

Visa a preservar o ordenamento jurídico, a supremacia da Constituição

Via de ação ADIn, ADPF, ADC

6. Momento do controle

a) Preventivo

A priori

Tem por fim evitar a produção de uma norma inconstitucional

Poder Judiciário
PEC que desrespeita cláusula pétrea
Via Mandado de Segurança

b) Repressivo

A posteriori

Tem por fim retirar uma norma inconstitucional do ordenamento jurídico

Poder Judiciário atua, predominantemente, de forma **repressiva**

⚠ **Obs.:** Todos os três Poderes fazem controle preventivo e repressivo

7. Fiscalização não jurisdicional

a) Poder Legislativo

i. CCJ

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça

Apreciação preventiva das proposições submetidas à deliberação do Poder Legislativo

ii. Veto legislativo

Sustação dos atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar

iii. Apreciação de medidas provisórias

O Poder Legislativo aprecia as MP, sob os aspectos formal e material

iv. Atuação do Senado Federal

O Senado pode **suspender a execução** de lei declarada inconstitucional em decisão definitiva pelo STF

Controle político repressivo de constitucionalidade

b) Poder Executivo

i. Veto do Chefe do Executivo

O Chefe do Executivo pode vetar o projeto de lei por entendê-lo inconstitucional

ii. Inaplicação de lei pelo Chefe do Executivo

O Chefe do Executivo - federal, estadual ou municipal - pode **afastar a aplicação de lei** por ele considerada inconstitucional

Ato excepcional Volta a cumprir se o Judiciário declarar a constitucionalidade da norma

iii. Processo de intervenção

Nas hipóteses constitucionalmente admitidas, o Chefe do Executivo pode decretar a intervenção, como meio de restabelecer o cumprimento da CF

c) Tribunais de Contas

No exercício de suas atribuições, pode **apreciar a constitucionalidade** das leis e dos atos do Poder Público

Tribunal de Contas só faz **controle difuso**

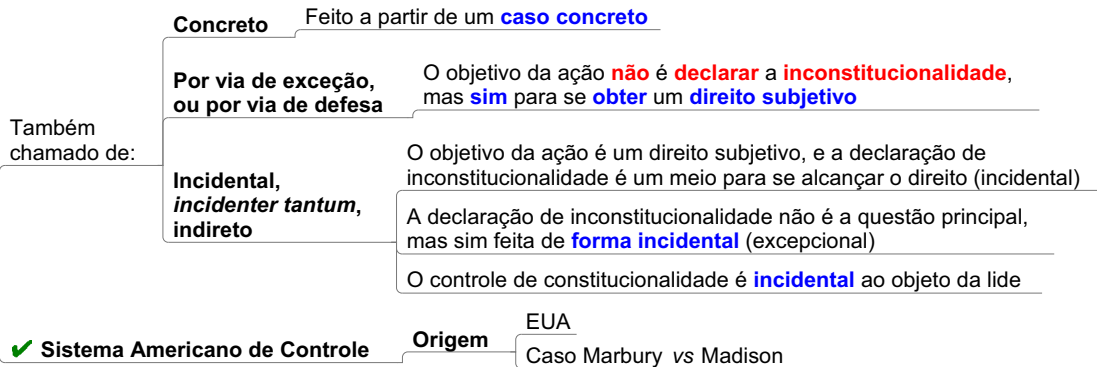
⚠ **Jamais** realiza **controle abstrato**

STF, Súmula 347

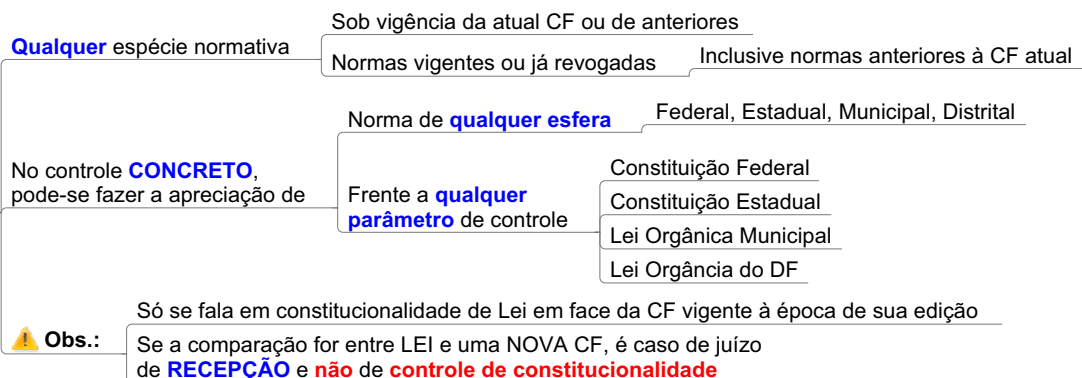
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE - CONTROLE DIFUSO I

Controle Difuso

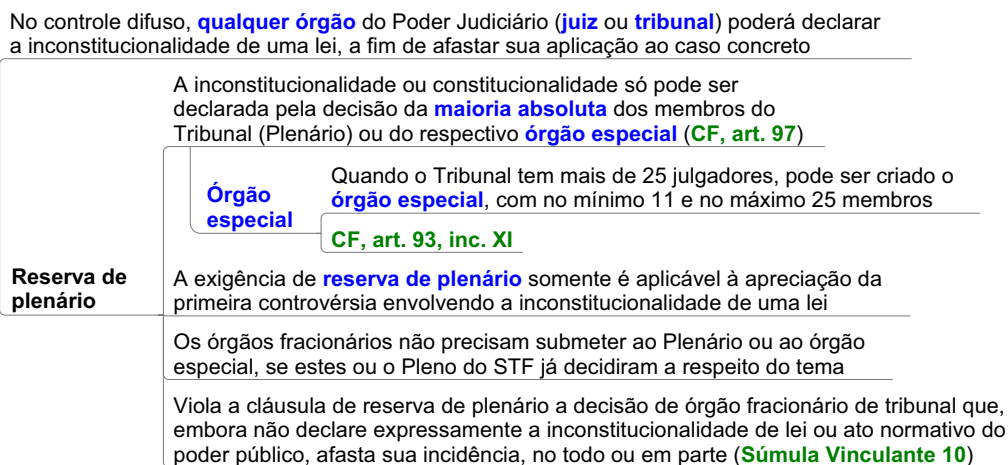
1. Introdução



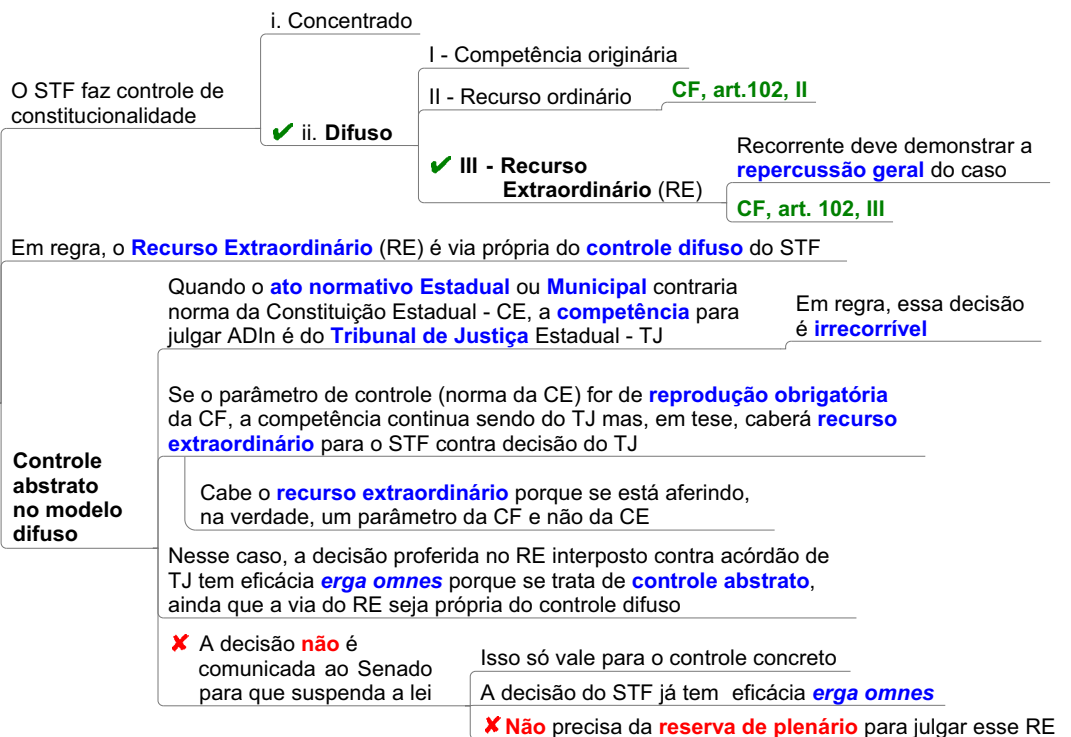
2. Objeto



3. Competência



4. Recurso Extraordinário



CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE - CONTROLE DIFUSO II

As decisões proferidas no controle difuso tem, em regra, efeitos **inter partes** e **ex tunc**

5. Efeitos da decisão

Inter partes

A decisão no controle de constitucionalidade incidental **só alcança as partes** do processo (eficácia **inter partes**)

Ainda que a decisão tenha sido proferida pelo STF

Se a decisão for proferida pelo STF (e apenas por este!), há a possibilidade de ampliação dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade (**eficácia erga omnes**)

Exceção à eficácia inter partes

Casos

- Suspensão de execução de lei por ato do Senado Federal
- Excepcionalmente o STF dá efeito **erga omnes** às decisões em controle difuso

Ex tunc

Em regra, a decisão no controle difuso produz **efeitos retroativos (ex tunc)**

O STF pode dar efeitos **ex nunc** ou **pro futuro** (modulação de efeitos)

Decisão deve ser proferida por 2/3 dos membros

Ocorre em situações excepcionais Razões de segurança jurídica
Relevante interesse social

Decisão **não vincula** os demais órgãos do Judiciário e nem a Administração Pública (efeitos **inter partes**)

Declarada inconstitucionalidade pela maioria absoluta do plenário do STF, este comunica ao Senado Federal, que pode (opcional) suspender a execução da lei



Esse caso vale somente no controle concreto **INCIDENTAL**

As decisões do **controle concentrado** já possuem eficácia **erga omnes**

O Senado **não** é obrigado a sustar a lei declarada inconstitucional, mas se sustar, tem que se manter nos limites da decisão do STF

Não pode ampliar, restringir ou modificar a decisão do STF – tem que ser nos exatos limites

O Senado simplesmente estende **erga omnes** os efeitos da decisão do STF (que eram **inter partes**)

Cabe controle de constitucionalidade (concentrado e difuso) da Resolução do Senado Federal

A competência do Senado alcança leis federais, estaduais e municipais

O Senado Federal só suspende lei declarada inconstitucional pelo STF Se outros órgãos do Judiciário declaram a inconstitucionalidade de uma lei, o Senado Federal **não** pode suspender essa lei

6. Atuação do Senado Federal

Controle Difuso

7. Súmula Vinculante

a) Iniciativa

- Por iniciativa própria (de ofício)
- Por iniciativa de qualquer dos legitimados na Constituição e na lei

CF, art. 103, incisos I a IX

Lei 11.417/2006, art. 3º, incisos I a XI

b) Atuação do PGR

O PGR, nas propostas que não houver formulado, manifestar-se-á previamente à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante

Lei 11.417/2006, art 2º, § 2º

c) Requisitos

- Matéria **constitucional**
- Existência de **reiteradas decisões** do **STF** sobre essa matéria constitucional
- Existência de controvérsia **atual** (nem futura, nem já superada !) entre órgãos do judiciário ou entre esses e a Administração Pública
- A controvérsia acarrete **grave insegurança jurídica** e relevante **multiplicação de processos** sobre questão idêntica

d) Deliberação

A **aprovação, revisão** ou **cancelamento** de súmula vinculante exige decisão de **2/3 dos membros** do STF, em **sessão plenária**

e) Descumprimento

Em caso de descumprimento da súmula, poderá a parte prejudicada intentar **reclamação** diretamente perante o STF

CF, art. 103-A, § 3º

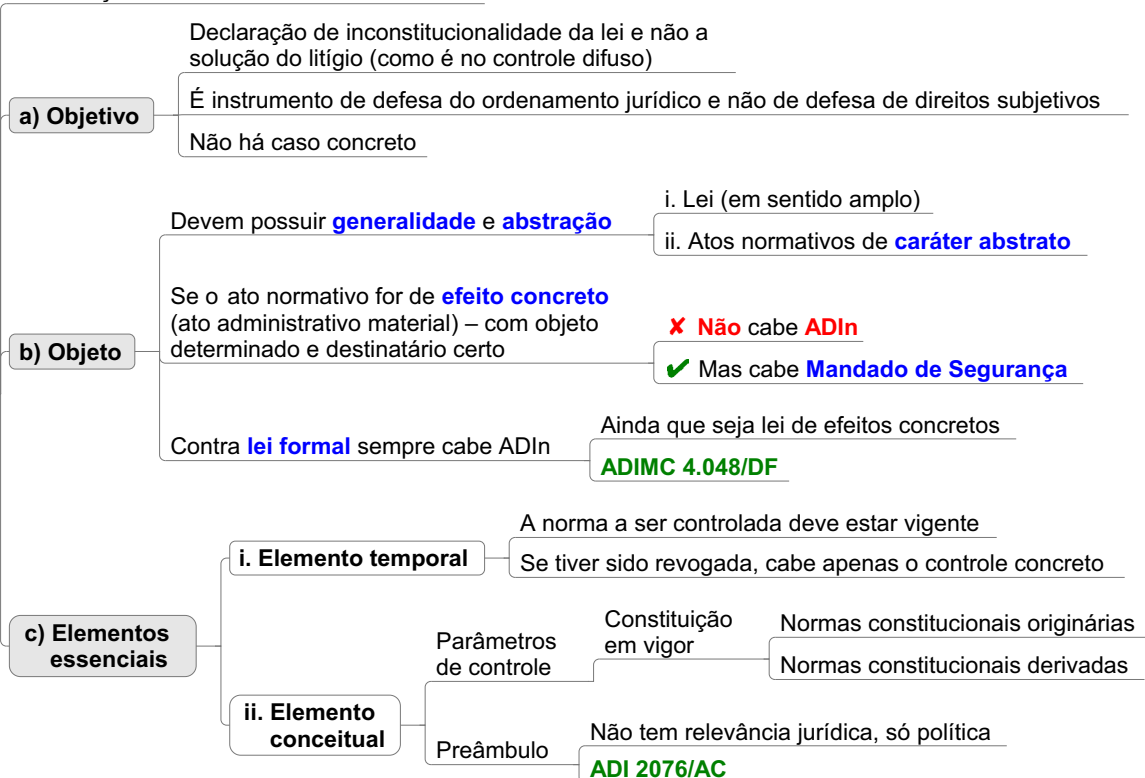
f) Súmulas anteriores à EC 45/04

É possível conferir efeito vinculante às súmulas anteriores à EC 45, devendo esta ser confirmada por **2/3** dos ministros

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADIn I

ADIn - Ação Direta de Inconstitucionalidade

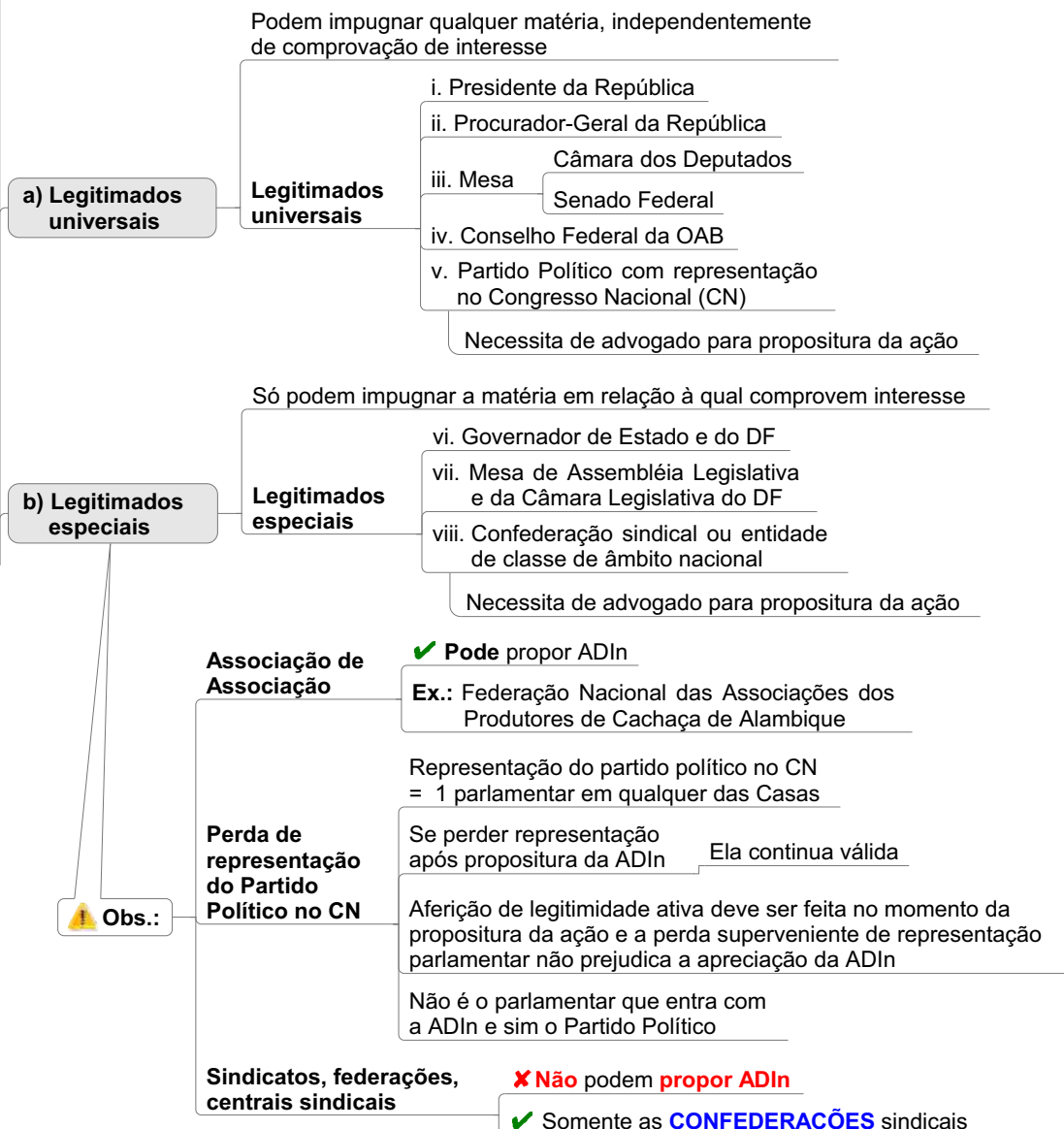
1. Introdução



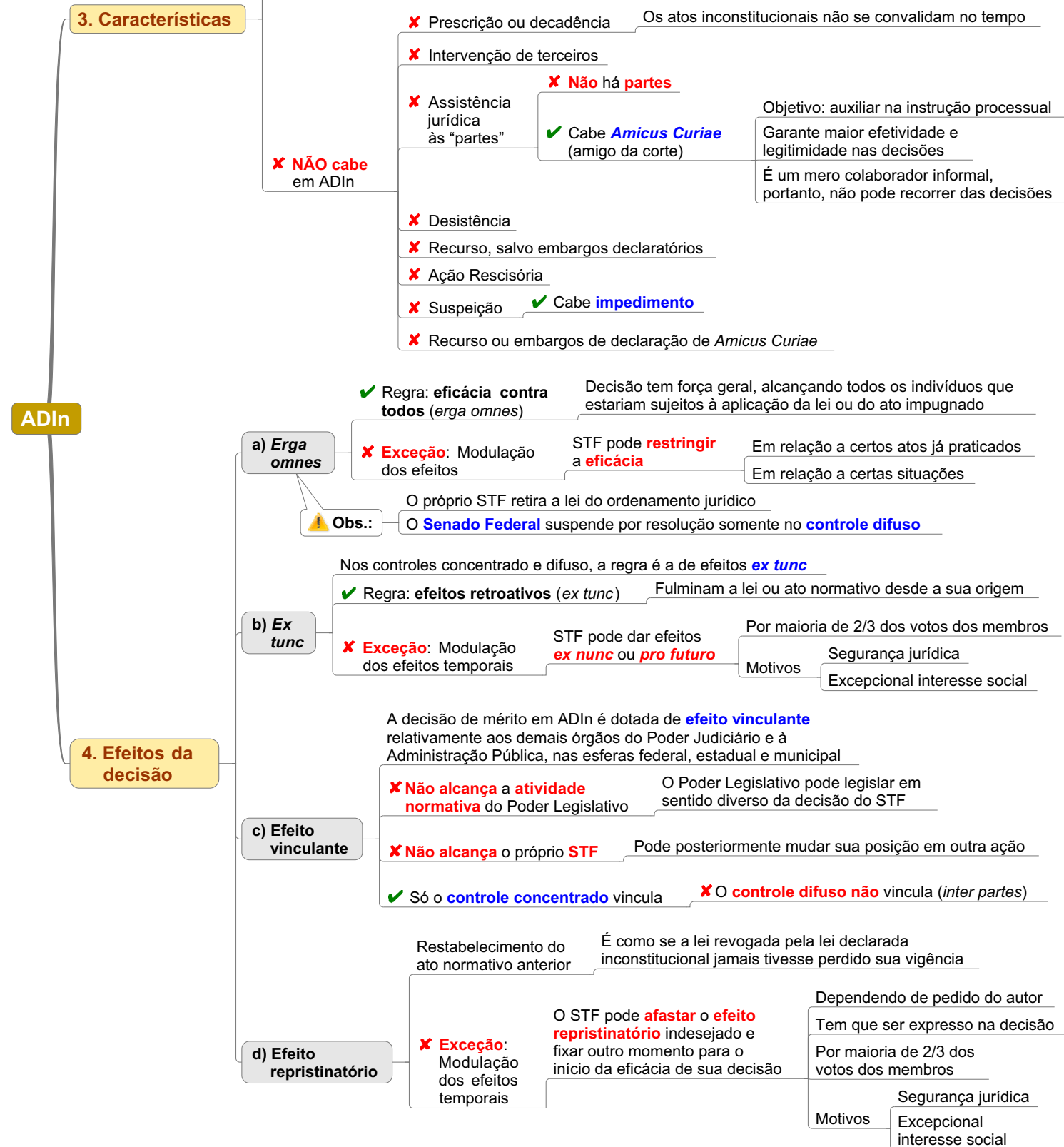
CF, art. 103

ADIn

2. Legitimação ativa



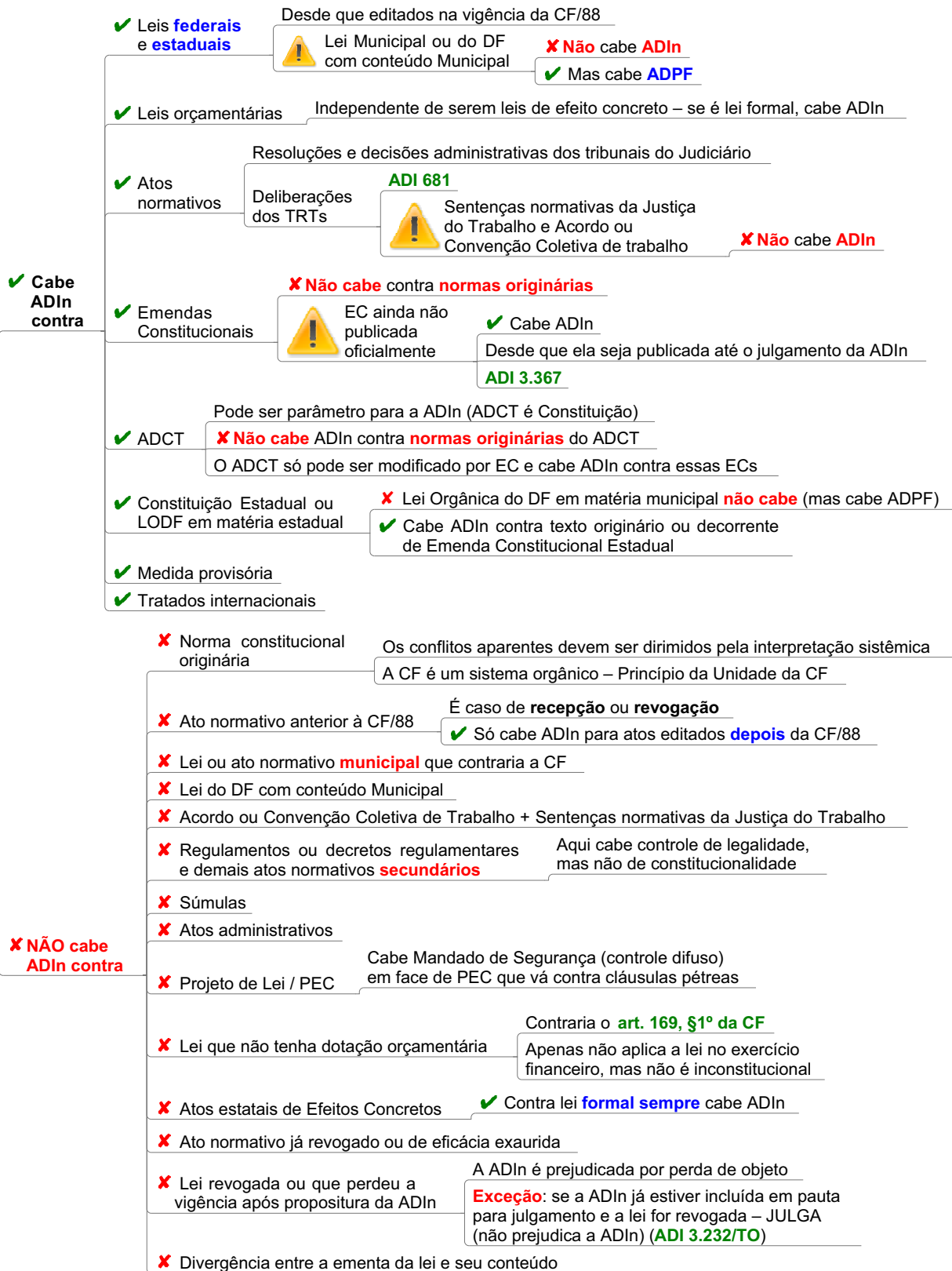
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADIn II



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADIn III

ADIn

5. Objeto



6. Manifestação do AGU e PGR

a) AGU

AGU - Advogado Geral da União

✓ Manifestação obrigatória

Prazo: 15 dias

O AGU pode deixar de defender o ato impugnado se não concordar com ele (ADI 3.916)

✗ Não é mais **obrigado** a defender o ato impugnado

b) PGR

PGR - Procurador Geral da República

Prazo: 15 dias

Atua em **todas** as ações do controle abstrato

Exerce papel de fiscal da lei

Mesmo que tenha sido ele a propor a ADIn, o parecer pode ser favorável ou não

O PGR pode propor uma ADIn e depois se manifestar contra ela

Isso não caracteriza desistência da ação

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADIn IV

✓ Regra

Somente **STF** ou **TJ**

Alguns casos

i. Lei ou ato normativo Federal ou Estadual que contrarie a CF **STF**ii. Lei ou ato normativo Estadual ou municipal que contrarie a Constituição Estadual (CE) **TJ Estadual**iii. Lei ou ato normativo distrital que contrarie a Lei Orgânica do DF **TJDFT**

iv. Lei ou ato normativo municipal que contrariar a CF

v. Lei ou ato normativo distrital que contrariar a CF

Lei distrital de natureza estadual **STF**Lei distrital de natureza municipal
✗ Não cabe ADIn
✓ Mas cabe ADPF

vi. Lei Municipal que contrariar a Lei Orgânica do Município

✗ Não cabe controle de constitucionalidade
✓ Mas cabe o controle de legalidade

ADIn Estadual – Competência

A CF não diz nada sobre os **legitimados** da ADIn estadual

A CE é quem vai decidir quem é legitimado

Liberdade não é plena – não pode deixar a competência para um só órgão

Expressamente, a CF só autoriza os Estados a instituírem ADIn, mas a doutrina tem admitido que as CEs instituíam ADO, ADC e ADPF estaduais

7. Competência para julgamento da ADIn

ADIn

8. Técnicas de decisão

⚠ O Judiciário **não** pode **legislar**

Tem que manter a vontade do legislador

Previstos na **Lei 9.868/99, arts. 27 e 28**

a) Interpretação conforme a Constituição

Havendo mais de uma interpretação, o STF diz qual deve ser usada, eliminando as demais ou diz quais não podem ser usadas, permitindo-se as demais

O STF atua como legislador negativo, eliminando as interpretações incompatíveis com a CF

A lei é válida, desde que interpretada da maneira compatível com a CF

b) Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto

É a regra

Observa o princípio da parcelaridade – pode-se suprimir todo o texto impugnado ou apenas uma frase, expressão ou palavra

Ao contrário do veto presidencial, que deve incidir sobre todo texto do artigo, inciso ou alínea

c) Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto / declaração parcial de nulidade sem redução do texto

Restringe a aplicação em alguns casos, onde haveria inconstitucionalidade, sem atingir o texto da lei

A lei/dispositivo continuam válidos, apenas não são aplicados a um grupo de pessoas ou situações

d) Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade

Declara-se a inconstitucionalidade, mas não se anula o ato impugnado

Deve haver *periculum in mora* e *fumus boni juris*

Suspende o ato normativo até o julgamento do mérito

Suspende o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei questionada

Decisão

Maioria absoluta

Quórum de instalação: 8 ministros

9. Cautelar

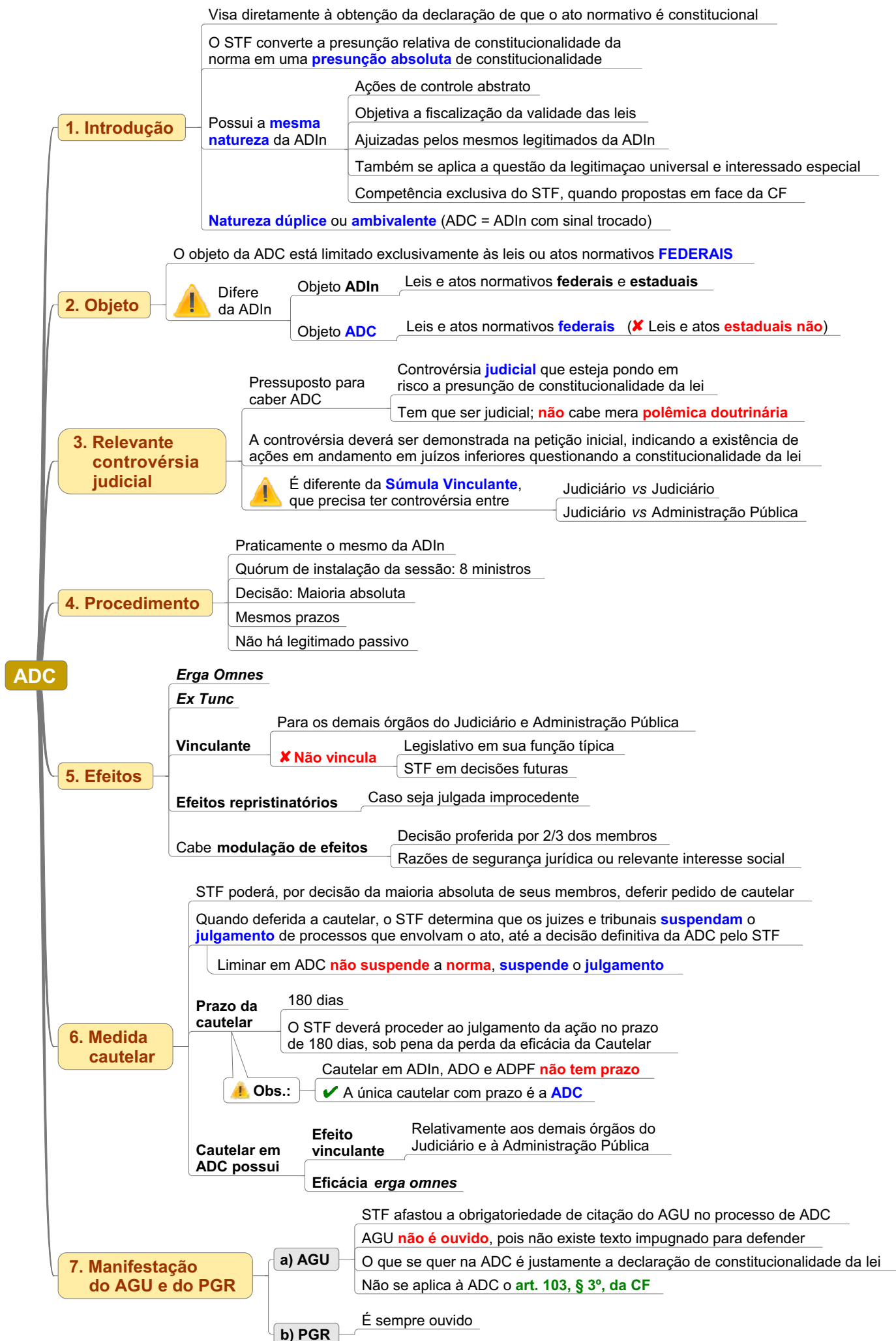
Efeitos

Erga omnes**Vinculante****Ex nunc**Pode dar efeitos *ex tunc*, excepcionalmente e desde que expresse**Efeito repristinatório**

Torna aplicável a legislação anterior, caso exista

Salvo expressa manifestação em contrário (pode afastar o efeito repristinatório indesejado)

ADC - AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO - ADO

ADO - Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (**CF, art. 103, § 2º e Lei 9.868/99**)

São aplicadas as mesmas regras da ADIn normal, salvo as abaixo comentadas

1. Noções gerais

Busca tornar efetiva uma norma **CONSTITUCIONAL** sem efeitos por falta de norma regulamentadora

Qualquer ato regulamentar: lei formal ou ato normativo infralegal

✗ **Não** cabe ADO para regulamentar **atos infraconstitucionais**

Não é qualquer omissão legislativa – só para tornar efetivas normas **constitucionais** de eficácia **limitada** (impositivas)

Não só para editar atos legislativos (lei formal), mas também para editar atos administrativos normativos (ou seja, atos normativos infralegais)

É forma de **controle CONCENTRADO**

A competência para apreciação e julgamento é do **STF**

2. Legitimados

a) **Ativo** Os mesmos da ADIn

b) **Passivo** Órgão que deveria editar a lei

Poder Legislativo

Autoridade com iniciativa

Órgãos do Legislativo, Executivo ou Judiciário

Órgão administrativo

✓ Cabe ADO para editar **ato infralegal**

Se a norma for de iniciativa privativa, o pólo passivo será quem tem a iniciativa para tal

3. Objeto

✓ Cabível ADO para editar

Lei da União

Lei dos Estados e lei do DF com caráter estadual

✗ **Não** cabe ADO para editar **lei municipal** ou lei do DF com conteúdo municipal

4. Procedimento

AGU

PODE ser ouvido

Relator decide (é facultativo)

O AGU tem 15 dias para se manifestar

PGR

Se não for autor

✓ **Obrigatório**

Se for o autor

✗ **Não se manifesta**

Na ADIn genérica, o PGR se manifesta **OBRIGATORIAMENTE** em **TODAS** as ações, tendo ele proposto ou não

ADIn por Omissão

5. Efeitos do julgamento de mérito

Caráter mandamental

Se for

i. Poder

É dado ciência ao poder para adoção de providências necessárias

✓ **Regra** Não há fixação de prazo para o Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) editar a norma

⚠ **Novidade**

O STF tem fixado um parâmetro temporal razoável (não é fixar prazo) para o Poder Legislativo editar a norma

ii. Órgão administrativo

Prazo de 30 dias para providências ou outro prazo razoável

6. Cautelar

✓ **Cabe** (mudou!! Até 2009 não cabia)

Em caso de excepcional urgência e relevância

Maioria Absoluta

Quórum de instalação: 8 Ministros

Efeitos

Suspensão da aplicação da lei / ato normativo questionado

Suspensão dos processos judiciais ou administrativos

7. Efeito e eficácia

Erga omnes

Efeito vinculante

Modulação temporal e restrição de efeitos

✓ **Cabe**

Pode restringir os efeitos ou dar efeitos *ex nunc* ou Pro Futuro

Por maioria de 2/3 dos votos dos membros

Motivo: segurança jurídica ou excepcional interesse social

Legitimado: Qualquer pessoa que tenha seus direitos tolhidos por falta de norma regulamentadora

Tem caso concreto e interesse jurídico específico (controle CONCRETO)

✗ **Não** cabe liminar

Efeitos: Dá o direito constitucional, ainda não regulamentado, no caso concreto

Competência: STF (**CF, art.102, I, "q"** e II, "a"), STJ (**CF, art.105, I, "h"**), TSE (**CF, 121, § 4º, V**) e TJ (**art.125, § 1º**)

8. ADO vs Mandado de injunção

a) **Mandado de injunção**

b) **ADIn por omissão**

Legitimado: Os mesmos da ADIn

Não tem caso concreto ou interesse jurídico específico (via abstrata / controle ABSTRATO)

✓ **Cabe liminar**

Efeitos: Declara a mora do órgão competente e exige a elaboração da norma regulamentadora da CF

Competência: STF

✗ **Não** cabe **fungibilidade** de ADO para Mandado de Injunção

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - ADPF

ADPF - Arguição de descumprimento de preceito fundamental (CF, art. 102, § 1º e Lei 9.882/99)

Faz controle **CONCENTRADO** - **ABSTRATO** **✗ Não cabe ADPF incidental** (difuso)

1. Noções gerais

PRECEITO FUNDAMENTAL

Conceito amplo

Explícito ou implícito na CF

O STF é quem decide o que é e o que não é preceito fundamental

✗ Não confundir com

Fundamentos da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º)

Princípios sensíveis (CF, art. 34, VII)

Caráter preventivo e repressivo

Legitimação ativa

Os mesmos da ADIn

2. Competência - STF

✓ **Só o STF**

✗ TJ Estadual não julga ADPF frente à CF

A doutrina tem admitido que as Constituições Estaduais instituem ADO, ADC e ADPF estaduais

3. Objeto

✓ **Cabe ADPF**

✓ Frente a qualquer ato do poder público

Inclusive decretos regulamentares ou atos administrativos

✓ Frente a atos de qualquer esfera (Federal, Estadual, municipal e distrital)

Inclusive atos anteriores à CF/88 ou já revogados

Em ADPF não cabe prescrição ou decadência

✓ Frente a **omissões** do Poder Público que gerem **lesão** a **preceito fundamental**

✓ Quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo Federal, Estadual ou Municipal

✗ Não cabe ADPF

✗ Contra atos políticos (princípio da separação dos poderes)

✗ Contra súmulas do STF

✗ Quando houver outro meio VERDADEIRAMENTE capaz de sanar a lesividade (**caráter residual** - princípio da subsidiariedade)

Ex.: Não cabe ADPF para pedir a declaração de constitucionalidade de lei federal (meio correto: ADC)

4. Quórum

De Decisão da ADPF

Maioria Absoluta

De instalação da sessão

8 ministros

⚠ **Obs.:** Igual a ADIn, ADC e ADO

ADPF

5. Efeitos da decisão em ADPF

Erga Omnes

Ex Tunc

Pode ser *ex nunc* (medida excepcional, por decisão de 2/3 dos Ministros do STF)

Vinculante

Igual ADIn e ADC - É controle concentrado

Também se aplica a **TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES**

Modulação temporal e restrição de efeitos

✓ **Cabe**

Pode restringir os efeitos ou dar efeitos *ex nunc* ou Pro Futuro

Por maioria de 2/3 dos votos dos membros

Motivo: segurança jurídica ou excepcional interesse social

6. Causa de pedir aberta

O STF não precisa adotar a tese do autor da ação, mas tem que se ater ao pedido

✓ Pode declarar a inconstitucionalidade usando outra tese / outro artigo da CF como parâmetro

Vinculação ao pedido

✗ Não pode declarar a **inconstitucionalidade** de **artigo extra**

✗ Exceção:
ARRASTAMENTO
ou ATRAÇÃO

Quando dispositivo não impugnado é correlato, conexo ou interdependente, ele pode ser declarado inconstitucional, mesmo que o autor não tenha pedido

Ex.: Quando dispositivos diferentes têm conteúdo análogo

7. Princípio da Fungibilidade

Pode-se conhecer ADPF como outra ação (ex.: ADIn) se tiver entrado com ADPF de forma errada e estiverem supridos os requisitos da outra ação

Somente se TODOS os requisitos forem cumpridos

8. Cautelar em ADPF

✓ **Cabe**

Decisão da maioria absoluta

Efeito da liminar

Suspender

O andamento dos processos

O efeito de decisão judicial, salvo se transitou em julgado

Qualquer outra medida pertinente

✗ Não cabe **liminar** em ADPF para tratar de coisa **transitada em julgado**

9. Procedimento

PGR

✓ Ouvido sempre

AGU

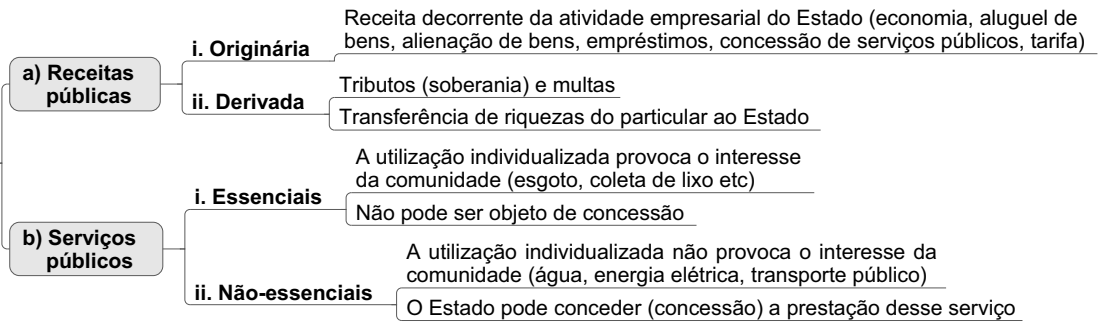
Lei não fala nada

STF tem exigido

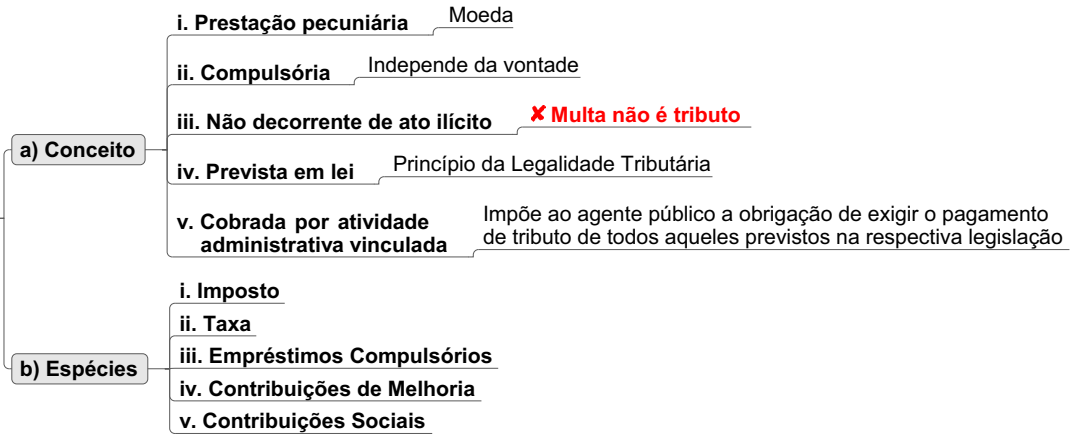
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL I

Sistema Tributário Nacional

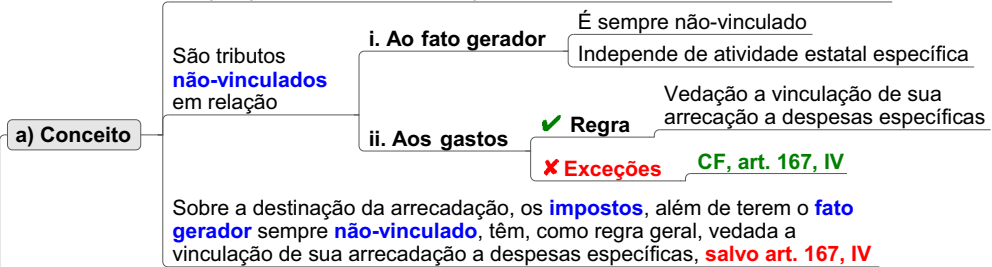
1. Conceitos relevantes



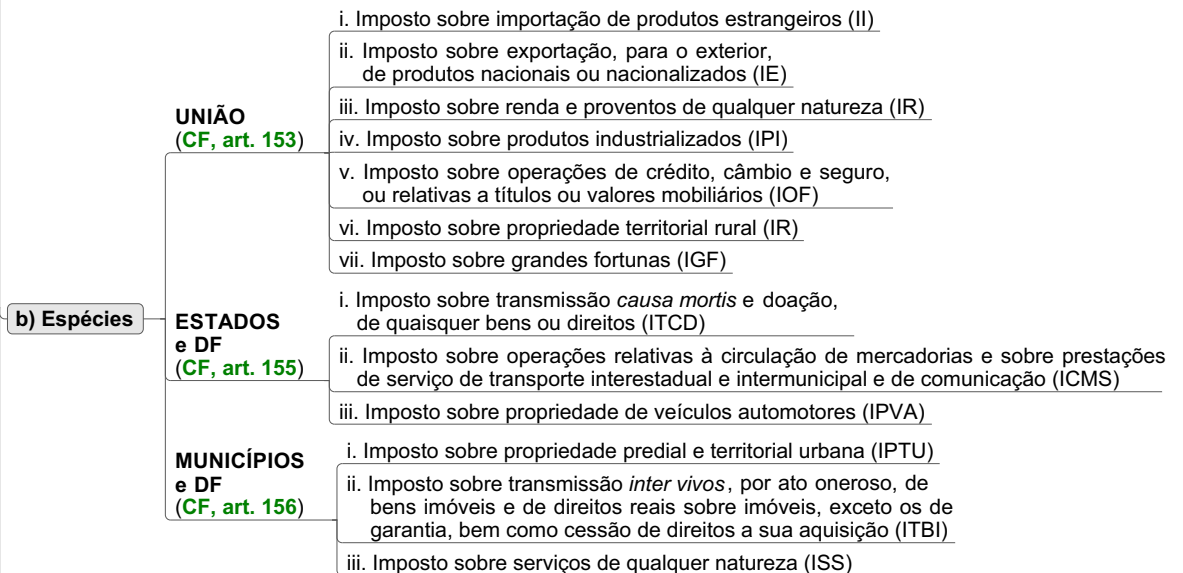
2. Tributo



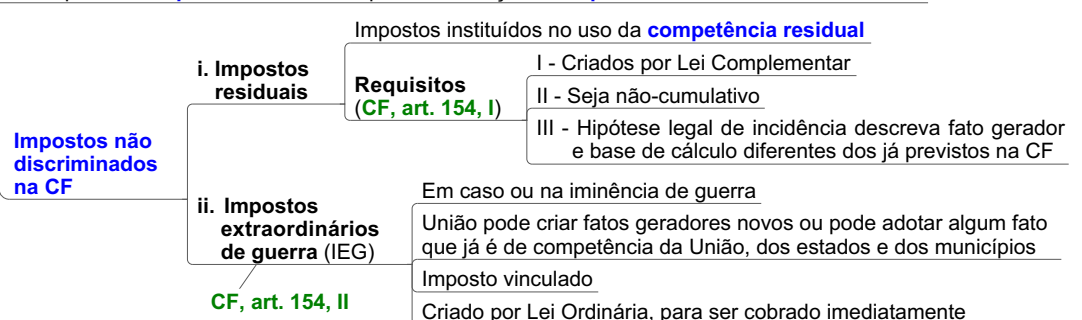
É o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte



3. Imposto



A União possui **competência exclusiva** para a instituição de **impostos não discriminados na CF**



SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL II

Remunera serviços públicos **específicos** e **divisíveis** (taxa de serviço público) - **CF, art. 145, II**

É compulsório ao particular, com **utilização efetiva** ou **potencial**

Remunera também a submissão do particular ao **poder de polícia** administrativa do Estado

✗ Serviços públicos **indivisíveis não** podem ser **remunerados** por **taxa**

✗ As **taxas não** poderão ter **base de cálculo** própria de **impostos** (**CF, art. 145, § 2º**)

a) Conceito

b) Espécies

c) Destinação da receita

d) Contraprestação

i. De serviço público

Remunera

i. Serviços públicos **específicos**

ii. Serviços públicos **divisíveis**

São os que podem ser utilizados, separadamente, por cada um dos seus usuários

ii. De polícia

Submissão ao poder de polícia do Estado

Poder de polícia

Limitação de direito individual em prol da coletividade

É utilizada para remunerar o serviço público utilizado/potencial ou o exercício do poder de polícia

Receita vinculada

Vinculada

Fato gerador de uma taxa é uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte

Serviço público ou poder de polícia

4. Taxa

5. Contribuição de melhoria

a) Conceito

Tributo pago em virtude de valorização de imóvel em razão de obra pública (**CF, art. 145, III**)

b) Destinação

Pagar a obra

c) Contraprestação

Realização da obra pública

d) Cálculo do valor

2 limites

i. Total = Valor da obra

ii. Individualmente = Valor do aumento, valorização

i. Calamidade pública

ii. Guerra externa ou sua iminência

iii. Investimento urgente e relevante interesse nacional

a) Causas



Obs.: O motivo será definido na lei complementar que o instituir

b) Destinação

Receita vinculada à causa que deu ensejo à instituição do empréstimo

Em relação à calamidade pública e guerra, a cobrança é imediata

c) Devolução

O valor que é pago em empréstimo compulsório será devolvido

A lei complementar deve instituir a forma de devolução

6. Empréstimo compulsório

a) Interesse de categoria profissional

Contribuições para manutenção dos conselhos e ordens de categorias profissionais

Ex.: Anualidades da OAB, CRM

b) Conselhos e ordens de categorias profissionais

Órgãos de fiscalização

Autarquias especiais

Pessoas Jurídicas de Direito Público

c) Intervenção de Domínio Econômico

Competência exclusiva da União, sem qualquer exceção

d) Seguridade social

Compulsória

Destino do produto de sua arrecadação: saúde, previdência social e Fundo de Combate à Pobreza (que pode ser enquadrado como assistência social)

Ex.: Antiga CPMF

e) Servidor público

Contribuição previdenciária

f) Celetista

Contribuição para o INSS

7. Contribuições sociais

a) Contribuição de iluminação pública

CIP (**CF, art. 149-A**)

Remunera serviço público geral e indivisível

É um tributo de fato gerador vinculado a uma atividade estatal específica: a prestação do serviço de iluminação pública

Destinação é vinculada ao custeio do serviço de iluminação pública do município e do DF

b) Imposto extraordinário de guerra

Em caso ou na iminência de guerra

União pode criar fatos geradores novos ou pode adotar algum fato que já é de competência da União, dos estados e dos municípios

Imposto vinculado

Lei ordinária, para ser cobrado imediatamente

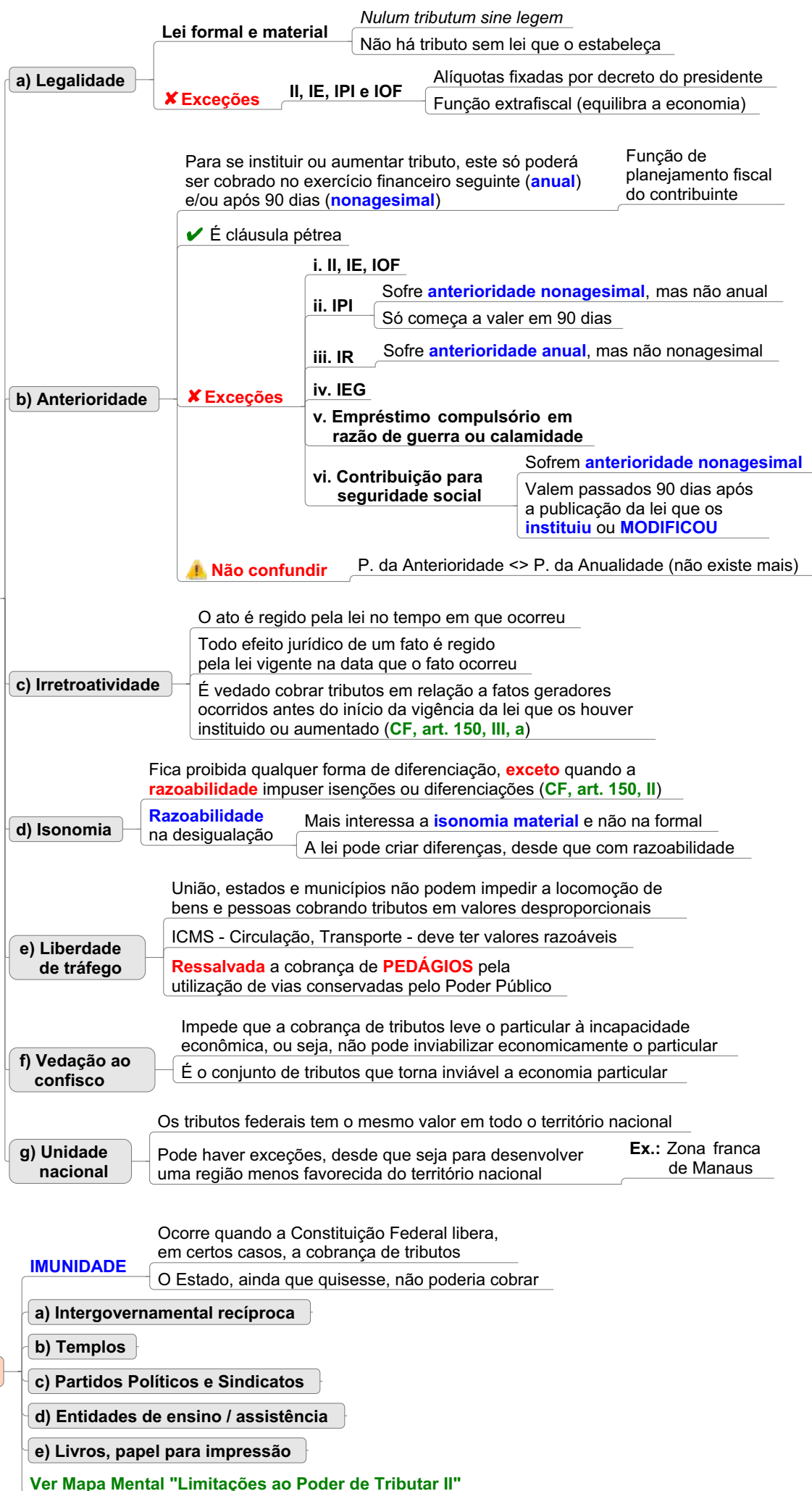
c) Pedágio

Discussão se é caso de tributo ou tarifa

8. Tributos anômalos

Sistema Tributário Nacional

LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR I



LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR II

1. Princípios

- a) Legalidade
- b) Anterioridade
- c) Irretroatividade
- d) Isonomia
- e) Liberdade de tráfego
- f) Vedação ao confisco
- g) Unidade nacional

Ver Mapa Mental "Limitações ao Poder de Tributar I"

Limitações ao Poder de Tributar

2. Imunidades

IMUNIDADE

Ocorre quando a Constituição Federal libera, em certos casos, a cobrança de tributos
O Estado, ainda que quisesse, não poderia cobrar

a) Intergovernamental recíproca

Uma entidade política não pode cobrar impostos sobre o **patrimônio**, a **renda** e os **serviços** dos demais entes políticos

Ex.: União não pode cobrar Imposto de Renda sobre as rendas dos Estados e municípios

Fundamento jurídico

Harmonia do pacto federativo
Desse modo, não é possível suplantiar a autonomia dos entes políticos

Abrangência

A imunidade abrange o patrimônio, renda e serviços das entidades políticas, das autarquias, fundações, desde que utilizados nas suas **FINALIDADES ESSENCIAIS**
Terão imunidades também as empresas estatais **prestadoras de serviços públicos** (**Ex.:** ECT)

b) Templos

Garante a **liberdade de culto**

O Estado é laico e o indivíduo é livre para escolher sua religião

Impede que o Estado utilize a cobrança de impostos para perseguir ou privilegiar qualquer culto

Abrangência

Patrimônio, renda e serviços
Vinculados à atividade da entidade religiosa

c) Partidos políticos e sindicatos

Garante os princípios da **livre associação partidária** e da **liberdade e autonomia partidária**

Imunidade impede que o Estado venha a perseguir um ou outro partido ou sindicato ou trabalhadores

d) Entidades de ensino / assistência

O Estado reconhece sua incapacidade de prestar todos os serviços ligados à assistência social, de modo que incentiva a particulares a fazê-los dando imunidades tributárias

Essas entidades optam por serem imunes ou não, bastando obedecer aos requisitos legais

Requisitos

- i. Entidade filantrópica **Não-lucrativa**
Pode arrecadar mais do que gasta, mas deve reinvestir o que arrecada em excesso
- ii. Não pode haver remessa de recursos para o exterior
- iii. Manter uma contabilidade absolutamente regular

Entidades de ensino **Escolas, universidades, creches**

Entidades de Assistência Social

Ex.: Hospitais, clínicas, asilos

Devem ser abertas ao público

Ex.: de entidades de assistência social não abertas ao público **Fundos de pensão (ex.: Previ)**

✗ Não há imunidade tributária

Sistema "S" **✓ Tem imunidade tributária**

e) Livros, papel para impressão

Motivação

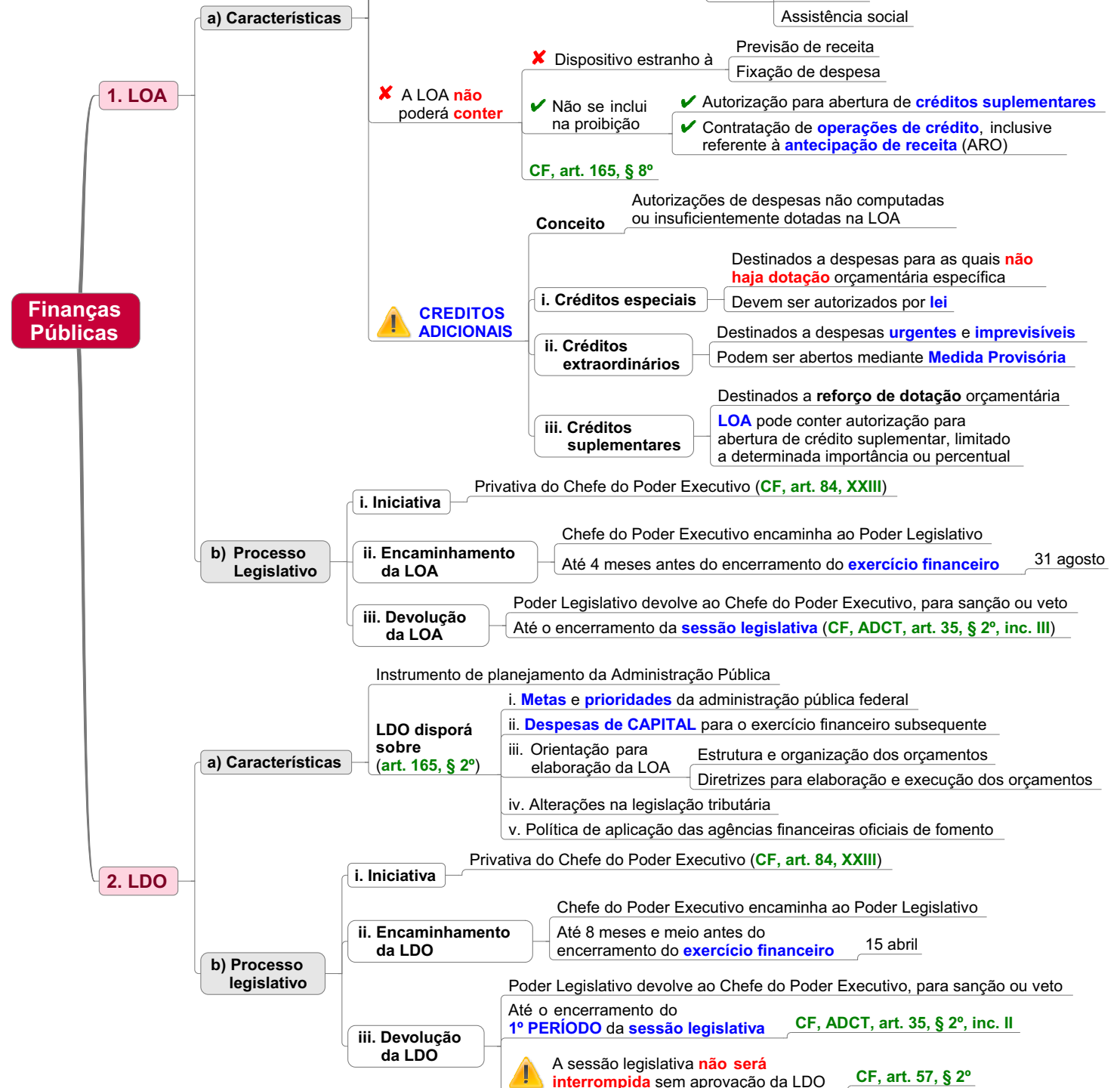
Liberdade de expressão
Acesso da população à informação **Reduzir o preço do objeto**

Imunidade é só para o **papel de impressão** desses elementos

✗ Não tem imunidade

A editora, a gráfica, os insumos utilizados na impressão (tinta, máquina, energia), o autor do livro

FINANÇAS PÚBLICAS - ORÇAMENTOS I



FINANÇAS PÚBLICAS - ORÇAMENTOS II

3. PPA

a) Características

Instrumento de **planejamento estratégico** da Administração Pública

Planejamento de médio prazo

A Lei do PPA estabelecerá, de forma regionalizada

Diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para:

Despesas de capital e outras delas decorrentes

Despesas de programas de duração continuada

CF, art. 165, §1º

b) Processo Legislativo

i. Iniciativa

Privativa do Chefe do Poder Executivo

CF, art. 84, XXIII

X Vedada a edição de Medida Provisória e Lei Delegada sobre PPA, LDO e LOA

ii. Vedação

✓ Exceto

créditos extraordinários

Pode ser por MP ou lei delegada

CF, art. 62, § 1º, inc. I, "d"

CF, art. 68, § 1º, inc. III

iii. Encaminhamento do PPA

Chefe do Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo

Até 4 meses antes do encerramento do **1º exercício financeiro**

31 agosto

iv. Devolução do PPA

Poder Legislativo devolve ao Chefe do Poder Executivo, para sanção ou veto

Até o encerramento da **sessão legislativa**

CF, ADCT, art. 35, § 2º, inc. I

4. Planos e Programas Nacionais

Instrumentos de **planejamento estratégico** de **longo prazo** da Administração Pública

Devem ser elaborados em consonância com o PPA

Apreciados pelo Congresso Nacional

CF, art. 165, § 4º

Finanças Públicas

5. Vedações

i. Início de programas ou projetos não incluídos na LOA

ii. Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais

iii. Realização de **operações de créditos** que excedam o montante das **despesas de capital, ressalvadas** as autorizadas mediante **créditos suplementares** ou **especiais** com **finalidade precisa**, aprovados pelo Poder Legislativo por **maioria absoluta**

iv. **Vinculação de receita de impostos** a **órgão, fundo** ou **despesa, ressalvadas** a repartição do produto da arrecadação dos impostos dos arts. 158 e 159 da CF, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de **saúde**, para manutenção e desenvolvimento do **ensino** e para realização de atividades da **administração tributária**, e a prestação de **garantias** às **operações de crédito por antecipação de receita** (ARO)

v. A abertura de crédito **suplementar** ou **especial** sem **prévia autorização legislativa** e sem **indicação dos recursos** correspondentes

vi. A **transposição**, o **remanejamento** ou a **transferência** de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem **prévia autorização legislativa**

vii. A concessão ou utilização de **créditos ilimitados**

viii. A utilização, **sem autorização legislativa específica**, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social

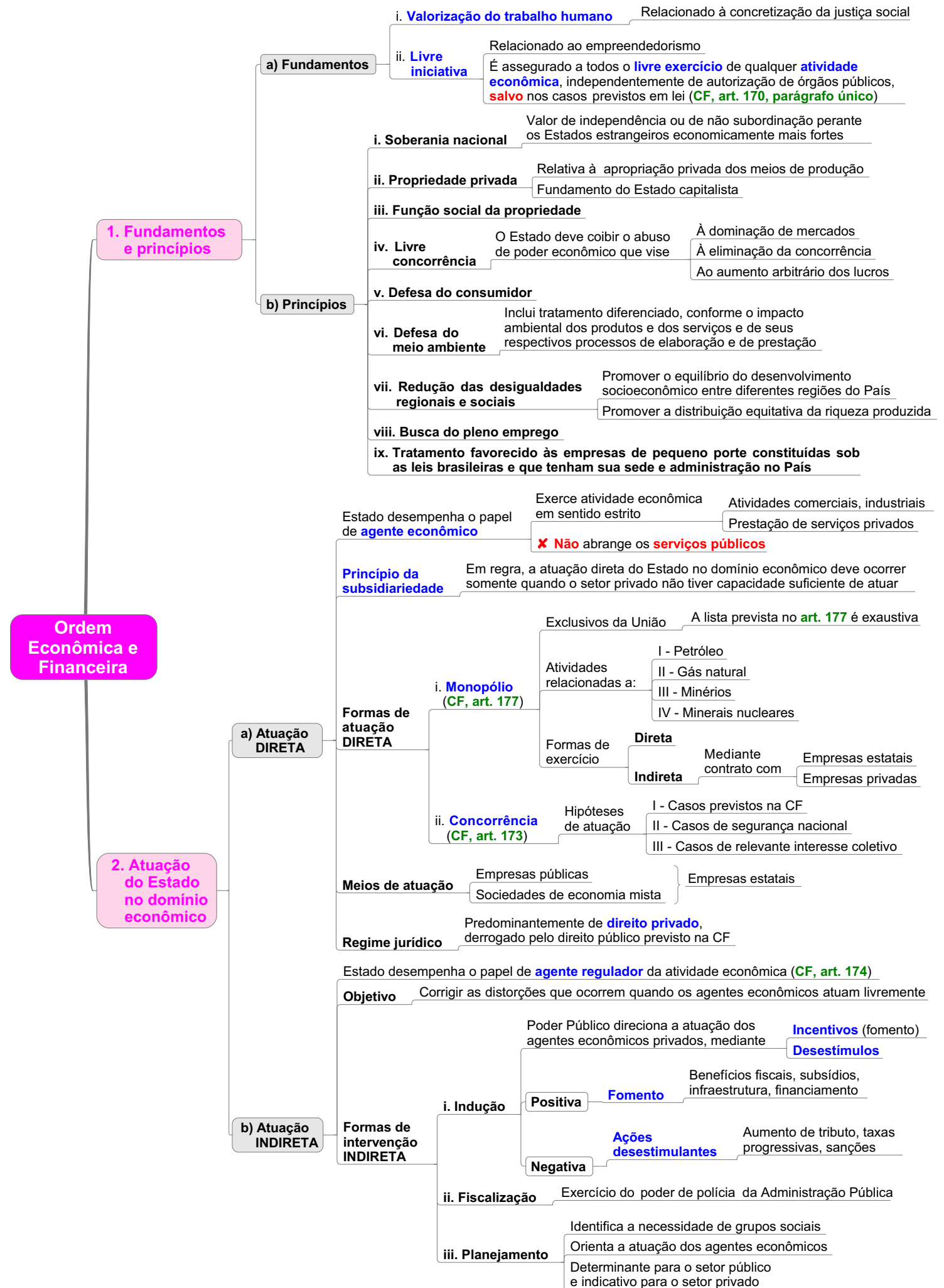
ix. A instituição de fundos de qualquer natureza, sem **prévia autorização legislativa**

x. A **transferência voluntária** de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de **despesas com pessoal** ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

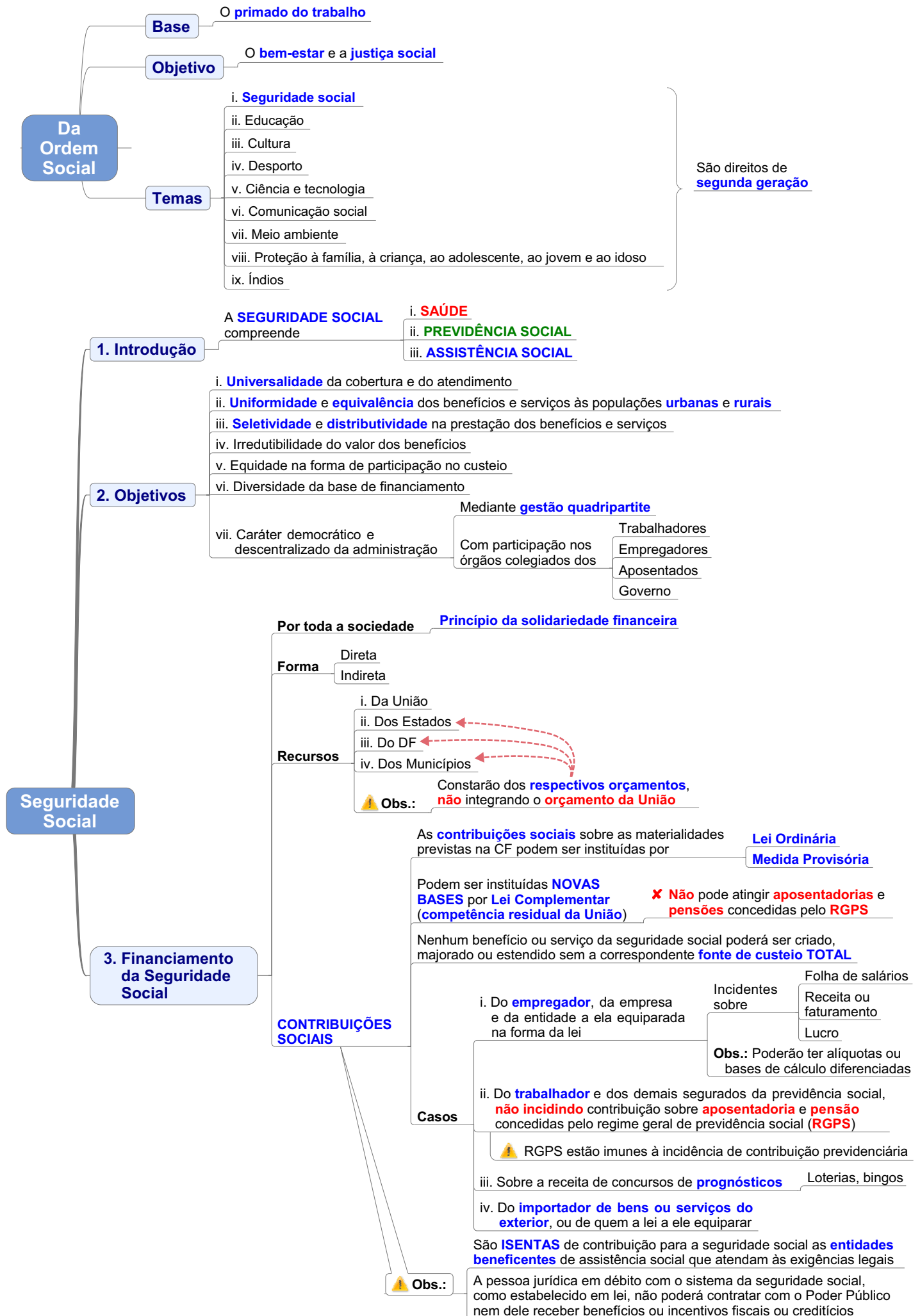
xi. A utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF

CF, art. 167

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA



DA ORDEM SOCIAL I - SEGURIDADE SOCIAL



DA ORDEM SOCIAL II - SEGURIDADE SOCIAL

É direito de todos e dever do Estado

Garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem

- i. À redução do risco de doença e de outros agravos
- ii. Acesso **universal** e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação

As ações e serviços de **saúde** são de **relevância pública**

Sua **execução** deve ser feita

Diretamente

Por meio de terceiros

Por pessoa física ou jurídica de direito privado

Rede **regionalizada** e **hierarquizada**

Diretrizes

- i. **Descentralização**, com direção única em cada esfera de governo
- ii. Atendimento **integral**, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais
- iii. Participação da comunidade

Financiamento

Recursos do **orçamento da seguridade social**, da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, **além de outras fontes**

Poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de **processo seletivo público**

Exceção à exigência de **concurso público**

Instituições privadas

Assistência à saúde é livre à iniciativa privada

Poderão participar de forma complementar ao SUS

Segundo diretrizes do SUS

Mediante contrato de direito público ou convênio

Têm preferência as entidades filantrópicas e as SEM fins lucrativos

Vedada a participação **direta** ou **indireta** de **empresas** ou **capitais estrangeiros** na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei

É **vedada** a destinação de **recursos públicos** para auxílios ou subvenções **às instituições privadas COM fins lucrativos**

Competências

- i. Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos
- ii. Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador
- iii. Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde
- iv. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
- v. Incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico
- vi. Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano
- vii. Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos
- viii. Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho

4. Saúde

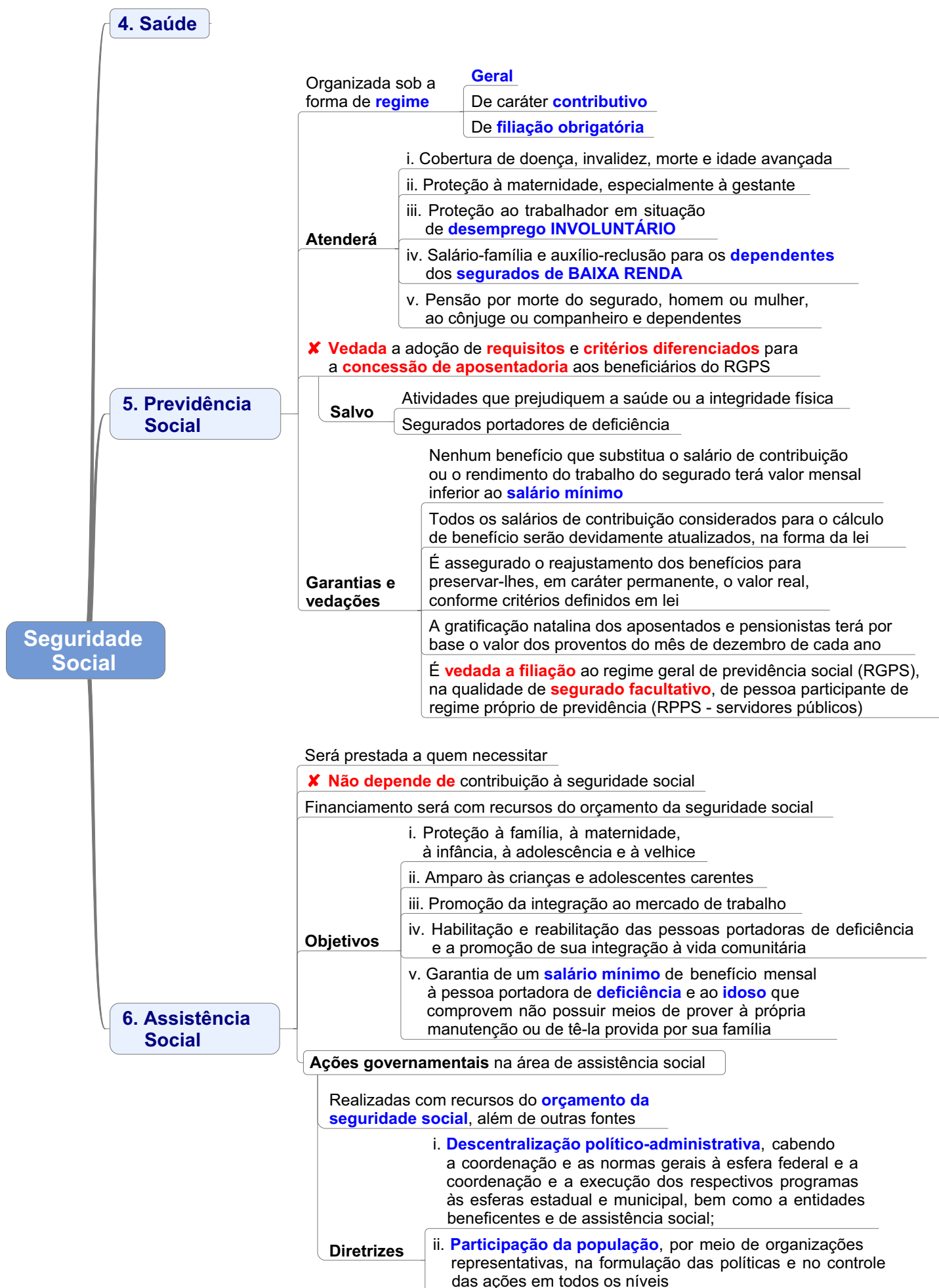
Assistência à saúde (SUS)

Seguridade Social

5. Previdência Social

6. Assistência Social

DA ORDEM SOCIAL III - SEGURIDADE SOCIAL



DA ORDEM SOCIAL IV

Direito de todos e **dever do Estado** e **da família**

Promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

- Princípios**
- i. **Igualdade** de condições para o acesso e permanência na escola
 - ii. **Liberdade** de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber
 - iii. **Pluralismo** de ideias e de concepções pedagógicas, e **coexistência** de instituições **públicas e privadas** de ensino
 - iv. **Gratuidade** do ensino público em estabelecimentos oficiais
 - v. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas
 - vi. **Gestão democrática** do ensino público, na forma da lei
 - vii. Garantia de padrão de qualidade
 - viii. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal

- Universidades**
- Gozam de **autonomia**
 - i. Didático-científica
 - ii. Administrativa
 - iii. Gestão financeira e patrimonial
 - Obedecerão ao **princípio de indissociabilidade** entre
 - i. Ensino
 - ii. Pesquisa
 - iii. Extensão
 - ✓ Podem admitir professores, técnicos e cientistas **estrangeiros**

2. Educação

- Deveres do Estado em relação ao ensino**
- i. **Educação básica obrigatória** e **gratuita** dos **4 aos 17 anos** de idade, assegurada a oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria
 - ii. Progressiva **universalização do ensino médio** gratuito
 - iii. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
 - iv. Educação infantil, em **creche** e **pré-escola**, às **crianças até 5 anos** de idade
 - v. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um
 - vi. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando
 - vii. Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde

O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente

O ensino é **livre** à **iniciativa privada**, atendidas as seguintes condições:

- i. Cumprimento das normas gerais da educação nacional
- ii. Autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público

O **ensino religioso** é de matrícula **facultativa**

A **inobservância da aplicação na educação**, pelo Estado-membro ou Distrito Federal, dos percentuais mínimos das **receitas resultantes de impostos**, conforme previsto no art. 212, poderá ensejar a **decretação de intervenção federal**

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais

O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

A lei estabelecerá o **Plano Nacional de Cultura**, de **duração plurianual**, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- i. Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro
- ii. Produção, promoção e difusão de bens culturais
- iii. Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões
- iv. Democratização do acesso aos bens de cultura
- v. Valorização da diversidade étnica e regional

3. Cultura

Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza **material** e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- i. As formas de expressão
- ii. Os modos de criar, fazer e viver
- iii. As criações científicas, artísticas e tecnológicas
- iv. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais
- v. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico

DA ORDEM SOCIAL V

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas

Pesquisa	Científica básica	Receberá tratamento prioritário do Estado
	Tecnológica	Voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional

O **Estado apoiará** a **formação de recursos humanos** nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho

A **lei apoiará** e **estimulará** as **empresas que invistam em pesquisa**, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho

É **facultado** aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica

O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal

4. Da Ciência e Tecnologia

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo **não sofrerão qualquer restrição** (**salvo as restrições** que a própria **CF estabelecer**)

É **vedada** toda e qualquer **censura** de natureza política, ideológica e artística

A lei não pode prejudicar a plena liberdade de informação jornalística

Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio

A **publicação** de **veículo impresso** de comunicação **INDEPENDENTE** de **LICENÇA** de autoridade

- | | |
|------------------------------|--|
| Compete à lei federal | i. Regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada |
| | ii. Estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem os princípios a seguir, bem como da propaganda de produtos, práticas em serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente |

- | | |
|-------------------|---|
| Princípios | i. Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas |
| | ii. Promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação |
| | iii. Regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei |
| | iv. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família |

Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é **PRIVATIVA** de

- | |
|---|
| i. Brasileiros natos, ou |
| ii. Brasileiros naturalizados há mais de dez anos, ou |
| iii. Pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País |



Obs.: Pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação

A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social

Da Ordem Social

5. Comunicação Social

DA ORDEM SOCIAL VI

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais

Direito de todos

Devem ser observados:

- i. A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento
- ii. A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento
- iii. Tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional
- iv. A proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

O **Poder Judiciário** só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas **APÓS esgotarem-se** as **instâncias** da **justiça desportiva**



Obs.:

A **justiça desportiva não** faz parte do **Poder Judiciário**

As suas **decisões não** fazem **coisa julgada**

Todos têm direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado**, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações



O meio ambiente ecologicamente equilibrado é **direito fundamental**

Incumbe ao Poder Público

- i. Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas
- ii. Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético
- iii. Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção
- iv. Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade
- v. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente
- vi. Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente
- vii. Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade

Aquele que explorar recursos minerais **fica obrigado** a **recuperar** o meio ambiente degradado

A **Floresta Amazônica brasileira**, a **Mata Atlântica**, a **Serra do Mar**, o **Pantanal Mato-Grossense** e a **Zona Costeira** são **patrimônio nacional**, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, **pessoas físicas** ou **jurídicas**, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados

São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais

As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua **localização definida** em **lei FEDERAL**, sem o que não poderão ser instaladas

Da
Ordem
Social

7. Do Meio
ambiente

6. Desporto

DA ORDEM SOCIAL VII

A família, **base da sociedade**, tem especial proteção do Estado

Casamento	É civil e gratuito
	Religioso tem efeito civil
	A lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento
	Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher
	Casamento civil pode ser dissolvido pelo DIVÓRCIO ✗ Não precisa mais esperar 2 anos de separação de fato ou 1 ano de separação judicial (EC 66/2010)

Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar

✓ “homem e a mulher” – também pode ser estendido para **uniões homoafetivas (ADI 4277/DF e ADPF 132/RJ)**

Entidade familiar	Casamento (civil ou religioso)
	União estável
	Qualquer dos pais e seus descendentes

Planejamento familiar	Livre decisão do casal
	O Estado deve propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas

Portadores de deficiência	A lei os protegerá
----------------------------------	--------------------

O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, **admitida** a participação de **entidades não governamentais**, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

- Aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil
- Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação

São **penalmente inimputáveis** os menores de **dezoito** anos, sujeitos às normas da legislação especial

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os **DIREITOS** originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à **União** demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens

As **terras tradicionalmente ocupadas** pelos índios são bens da **UNIÃO**

São **terras tradicionalmente ocupadas** pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o **usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos** nelas existentes

O **aproveitamento** dos **recursos hídricos**, incluídos os **potenciais energéticos**, a **pesquisa** e a **lavra das riquezas minerais** em terras indígenas só podem ser efetivados com **autorização do Congresso Nacional**, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei

As terras de que trata este artigo são **inalienáveis** e **indisponíveis**, e os direitos sobre elas, **imprescritíveis**

É **vedada** a **remoção** dos grupos **indígenas de suas terras**, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, **intervindo** o **Ministério Público** em todos os atos do processo

8. Da Proteção à Família, à Criança, ao Adolescente, ao Jovem e ao Idoso

Da Ordem Social

9. Dos Índios